

**A CONSTRUÇÃO  
DO INIMIGO  
NOS DISCURSOS  
PRESIDENCIAIS  
NORTE-AMERICANOS  
DO PÓS-GUERRA FRIA**

**LUCAS AMARAL BATISTA LEITE**

**A CONSTRUÇÃO DO  
INIMIGO NOS DISCURSOS  
PRESIDENCIAIS  
NORTE-AMERICANOS  
DO PÓS-GUERRA FRIA**

CONSELHO EDITORIAL ACADÊMICO  
Responsável pela publicação desta obra

Héctor Luis Saint Pierre  
Sebastião Velasco e Cruz  
Flávia de Campos Mello

LUCAS AMARAL BATISTA LEITE

**A CONSTRUÇÃO DO  
INIMIGO NOS DISCURSOS  
PRESIDENCIAIS  
NORTE-AMERICANOS  
DO PÓS-GUERRA FRIA**

**CULTURA  
ACADÊMICA**  

---

*Editora*

© 2013 Editora UNESP

**Cultura Acadêmica**

Praça da Sé, 108  
01001-900 – São Paulo – SP  
Tel.: (0xx11) 3242-7171  
Fax: (0xx11) 3242-7172  
www.culturaacademica.com.br  
feu@editora.unesp.br

CIP – BRASIL. Catalogação na publicação  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

---

L554c

Leite, Lucas Amaral Batista

A construção do inimigo nos discursos presidenciais norte-americanos do pós-Guerra Fria [recurso eletrônico] / Lucas Amaral Batista Leite. – 1. ed. – São Paulo : Cultura Acadêmica, 2013.

recurso digital

Formato: ePDF

Requisitos do sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-85-7983-469-1 (recurso eletrônico)

1. Estados Unidos – Influência. 2. Política e cultura – Estados Unidos. 3. Guerra Fria – Aspectos sociais – Estados Unidos. 4. Política internacional, 1945-1989. 5. Estados Unidos – Relações exteriores – 1945-1989. 6. Livros eletrônicos. I. Título.

13-07976

CDD: 327.73

CDU: 327(73)

---

Este livro é publicado pelo Programa de Publicações Digitais da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

Editora afiliada:



*À minha mãe, por construir com tanto carinho  
meu discurso-realidade.*



# AGRADECIMENTOS

Não é fácil recomeçar. Mudar de cidade e de estado, conviver com o diferente, deixar para trás um mundo já construído e fácil de lidar, pela experiência, pelos amigos e pela família. Ainda assim, é necessário. E tive pessoas próximas que me auxiliaram nessa grande mudança e tornaram esse novo desafio um trabalho extremamente prazeroso.

Agradeço à minha mãe pela devoção e exemplo de superação constante; ao meu pai, pelo estímulo acadêmico; e à minha irmã, pela sincera demonstração de fraternidade sempre que precisei.

Ao meu orientador, professor Marco Aurélio Nogueira, com quem aprendi a expandir os horizontes acadêmicos e de quem ouvi conselhos inestimáveis.

Aos professores Cristina Pecequilo e Samuel Soares, por terem aceitado com prontidão o convite para participar da banca de qualificação e de defesa deste trabalho, além, obviamente, dos proveitosos conselhos e correções.

Ao professor Geraldo Zahran, da PUC-SP, por confiar a este iniciante acadêmico a tarefa de auxiliá-lo por seis meses em um estágio-docência.

Aos amigos do PPGRI “San Tiago Dantas”: Alberto Montoya, Bárbara Motta, Camila Braga, Cintia Ribeiro, Fábio Favero, Fer-



nanda Magnotta, Fernando Brancoli, Hermes Moreira, Juliano Aragusuku, Karen Honório, Laís Thomaz, Laura Gonzalez, Lincoln Andrade, Priscila Pereira, Roberto Moll, Tainá Dias e Tamiris Burin.

Aos amigos que me apoiam desde a graduação e aos que fiz nessa nova caminhada: Camila Machado, Celso Filho, Erica Resende, Guilherme Casarões, Lucas Rezende, Rafael Mury, Raquel Rocha, Silvia Medeiros, Tatiana Teixeira, Thalyta Ferraz e William Daldegan.

Aos mestres de outrora e de agora: Héctor Luis Saint-Pierre, Javier Vadell, José Miguel Arias Neto, Matilde de Souza, Paulo Esteves, Silvana Seabra, Suzeley Kalil Mathias e Taiane Las Casas.

À Graziela Oliveira, competentíssima e querida amiga responsável pela biblioteca do PPGRI STD, sempre disposta a me salvar nas horas de pesquisa e auxiliar na eterna busca bibliográfica.

A Giovana Vieira e Isabela Silvestre, responsáveis pela secretaria do PPGRI STD, pela atenção e disponibilidade sempre que precisei de ajuda para entender a “nova era” paulistana.

À Capes, pelo financiamento desta pesquisa.

*Trabalhas sem alegria para um mundo caduco,  
onde as formas e as ações não encerram nenhum exemplo.  
Praticas laboriosamente os gestos universais,  
sentes calor e frio, falta de dinheiro, fome e desejo sexual.*

*Heróis enchem os parques da cidade em que te arrastas,  
e preconizam a virtude, a renúncia, o sangue-frio, a concepção.  
À noite, se neblina, abrem guarda-chuvas de bronze  
ou se recolhem aos volumes de sinistras bibliotecas.*

*Amas a noite pelo poder de aniquilamento que encerra  
e sabes que, dormindo, os problemas te dispensam de morrer.  
Mas o terrível despertar prova a existência da Grande Máquina  
e te repõe, pequenino, em face de indecifráveis palmeiras.*

*Caminhas entre mortos e com eles conversas  
sobre coisas do tempo futuro e negócios do espírito.  
A literatura estragou tuas melhores horas de amor.  
Ao telefone perdeste muito, muitíssimo tempo de semear.*

*Coração orgulhoso, tens pressa de confessar tua derrota  
e adiar para outro século a felicidade coletiva.  
Aceitas a chuva, a guerra, o desemprego e a injusta distribuição  
porque não podes, sozinho, dinamitar a ilha de Manhattan.*

Carlos Drummond de Andrade, Elegia 1938, em  
*Sentimento do mundo.*



# SUMÁRIO

Prefácio à 1ª edição 13

Introdução 17

1 Linguagem e identidade em relações internacionais 21

2 A construção da ameaça no pós-Guerra Fria de George  
H. W. Bush a Bill Clinton (1989-2000) 37

3 A construção do inimigo no governo de George  
W. Bush (2001-2009) 99

Considerações finais 123

Referências bibliográficas 129



## PREFÁCIO À 1<sup>A</sup> EDIÇÃO

O livro que o leitor tem em mãos, resultado de uma pesquisa de mestrado que tive a satisfação de orientar, representa um *tour de force* não usual nos estudos de relações internacionais. Ainda que não seja exemplo de investigação que fuja das correntes e ênfases dominantes nessa área de conhecimento, segue um caminho próprio, esgrimindo e dialogando com um objeto complexo, nem sempre devidamente valorizado e cujo tratamento sistemático exige a confluência de várias disciplinas mais ou menos especializadas – exige, por assim dizer, uma perspectiva totalizante e histórico-sistemática que valoriza e distingue a investigação.

Lucas Leite propôs-se analisar o discurso político norte-americano tendo como eixo a dicotomia amigo/inimigo, um dos grandes *topos* dos estudos sobre o poder político, o Estado e as relações internacionais. O tema, por si só, desafia por sua complexidade teórica e por sua concentração temática: afinal, ele privilegia a política e as características culturais que tingem de particularidade o discurso político nos Estados Unidos, potência que, para ser investigada, requer um pensamento astuto, ágil, refratário a maniqueísmos e simplificações.

Ciente de que teria de lidar com um grande problema de pesquisa, Lucas procurou recortá-lo com inteligência, de modo a torná-lo

passível de tratamento operacional. Antes de tudo, circunscreveu o trabalho à análise dos discursos presidenciais conhecidos como “o Estado da União” (*State of the Union Adresses*), pronunciamentos feitos no início de cada ano, em que o presidente aborda os temas que centralizam a atenção de seu governo e da opinião pública nacional e internacional – discursos, portanto, que ocupam lugar estratégico na explicitação das escolhas e ênfases políticas norte-americanas. São pronunciamentos, também, revestidos de grande valor simbólico, que se repetem de forma quase ritual desde praticamente as origens da República estadunidense.

Além disso, Lucas Leite limitou sua análise a um período específico (1989-2009), dotado de grande singularidade, aquele que se segue ao fim da Guerra Fria e da bipolaridade no cenário internacional. Foram assim destacados discursos diretamente relacionados a conflitos que se mostraram particularmente emblemáticos durante as administrações de George H. W. Bush (1989-1993), Bill Clinton (1993-2001) e George W. Bush (2001-2009). O recorte privilegiou os períodos inteiros desses governos, seja para facilitar o alcance de uma visão mais articulada, seja para garantir um mínimo de afastamento temporal, procedimento recomendável quando se analisam fatos políticos. Com isso, a pesquisa pode se debruçar sobre a dialética das mudanças e continuidades que tipificam a política norte-americana em distintos momentos: a quebra da ordem bipolar causada pela dissolução da União Soviética e o fim da Guerra Fria, a atuação norte-americana no que se chama de “momento unipolar” e a guinada conservadora com a “Guerra ao Terror” no governo W. Bush.

Lucas Leite também procurou se cercar de cautelas metodológicas. Buscou, como referencial teórico, autores filiados ao que se costuma designar como “pós-estruturalismo” em Relações Internacionais, corrente que atribui grande valor teórico e cognitivo à linguagem e às práticas discursivas para o estabelecimento de identidades e a construção das alteridades, das imagens do “outro”.

Como o leitor poderá constatar, o resultado foi substantivo. A pesquisa, que não procurou analisar as diferenças políticas entre democratas e republicanos, constatou que o discurso presidencial

norte-americano segue um padrão consolidado de narrativa, ainda que os presidentes façam suas próprias inflexões, em sintonia com as tradições partidárias e as circunstâncias históricas concretas. Os discursos ajudam, assim, a que se estabeleçam parâmetros para a compreensão das identidades particulares e da cultura nacional norte-americana.

Ao fixar o fim da Guerra Fria como marco da reconstrução pretendida, a pesquisa também contribui para que se veja o mundo em ritmo de transformação e reorganização, em um quadro no qual se plasmava uma nova realidade internacional e se recompunha o papel dos Estados Unidos. Não à toa, todos os presidentes do período expressaram a ideia de que seus governos eram “excepcionais” porque o momento histórico assim o exigia, buscando reiterar a ideia mestra de que o futuro da humanidade estaria diretamente ligado à atuação dos Estados Unidos. Ainda que o cenário internacional estivesse mais complexo e fragmentado, com modificações importantes no peso relativo das potências e subpotências e com a emergência de novos protagonistas, o discurso norte-americano insistirá no caráter universal dos valores sedimentados ao longo da construção histórica dos Estados Unidos. Tratou-se sempre de insistir na concepção de que a América se distinguiu como uma nação destinada à grandeza, uma espécie de “povo escolhido” obrigado a dirigir os demais.

Os atentados terroristas em 11 de Setembro de 2001 representaram evidentemente um corte, um ponto de inflexão. Possibilitaram que o discurso se radicalizasse e impulsionasse a radicalização da conduta externa do país. As narrativas deixarão de permanecer na constatação do caos crescente do mundo, avançando para o terreno mais demiúrgico da “barbárie” a ser enfrentada em nome da “civilização” ameaçada. O inimigo será ressignificado e devidamente demonizado: combater o terrorismo não é uma operação dedicada à busca de ordem e paz, mas sim à eliminação de uma “maldade” que ameaçava povos e indivíduos, a começar pelos norte-americanos.

Explorando com habilidade e rigor a lógica inerente aos discursos presidenciais, Lucas Leite contribui para que os Estados Uni-



dos sejam vistos segundo a visão dos próprios norte-americanos, que se sustenta sobre uma longa tradição histórico-cultural e sobre uma sedimentada, mas diversificada imagem do inimigo, que está fora e dentro, que pode ser o amigo de ontem ou o sorrateiro companheiro de viagem, o aliado ou o adversário contumaz, em suma, uma figura de múltiplas faces e características. Um “outro” que sempre se repõe.

*Marco Aurélio Nogueira*  
São Paulo, dezembro de 2013.

# INTRODUÇÃO

*Quem não vê bem uma palavra,  
não pode ver bem uma alma.*

Fernando Pessoa

A relação de amizade ou inimizade entre os povos e os indivíduos possivelmente não tem um ponto de surgimento detectável ou reconhecível. É provável que nossa memória não consiga sequer resgatar todos aqueles com os quais tivemos relações de afinidade e/ou hostilidade ao longo de nossas vidas, o que dizer então de milênios de história constantemente reconstruídos?

Também é provável que não exista uma única forma de compreender como as relações sociais se deram nesse sentido. O mundo já assistiu a apertos de mão amistosos que se tornaram olhares enviesados, da mesma forma como presenciou inimigos “eternos” se tornarem aliados com objetivos comuns. Não é de nosso interesse apreender todas as possibilidades de significado que as palavras “amigo” e “inimigo” carregam consigo, mas buscar entender como a linguagem se caracterizou como a principal forma de reificar e identificar relações de alteridade.

A ideia de um discurso que busque delimitar o outro como inimigo carrega consigo algumas marcas que envolvem discussões e

conceitos mais amplos. Dessa forma, é possível cogitar a existência inclusive de debates preestabelecidos entre formas de compreensão do que é civilizado e moderno e daquilo que é a barbárie. A relevância desse discurso não está apenas na delimitação de quem “eu sou” e de quem “o outro é”, mas também na percepção de quais narrativas legitimam e embarcam essas construções, por exemplo: a ideia de um constante progresso, a possibilidade de prever e conter riscos, instituições e modelos mais propensos ao sucesso e à paz etc. Por isso, grandes temas e eventos serviram como pano de fundo para a pesquisa que originou este livro, a fim de jogar luz nas contradições e “rachaduras” surgidas nesses discursos. A contraposição entre Ocidente e o resto, democracia e totalitarismo, paz e guerra é hipótese que pode ser levantada previamente, contraposição que se repete de modo incansável, na tentativa de resgatar construções passadas para legitimar ações no presente.

Murray e Meyers (1999) afirmam que a busca por inimigos é uma constante da política internacional. Os autores sugerem que o desaparecimento de um ator que se configura como ameaça não significa a garantia da paz ou a eliminação do discurso que construiu o inimigo anterior, mas que as narrativas se adaptam ao ambiente e às demandas de cada época. Afirmam ainda que as motivações podem ser as mais variadas: desde a vontade de permanecer no poder até o que pode ser considerado uma necessidade de mobilização da população contra determinado ator ou problema.

Segundo Green (1987), um traço marcante dos discursos políticos é a modificação ou adaptação dos termos usados em narrativas anteriores a situações contemporâneas. As palavras não teriam significado por si só, mas seriam fluidas ao extremo e ajudariam a demonstrar como a própria realidade é percebida ou determinado objeto passou a ser construído. Green ressalta o papel das construções discursivas na política norte-americana, na qual termos como “liberal” e “conservador” mudam constantemente de significado, de acordo com o ambiente político. Diversos termos antes considerados positivos passaram a carregar uma conotação distinta, o que seria um reflexo da mutabilidade de sentido.

Referindo-se aos Estados Unidos, Edwards (2008) recorda que o presidente norte-americano tem papel essencial na consolidação ou mudança de significados no que se refere à prática discursiva. De acordo com o autor: “[...] a construção presidencial de inimigos é um dos componentes centrais do léxico de política externa de um presidente e torna-se um guia básico para compreender a política externa norte-americana em geral” (p.831). Ainda segundo Edwards, a retórica presidencial é usada como ferramenta para moldar a percepção pública acerca de determinados atores e garantir apoio às decisões políticas. Por isso, o discurso de política externa de um presidente pode transformar a realidade política nas relações internacionais de um país.

Além disso, ainda afirma que uma das funções da retórica da política externa do presidente é didática. Os discursos que tratam de política externa buscariam ensinar o que é certo ou errado, quem são os amigos e os inimigos. A distância geográfica, a falta de contato direto e o fluxo constante de informações em boa parte contraditórias sobre o mesmo tema são fatores que dificultam o entendimento das questões de política externa pelo público comum. Dessa forma, o presidente tem papel essencial na criação de significados, por meio de construções discursivas que dão exemplos, resgatam a história comum da nação e, em alguns casos, ele usa a linguagem religiosa para explicar ou expor alguma situação.

Neste livro buscamos analisar a narrativa do inimigo por meio dos discursos presidenciais anuais norte-americanos, conhecidos como Estado da União (State of the Union addresses). São pronunciamentos emitidos no começo de cada ano, em que o presidente dos Estados Unidos discursa acerca de temas como política externa, defesa e economia, comuns desde os primeiros mandatos estabelecidos no país. Além disso, buscamos discursos diretamente relacionados a conflitos relevantes no período de análise. Selecionamos para nossa análise os discursos dos governos de George H. W. Bush (1989-1993), Bill Clinton (1993-2001) e George W. Bush (2001-2009). Foi escolhido o período entre 1989 e 2009 por se tratar de governos já encerrados no pós-Guerra Fria, o que ex-

clui os discursos de Barack Obama, atual presidente do país, eleito para um segundo mandato no ano de 2012, e por entendermos que seria necessário um afastamento temporal mínimo, estabelecido em 2009, último ano do governo de George W. Bush. Além disso, esses três governos permitirão analisar a possibilidade de mudanças ou continuidades em momentos distintos: a quebra da ordem causada pela dissolução da União Soviética e o fim da Guerra Fria; o momento de repensar a atuação norte-americana no que se chama de “momento unipolar”; a guinada conservadora e o surgimento da “guerra ao terror” no governo de Bush.

Como referencial teórico, utilizaremos especialmente Campbell (1992) e Walker (1993), considerados autores pós-estruturalistas da disciplina Relações Internacionais. A escolha desse paradigma não é aleatória, sobretudo quando se leva em conta a importância da linguagem e do discurso como objeto para esses autores. A fim de apresentar de modo esquemático as conclusões e tornar mais didático o entendimento das relações aqui estabelecidas, usaremos o desenho de pesquisa de Hansen (2006). Discutiremos com maior profundidade a importância que esses autores atribuem às práticas discursivas no estabelecimento de identidades e na relação de alteridade entre diferentes agentes.

# 1

## LINGUAGEM E IDENTIDADE EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

*Um véu como outros, tênue,  
guarda o segredo dos mortos.  
Nada mais que um véu.*

*Reminiscência de outros véus,  
de outras verônicas, de outras  
máscaras. Símbolo, estigma.*

Henriqueta Lisboa – Flor da morte

No contexto atual, o fenômeno conhecido como “giro linguístico” – também chamado de “virada linguística” – foi responsável pela introdução das questões discursivas nas ciências humanas e sociais, enfatizando o papel da linguagem e colocando o discurso como objeto de análise dos pesquisadores (Gracia, 2004). Entendemos por discurso a ação que produz significado por meio da linguagem, expressa de diversas formas (oral, escrita etc.), gera relações sociais e permite apreender a realidade. Portanto, a linguagem seria pré-requisito para a compreensão dos discursos que constroem nossas noções acerca de quem somos e de quem o outro é. De acordo com Rojo (2004):

[...] a atenção que hoje se dedica ao discurso é resultado de dois movimentos consecutivos e relacionados com o pensamento

ocidental do último quarto do século XX: o giro linguístico e o aumento da reflexividade social. Para os quais, aliás, a atenção ao discurso também veio contribuir. (p.208)

A partir daí, com o pensamento de que o discurso fazia parte da construção da realidade, passou-se a dar importância à sua análise, a fim de que a própria realidade fosse estudada – como os processos discursivos constituíam e construía o que era apreendido como real e sistêmico (Iñiguez, 2004). O estudo da linguagem passou então a ser utilizado por diversas áreas do conhecimento como forma de compreender fenômenos específicos de cada área e de introduzir novas possibilidades teóricas e metodológicas. Deixou de ser objeto apenas dos estudos linguísticos e obteve reconhecimento como ferramenta importante nas humanidades em geral. “Com efeito, a antropologia, a sociologia, a psicologia, a comunicação, a filosofia etc., todas fizeram suas contribuições e desenvolveram métodos específicos de análise” (id., *ibid.*, p.107).

No trabalho que originou este livro, o enfoque teórico foi dado ao arcabouço teórico pós-estruturalista. Os autores que defendem esse viés sustentam que a linguagem permite propor novas questões e, assim, expandir o campo de atuação dentro das Relações Internacionais (Resende, 2012). Essa tese é corroborada por Buzan e Hansen (2009), os quais afirmam que o pós-estruturalismo permite estudos na área de Segurança que privilegiam a análise de identidades conflitantes e reciprocamente constituídas por meio do discurso. Dessa forma, buscamos compreender como o discurso e a identidade se relacionam no que se entende como estrutura nessas proposições teóricas e como são definidos nas Relações Internacionais (RI)<sup>1</sup>, em especial na área de Segurança Internacional.

Nas Relações Internacionais, a discussão sobre o papel das identidades e a crítica a pressupostos mais positivistas ganhou peso com

---

1 O termo Relações Internacionais, em maiúsculas, refere-se à disciplina e área de estudos acadêmicos. Em minúsculas, refere-se às ações de determinado ator no cenário internacional. Fala-se, portanto, dos agentes das Relações Internacionais.

o que se chamou de Terceiro Debate. Segundo Resende (2012) e Lapid (1989), esse debate proporia novas formas de análise do sistema internacional, com a reavaliação das perspectivas racionalistas e estado-cêntricas comuns nas teorias realista e liberal.

O papel do discurso como construtor de ideias sempre esteve presente no construtivista (em sentido amplo, desde o mais positivista até o mais radical). O que diferencia a proposição de um autor com relação a outro é a forma como o discurso é apresentado em termos metodológicos, se dentro de uma estrutura fixa ou relacionado diretamente à desconstrução da realidade, inseparável dela e instável na sua estrutura (Buzan; Hansen, 2009). Essa primeira visão, mais estruturalista, pode ser corroborada com o seguinte argumento:

A linguagem não é a realidade, mas nossa única maneira de apreender a realidade, de forma a torná-la socialmente compreensível e útil. Os seres humanos são animais sociais, por isso a realidade em que existimos e agimos todos os dias é, em grande parte, uma realidade social e, na medida em que o é, necessita de linguagem. (Schonberg, 2009, p.10)

Nesse sentido, a construção das identidades acontece dentro de uma estrutura fixa, e os elementos discursivos ajudam a compreender como essa construção é feita a partir do que se apresenta dentro dessa própria estrutura. Não há, portanto, algo fora da estrutura ou dos discursos apreendidos, mas sim uma relação entre eles de autorreferenciação e construção, baseada no contexto, nos atores, nos objetivos, nos interesses etc. (Schonberg, 2009). Há ainda a percepção de que é necessário compreender como as identidades de atores distintos relacionam-se entre si e são construídas em contrapontos ou correlações. Um exemplo é a construção apresentada por Dijk (2008): “Semântica e lexicalmente, os outros são então associados não apenas com a diferença, mas também com o desvio (‘ilegitimidade’) e a ameaça (violência, ataques)”.

Isso é importante para que se consiga compreender como o “eu” é construído em relação ao “outro”, num processo de alteri-



dade ou complementaridade, expresso nos estudos de Segurança, por exemplo, na construção de aliados ou inimigos (Rojo, 2004). “Aqueles que se utilizam da linguagem ao examinar a construção da ameaça, do perigo e das identidades consideram que alcançamos uma melhor compreensão da complexidade e da própria construção” (Agius, 2010, p.63).

Uma abordagem considerada pós-estruturalista parte do pressuposto de que a percepção da realidade é baseada no que um agente apreende dos discursos que lhe são emitidos. Isso significa que não é possível apreender o conceito de identidade sem entender todo o processo em que ela foi construída discursivamente – neste aspecto, remetendo à própria construção da realidade como um ato discursivo (Buzan; Hansen, 2009). Nesse sentido:

[...] a linguagem tem uma capacidade estruturante e de influência que lhe fornece “poder social”. [...] O argumento central era que a escolha entre diferentes metáforas, eufemismos ou analogias possuía profundas consequências na maneira como a “realidade” era compreendida, e também, por essa razão, na adoção de políticas. (Buzan; Hansen, 2009, p.141)

O papel das figuras de linguagem, como a metáfora, a hipérbole e a metonímia, por exemplo, é central no entendimento de como um discurso se relaciona com a construção da realidade para os pós-estruturalistas. Essas figuras de linguagem configurariam desvios ou instabilidades nessas construções e permitem analisar o que estaria “por trás” do que é enunciado, o que demonstraria a fluidez da própria estrutura, uma vez que não são independentes entre si (Ricouer, 1992). De acordo com Campbell (1992): “[...] sinônimos, metonímias, metáforas não são formas de pensamento que adicionam um segundo sentido a uma literalidade primária e constitutiva das relações sociais. Ao invés disso, eles são parte do próprio terreno primário em que o social é constituído” (p.7).

Para compreender como as identidades são construídas em determinado discurso, é preciso apreender os elementos que fazem

que os atores representados se contraponham ao “outro”, em relações do que está dentro/fora, no interior/exterior, e que são manipulados como bem/mal, civilizados/bárbaros etc. “A ‘Segurança’ tornou-se, desta forma, uma dupla exigência ontológica, em que o Estado precisava estar seguro, mas também precisava do outro ameaçador para definir sua identidade, dando-lhe, conseqüentemente, segurança ontológica” (Buzan; Hansen, 2009, p.218).

O objetivo das análises pós-estruturalistas é, portanto, desconstruir estruturas percebidas em um discurso ou ação, a fim de desestabilizar “verdades” preconcebidas e encontrar instabilidades no que é apresentado (Mutimer, 2010).

Uma importante referência nos estudos pós-estruturalistas de Relações Internacionais é a obra de Walker, *Inside/outside: international relations as political theory* (1993). O autor procura demonstrar como a narrativa do Estado-nação moderno está ligada à construção de um espaço físico atemporal, com base na ideia de que a soberania, em determinado território, provém de tradições incontestáveis e universais. Ao discorrer sobre o assunto, Walker traz ao debate o discurso das fronteiras como delimitadoras da própria identidade estatal.

Por isso mesmo, o autor tenta demonstrar criticamente como as teorias de relações internacionais corroboram e perpetuam o discurso de comunidades fechadas sob constante ameaça, sobretudo ao colocar as relações entre os Estados como privilegiadas, em detrimento de uma visão holística das relações de poder. Para tanto, não seria positivo determinar apenas as questões históricas do processo de construção dos Estados, mas como o discurso da soberania estatal se constituiu enquanto universal e emancipatório.

Colocado de forma simples, o princípio da soberania estatal expressa uma articulação historicamente específica da relação entre o universal e o particular no espaço e no tempo. Como tal, ele afirma uma resolução específica de opções filosóficas e políticas, que devem ser reconhecidas em toda parte, e, ao mesmo tempo, define limites claros à nossa capacidade de imaginar qualquer outra possibilidade. (Walker, 1993, p.176)

A análise pós-estruturalista de Walker busca compreender a constituição de determinados discursos enquanto determinantes na formulação de identidades que se contrapõem entre o interno e o externo, representadas de diversas formas: eu e o outro, nós e eles, desenvolvido e atrasado, civilização e barbárie etc. Essa dicotomia busca delimitar não apenas contornos ideológicos na condição identitária, mas também materiais, ligados a territórios, populações e à história de como uma narrativa comum se constrói.

Dentro do que é constituído como espaço fixo e demarcado, as aspirações assumem tons universais e comuns: existe um pressuposto de ordem, de identificação de valores e do que espera o futuro. Tudo que se encontra além desse espaço torna-se “estranho”, incomum. As leis não se aplicam da mesma forma, surge o imponderável e o imprevisível, características que rodeiam o caos e a desordem. Dessa forma, o princípio da soberania estatal firma-se na negação do outro como alguém de fora, o estrangeiro, o *alien*, o desconhecido. A demarcação interna e a identificação do *self* só se tornam possíveis quando o seu contrário é bem delimitado – a exclusão do outro é que permite a criação do espaço interno e, por conseguinte, da ideia de soberania.

Deste modo, devemos tomar cuidado. O lado de fora é alheio e estranho, misterioso e ameaçador [...]. Conhecendo o outro do lado de fora, é possível afirmar identidades do lado de dentro. Conhecendo as identidades do lado de dentro, é possível imaginar as ausências do lado de fora. Esses procedimentos rotineiros também são familiares. Eles ratificam os códigos do nacionalismo e do patriotismo, o jogo de santimônia e projeção, a implausibilidade dos desconhecidos em um mundo de amigos e inimigos e a impossibilidade de qualquer escolha real entre a tradição e a modernidade. (Walker, 1993, p.174)

Para tanto, metáforas e analogias cumprem um papel essencial. A construção de imagens negativas do outro é mais facilmente assimilada quando associada a possíveis ameaças existenciais, daí a

importância da linguagem como fonte de construção identitária, de onde os significados cumprem o papel de estabelecer pontes entre o enunciador e o público e, ainda mais, de convencê-lo da existência de riscos, perigos e ameaças. De acordo com Walker (1993), do uso da linguagem se apreende a construção de mitos, heróis e tradições que perpetuam uma narrativa de defesa da moral e da ética de uma comunidade específica, ligada pelo pressuposto de uma racionalidade comum acerca do passado e da previsibilidade do futuro.

A distinção que Campbell (1992) estabelece entre risco e perigo é uma forma interessante de perceber como os termos podem ser usados de forma a tentar convencer uma plateia acerca de “necessidades” que um ator tenha sobre o que é construído em relação ao “outro” – por exemplo, na legitimação de uma intervenção ou na nomeação de um grupo como terrorista. Riscos pressupõem ameaças objetivas, enquanto perigos devem ser construídos para que possam ser entendidos como ameaças – são, portanto, subjetivos.

Para Campbell [...], a relação entre identidade e política externa resulta da própria noção de segurança, pois que “o perigo não é uma condição objetiva” e sim “um efeito de interpretação”. Se nem todos os riscos são iguais, e nem todos os riscos são interpretados como perigo, argumenta ele, é preciso então dar conta do papel da subjetividade na articulação do perigo. Daí a importância de elementos linguísticos dispersos no campo discursivo com os quais significados e representações são produzidos e transformados na articulação de discursos de perigo de forma a construir reflexivamente ameaças, (re)produzir identidades coletivas, além de privilegiar o Estado como espaço e ator capaz de gerar segurança e sentimento de pertencimento ao coletivo. (Resende, 2012, p.25)

O autor afirma que a interpretação tem papel essencial na conformação de algo como “perigoso” e, portanto, passível de se tornar uma ameaça objetiva e transportada para a materialidade da ação estatal. O “outro”, identificado como ameaça por Campbell, não é predeterminado. Pelo contrário, sua identificação parte da noção

de risco à existência material, mas é construída de forma ideal, por meio de contrapontos e oposições. Desse modo, não existiriam identidades fixas, da mesma maneira que não existem inimigos e ameaças delimitadas no espaço e no tempo. Estes podem ser apagados e reconstituídos de acordo com a própria identidade do ator contraposto.

O discurso serve como ligação entre a percepção do seu autor e seu interesse, aqui entendido como a prática ou os meios para atingir determinados objetivos. O processo de construção do ator responsável pelo discurso passa diretamente pelo processo de apagamento ou construção do outro a que se refere (como amigo ou inimigo, mas, neste caso, como inimigo). Apesar disso, não se trata de uma prioridade ao discursivo, em detrimento do não discursivo, mas sim de entender que não há possibilidade de construção de significado fora da linguagem. De acordo com Campbell (1992): “[...] todas aquelas práticas de diferenciação implicadas no confronto entre o eu e o outro e seus modos de figuração” (p.99). O risco é entendido como a condição material, aquilo que de fato pode causar dano ou agir de modo objetivo. Perigo, no entanto, é a condição subjetiva, aquilo que é entendido e construído como perigo, não porque necessariamente o é, mas por ser discursivamente expresso como tal.

Para o pós-estruturalismo, a linguagem é ontologicamente significante. É apenas por meio da construção da linguagem que o significado e uma identidade particular são dados às “coisas” – objetos, sujeitos, Estados, seres vivos e estruturas materiais. A linguagem não é uma ferramenta transparente, funcionando como um meio para o registro de dados, conforme (implicitamente) pressuposto pela ciência positivista e empiricista, mas um campo de prática social e política, e, deste modo, não há “significado verdadeiro” ou objetivo, além da representação linguística a que nos referimos. (Hansen, 2006, p.18)

Os significados em um discurso, portanto, não são desconectados da realidade que ele procura construir. São, de fato, parte in-

trínseca dele, sem a qual não se pode compreender como uma estrutura é construída e na qual as identidades se relacionam, de modo positivo ou negativo. Daí a conclusão de Campbell (1992) de que “[...] o mundo existe independentemente da linguagem, mas nunca poderemos conhecê-lo (além do fato de afirmarmos sua existência), porque a existência do mundo é literalmente inconcebível fora da linguagem e de nossas tradições de interpretação” (p.6; grifo do autor). Nesse processo, a identidade de um ator é construída em contraponto ao “outro” pela diferenciação.

Novamente, as relações de identidade entre “eu” e “outro”, construídas pela diferença, não são dadas pela estrutura, mas constantemente adaptadas e apagadas de acordo com os interesses e as percepções envolvidos, segundo Campbell (1992). Para este autor, as construções negativas de “perigo” e “ameaça” dependem não apenas da exaltação do “eu”, mas da construção de um espaço ou posição em que o “outro” possa ser percebido como “mal/mau” ou “inferior”.

Nesse contexto, a política externa é representada como “uma prática política central para a constituição, produção e manutenção da [...] identidade política” (id., *ibid.*, p.8). Identidade entendida como extremamente fluida e mutável, passível de modificação com o tempo e reescrita pela diferenciação na percepção do que é o “outro”. “Além disso, a constituição da identidade é conquistada por meio do traçado das fronteiras, que servem para demarcar um ‘dentro’ de um ‘fora’, um ‘eu’ de um ‘outro’, um ‘doméstico’ de um ‘estrangeiro’” (id., *ibid.*, p.8).

Por isso, a noção de perigo é aqui entendida como condição de possibilidade da própria identidade, cuja conformação muda de acordo com a percepção e a clareza que se tem em relação a quem é essencialmente o “outro”. A identidade ganha significado por meio do estabelecimento das fronteiras, e não do que é preestabelecido como nacional ou comum. Ao contrário, depende do que é estranho e distinto. “Sobretudo, assim como a fonte de perigo nunca foi fixa, a identidade, que se dizia estar ameaçada por ela, também nunca o foi. Os contornos desta identidade foram sujeitos a uma constante (re)escrita [...]” (id., *ibid.*, p.33).

Essa reescrita passa pelo que já dissemos sobre a construção da fronteira como o espaço de delimitação da identidade, em contraponto ao que está exterior a ela. Para tanto, é possível estabelecer uma conexão com o que afirma Beck (2006):

O cosmo nacional foi dividido entre “dentro” e “fora” claramente definíveis, e no centro dele o Estado-nação governa e cria ordem. No espaço interno experimental, as questões de trabalho, política e identidade cultural e os conflitos delas decorrentes foram percebidos e trabalhados no contexto da nação, como um fórum para a ação coletiva. Isso foi acompanhado internacionalmente, no espaço exterior experimental, pela imagem do “multiculturalismo”, em que a autoimagem nacional é refletida e fortalecida ao marginalizar e excluir os desconhecidos. Em consequência, a distinção nacional/internacional foi sempre mais do que uma distinção: funcionou mais como uma profecia autorrealizável permanente. (p.47)

Em um sentido mais amplo, fazer política, no sistema internacional, é contrapor identidades que se deduzem pela diferenciação. A política externa, nesse aspecto, atua como o filtro de ordenação do “eu” em relação ao “outro”.

Por ser dependente de contextos históricos específicos, podemos dizer que, para o Estado, a identidade pode ser compreendida como o resultado de práticas excludentes, em que elementos resistentes a uma identidade resguardada do “lado de dentro” são relacionados, através de um discurso de “perigo”, a ameaças identificadas e localizadas do “lado de fora”. O resultado disso é que fronteiras são construídas, espaços são demarcados, padrões de legitimidade são incorporados, interpretações da história são privilegiadas e alternativas são marginalizadas. (Campbell, 1992, p.75)

A política externa torna-se prática reprodutiva da identidade para a qual opera, e essa prática é constituída, como afirmamos, pela diferença. Mais que isso, a referenciação espacial de dentro/

fora torna possível também a referenciação moral do que é superior em relação ao que é inferior. Dessa forma, a construção discursiva da identidade de determinado ator não é apenas a delimitação do seu espaço de atuação, mas a marcação do “eu” moralmente superior ao “outro”. Perigo, portanto, não é apenas uma condição externa, mas inerente ao relacionamento de identidades diametralmente opostas que se colocam o tempo todo em contradição.

Ainda em relação à fronteira, a demarcação do território de atuação do “interno” em contraponto ao “externo”, no referencial moral, abrange a distinção dos que são civilizados e do que é a barbárie. A fixação em um território específico carrega consigo a prática da exclusão ao território alheio, local em que o princípio regente não é o costume considerado civilizado e compartilhado pelos semelhantes, mas práticas e técnicas que configuram em si a identidade do “diferente” e, portanto, não civilizado. Essa separação é o que permite a emergência de novas percepções de perigo. “Nesse contexto, não há escassez, no horizonte da política global, de candidatos a novos discursos de perigo (como a aids, o ‘terrorismo’ e o sinal generalizado de anarquia e incerteza)” (Campbell, 1992, p.196).

Para concluir esse argumento, é possível apreender da obra de Campbell que segurança e subjetividade estão conectadas de modo intrínseco. A conformação do que é “cabível” de se tornar assunto de segurança para o Estado depende exatamente da delimitação que a política externa faz por meio da identidade e da diferenciação, colocando o discurso do perigo como força criadora. A realidade, portanto, não é dada por uma natureza específica de identidades fixas e inter-relacionadas, mas pela construção constante das diferenças não estabelecidas previamente e em cujas “rachaduras”, reescritas e “apagamentos” o perigo é delimitado.

Não à toa, Beck (2006) lembra o uso do medo pelo Estado para definir aquele que é potencialmente perigoso e coloca em risco a própria existência do cidadão que recebe esse tipo de discurso. A lógica da maior vigilância e do investimento em determinadas áreas, como Defesa e Forças Armadas, está diretamente ligada à necessidade de legitimar um discurso que propicie essa ação no plano da política, o que só é possível em uma sociedade dita democrática, por



meio da construção discursiva dessa necessidade – o que envolve, portanto, o risco, o perigo e, enfim, a ameaça.

## Desenho de pesquisa

Para a pesquisa que originou este livro, a estrutura analítica proposta por Hansen (2006) mostrou-se adequada para perceber como a diferenciação entre o “eu” e o “outro” é construída por meio do discurso. Hansen cita quatro elementos a serem delimitados nessa estrutura de pesquisa:

- 1) **Número de atores**<sup>2</sup>: diz respeito ao número de atores ou agentes envolvidos na análise textual. Pode ser: a) único, quando se trata apenas de um ator responsável pelo discurso; b) comparativo, quando vários atores têm seus discursos cruzados e comparados entre si; c) cruzado, contrapondo-se discursos de dois (ou mais) atores que têm relação dicotômica entre si.
- 2) **Tipos de texto**: é a seleção do tipo textual a ser abordado. Divide-se em: a) discursos oficiais: são transmitidos por órgãos estatais e agências ou proferidos diretamente pelos seus autores físicos, como presidentes e ministros; b) debate político amplo: engloba outras formas de discurso, como a mídia, partidos políticos de oposição e corporações; c1) representações culturais: envolvem o estudo de questões culturais mais gerais; c2) discursos políticos marginais.
- 3) **Perspectiva temporal**: é a posição do texto selecionado no tempo. O discurso pode ser alocado sob três perspectivas: a) em um momento específico ou período de tempo; b) em momentos distintos, para que seja feita a comparação entre eles; c) desenvolvimento histórico: como determinado fenômeno discursivo se desenvolve historicamente.

---

2 Aqui entendidos como atores ou agentes.

- 4) **Número de eventos:** é a limitação de eventos abordados pelo discurso. Pode ser: a) um evento único; b) eventos múltiplos, que se relacionam através de determinado assunto; c) eventos múltiplos, que se relacionam ao longo do tempo.

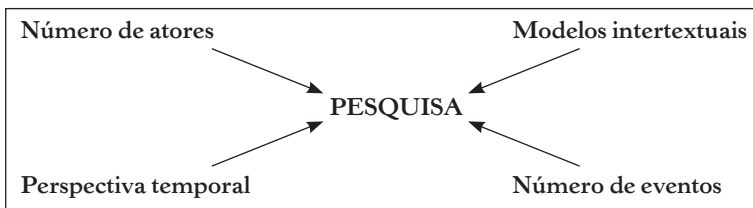


Figura 1 – Estrutura analítica de pesquisa.

Fonte: Baseado no modelo proposto por Hansen (2006, p.81).

Essa proposição possibilita construir um desenho de pesquisa que permite abordar os principais elementos de um discurso (ou de vários discursos). Nessa estrutura, são colocados tanto os atores quanto o contexto discursivo, ou seja, há a preocupação não somente com quem é responsável pelo enunciado, mas também com o lugar em que o discurso em questão foi construído e como foi construído, preocupação necessária à compreensão de todos os elementos que virão a constituir o “eu” e o “outro” no processo de diferenciação também proposta pela autora. “A estratégia da análise de discurso é a de incorporar fatores materiais e ideacionais, ao invés de privilegiar um ao outro” (Hansen, 2006, p.23).

Hansen propõe, em um primeiro momento, a criação de uma estrutura que permita compreender como são construídos os processos de ligação de cada uma das identidades (do “eu” e do “outro”). Depois que esse processo é concluído, passa-se ao processo de diferenciação, em que cada uma das identidades é colocada em contraponto à outra, de modo a demonstrar como as construções discursivas se relacionam.

Os processos de ligação e diferenciação fornecem conceitos teóricos e ferramentas metodológicas para a condução de análises empíricas e permitem uma análise estruturada e sistemática sobre

como os discursos procuram construir estabilidade, onde se tornam instáveis, como podem ser desconstruídos, os processos através dos quais mudam. Como o significado de cada signo é estabelecido por meio de ligação e diferenciação, sempre haverá um hiato entre eles: são ligados uns aos outros, mas nunca são os mesmos. A instabilidade pode tornar-se explicitamente articulada se o outro é construído como alguém radicalmente diferente, mas também como parte do eu. Contudo, os discursos em geral envolvem uma análise mais cuidadosa de como as ligações e as justaposições entram em conflito entre si. (Hansen, 2006, p.44-5)

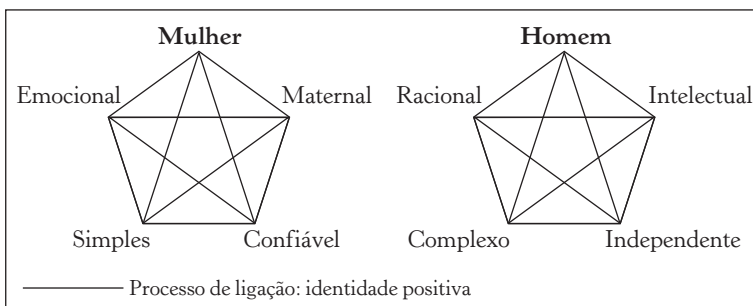


Figura 2 – Processo de ligação identitária.

Fonte: Modelo exemplificativo retirado de Hansen (2006).

Essas características remontariam à construção das identidades de cada um dos atores relacionados no desenho de pesquisa. No caso apontado por Hansen (Figura 2), a identidade da mulher apresenta características que se contrapõem à do homem. Essas relações específicas de cada ator relacionam-se dentro da mesma identidade, mas devem ser desconstruídas em relação ao “outro”, a fim de que o que pode parecer uma construção “positiva” do “eu” seja percebido da maneira como possivelmente é, em uma relação de hierarquia e posição (Hansen, 2006). As identidades apresentadas por esse autor, analisadas individualmente, apenas remontam o quadro de cada um dos atores, mas não explicitam as possíveis inconsistências das relações identitárias em um discurso. Para tanto, é necessário o processo de diferenciação.

Metodologicamente, deve-se, então, começar pela identificação dos termos que indicam uma construção clara do outro [...] ou do eu [...]. A construção de identidade não é, entretanto, obtida somente pela designação de um signo particular para o outro ou para o eu, mas, sim, pela localização de tal signo dentro de um sistema mais amplo. (Hansen, 2006, p.41-2)

A diferenciação proposta por Hansen apresenta-se próxima do que Campbell (1998) discute no processo de construção das identidades. Para esse autor, as construções negativas de “perigo” e “ameaça” dependem não apenas da exaltação do “eu”, mas da construção de um espaço ou posição em que o “outro” possa ser percebido como “mau” ou “inferior”.

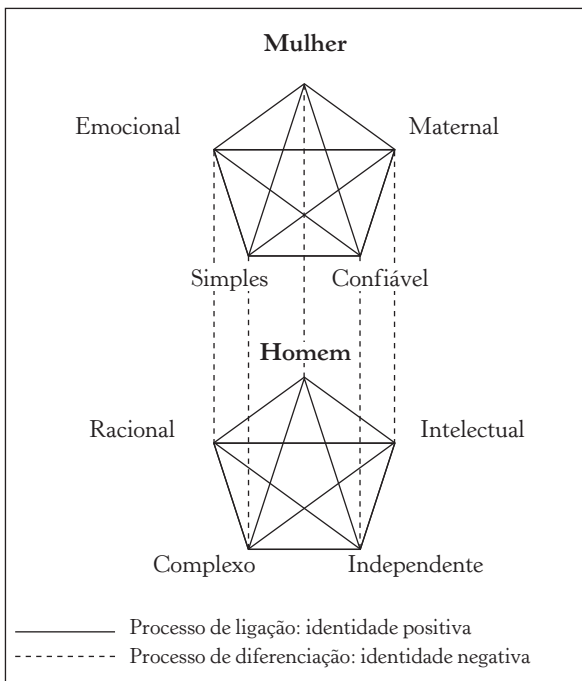


Figura 3 – Processo de ligação e diferenciação identitária.

Fonte: Modelo exemplificativo retirado de Hansen (2006).

Na Figura 3, já é possível perceber como as identidades são não apenas construídas, mas justapostas, de modo que uma (a do homem) assume posição superior, com características que, inicialmente, se não comparadas, apenas representariam um processo identitário separado: “Compreender a identidade como produzida através de processos de ligação e diferenciação fornece um relato teórico e metodológico da maneira pela qual os discursos procuram fundamentar a estabilidade e também como esta pode sempre ser desconstruída” (Hansen, 2006, p.37).

## 2

# A CONSTRUÇÃO DA AMEAÇA NO PÓS-GUERRA FRIA DE GEORGE H. W. BUSH A BILL CLINTON (1989-2000)

*A linguagem política é projetada para fazer mentiras  
soarem verdadeiras e os assassinatos, respeitáveis, e dar uma  
aparência de solidez ao puro vento.*

George Orwell

O fim da Guerra Fria representou a dissolução desse conflito que se prolongou por mais de quarenta anos. Mais que isso, significou a vitória, autoproclamada, dos Estados Unidos e do mundo ocidental, do capitalismo e da democracia liberal.

Afinal, o que significou para os Estados Unidos a inexistência de uma ameaça estatal como era a União Soviética? E como seria o mundo daquele momento em diante? Haveria novos rivais e ameaças capazes de substituir os soviéticos? A ideia central do artigo de Fukuyama (1989), muito comum no período, é que o fim da Guerra Fria representaria a conclusão de toda uma era, o que ele chama de “fim da história”. A vitória do sistema capitalista, expressa por meio da permanência dos Estados Unidos como a única superpotência no mundo, representaria ainda a vitória da democracia liberal como o modelo a ser seguido pelos demais países. Não haveria mais inimigos, como havia sido a União Soviética, que encarnava não apenas uma ameaça objetiva (geopolítica e militar), mas também a própria organização econômica e social.

Nesse sentido, a vitória do liberalismo, tal como vista por Fukuyama, carrega consigo a ideia de uma sociedade evolutiva, baseada no progresso constante e universal. A noção de uma “América vitoriosa” serviria para corroborar esse pressuposto de que o mundo caminharia para o que ele considera o passo adiante da evolução humana: a prevalência do sistema ocidental de governo e organização.

A tese do “fim da história”, entretanto, apresenta graves limitações. Uma delas é o foco estado-cêntrico, em que os Estados sozinhos delimitam o escopo das mudanças possíveis no sistema internacional. Essa premissa, inclusive, permite expandir a crítica ao surgimento de novas ameaças e problemas no pós-Guerra Fria. Podemos citar a organização de redes terroristas, o tráfico internacional de armas e drogas, os conflitos étnicos e nacionalistas. Fukuyama parece ignorar a existência do mundo fora do embate Leste-Oeste, as suas peculiaridades e os seus problemas, que permaneceram ou se acnetuaram com o fim da Guerra Fria.

Outro autor importante para entender o contexto acadêmico e político do pós-Guerra Fria é Huntington (1993). Sua contribuição é lembrada principalmente pela previsão de que os conflitos dessa nova era não seriam ideológicos ou econômicos, mas sim culturais. Huntington previa um “choque de civilizações”, em que os Estados permaneceriam como principais atores e formariam grandes blocos homogêneos que disputariam entre si a hegemonia no sistema.

O principal confronto – o qual é foco de muitas críticas às suas ideias – aconteceria entre o Ocidente e as demais civilizações, em particular o que ele chama de mundo islâmico. Sua tese prevê diferenças culturais inconciliáveis, as quais seriam responsáveis por colocar civilizações umas contra as outras.

É possível perceber certo etnocentrismo em suas ideias, quando caracteriza o Ocidente como uma civilização homogênea e culturalmente evoluída em comparação com as demais. Para Huntington, da mesma forma que para Fukuyama, haveria uma gradação no nível evolutivo das sociedades, e o Ocidente representaria o ponto máximo em que se encontra a humanidade na época atual. Além

disso, sua obra faz uma conexão clara entre as grandes religiões do mundo com as civilizações, tornando seu “choque de civilizações” ainda mais emblemático e preconceituoso.

Muito do pensamento desses dois autores pode ser percebido nos discursos dos presidentes Bush e Clinton. Afinal, trata-se de um período de instabilidade na ordem que durou mais de quarenta anos, uma vez que o pós-Guerra Fria ainda precisava ser apreendido e reconstruído – a realidade precisaria ser reinterpretada e, do mesmo modo, os significados passariam a assumir formas distintas.

No período que se segue à queda do Muro de Berlim e ao fim da Guerra Fria, surge um debate político nos Estados Unidos a respeito do papel do país no mundo.

Em 1991, como epitáfio do meio século de bipolaridade, a desintegração da União Soviética suprimiu o polo oriental do sistema internacional vigente até então. O conjunto da geometria do espaço global da Guerra Fria foi radicalmente alterado, fazendo com que as fronteiras ideológicas e geopolíticas desenhadas em Yalta e Potsdam perdessem significado. O fim da Guerra Fria acabou legando aos Estados Unidos a condição de única superpotência que reunia, simultaneamente, força militar e hegemonia estratégica global, o que provocou um debate sobre a configuração de poder que se sucederia à dissolução da União Soviética. (Resende, 2011, p.121)

Dois correntes destacam-se: a dos isolacionistas e a dos internacionalistas (Pecequillo, 2005; Resende, 2011). A primeira defende o afastamento dos norte-americanos das questões internacionais, sobretudo de conflitos que não mais demonstravam caráter ideológico e, portanto, não exigiriam a presença dos Estados Unidos. O foco, de acordo com esse grupo, deveria ser doméstico, em particular no que diz respeito à prosperidade econômica do país. Se o capitalismo e a democracia venceram, então a preocupação dos governantes deveria restringir-se a garantir que os Estados Unidos permanecessem como a maior economia do mundo, além de prover



os recursos necessários para aumentar o bem-estar da sua população (id., *ibid.*).

Os internacionalistas, ao contrário, enxergavam o fim da Guerra Fria como o momento ideal para os Estados Unidos exercerem seu papel de liderança do “mundo livre”. Para isso, seria necessária a formulação de uma nova estratégia, direcionada para os desafios do mundo de então. O fim da União Soviética e a unipolaridade representariam uma oportunidade única para os norte-americanos promoverem seus ideais e garantirem a consolidação de seu poder (id., *ibid.*).

Nesse debate, não houve necessariamente um vencedor. Os Estados Unidos não iriam abdicar de uma presença internacional que garantisse os recursos de sua grandeza e a satisfação dos interesses nacionais. Da mesma forma, não era interessante manter uma estrutura que tinha como objetivo um inimigo que não mais existia. O país viveu o período pós-Guerra Fria na busca de uma grande estratégia, capaz de substituir a contenção. Apesar da permanência de elementos como a defesa do livre comércio e da democracia, havia grande dificuldade em estabelecer um “norte” para a política externa do país em relação aos desafios que a hegemonia impunha.

A presidência de George H. W. Bush, portanto, tem importância dupla: trata-se do último governo norte-americano da Guerra Fria e também da administração em um mundo considerado unipolar, marcado pela vitória norte-americana. Um dos polos do conflito, que poderia ter dizimado a vida no planeta, simplesmente deixou de existir com os acontecimentos do fim da década de 1980 e o início da década de 1990. Com isso, a centralidade da ameaça externa representada pela União Soviética extinguiu-se. É esse mundo pós-Guerra Fria que se busca compreender neste livro.

De acordo com Ambrose e Brinkley (1997), na prática não houve nenhuma mudança significativa na condução da política externa com o fim da Guerra Fria. A queda do Muro de Berlim e a dissolução da União Soviética teriam acontecido com uma desenvoltura tão inesperada que não seria possível propor uma nova forma de ver o mundo e lidar com a realidade de então. Nesse sen-

tido, o governo Bush preocupou-se em manter a estabilidade do sistema, adotando políticas similares ao seu antecessor: o apoio aos Contras na Nicarágua e à liberalização política na África do Sul, a continuação da Iniciativa de Defesa Estratégica (Strategic Defense Initiative – SDI), entre outras. Com Gorbachev, Bush procurou estreitar relações, a fim de manter-se informado e possivelmente influenciar a tomada de decisão de seu colega soviético – perpetuaram com rapidez iniciativas de redução de armamento estratégico na Europa e de tropas em diversas regiões (Ambrose; Brinkley, 1997; Haass, 2009).

Apesar das perspectivas positivas quanto à paz e à segurança internacional, dois conflitos emergiram menos de um ano depois do fim da Guerra Fria: a anexação do Kuwait pelo Iraque e a crise na Iugoslávia. Contudo, como veremos neste capítulo, Bush claramente optou por dar maior importância às tensões no Oriente Médio. Segundo Ambrose e Brinkley (1997), no caso da Iugoslávia, apenas sanções econômicas ocuparam a ordem do dia, não se cogitando uma intervenção militar ou o uso da força. A proximidade com os países do Leste europeu, a falta de interesses claros e a ausência de recursos essencialmente estratégicos são apontadas como possíveis justificativas.

A emergência de duas crises simultâneas em regiões distintas do globo possibilitou a percepção de que os Estados Unidos adotariam, pelo menos no curto prazo, uma estratégia de seletividade no pós-Guerra Fria (id., *ibid.*). Os conflitos não se relacionavam mais à garantia da sobrevivência norte-americana no sistema internacional, mas sim aos interesses dos Estados Unidos – o inimigo fixo que podia ser encontrado na imagem da União Soviética, ou “império do mal”, agora estava difuso e demandava uma análise prévia dos custos e benefícios e, portanto, da necessidade de construir uma ameaça e justificativa plausíveis à plateia norte-americana.

É nesse contexto que nossa análise centrará as atenções na construção de uma América que busca garantir sua liderança no sistema internacional, baseada em princípios e valores universais. Em contraponto, a Guerra do Golfo, selecionada como “ameaça” à

emergência da nova ordem, desponta como o principal foco de debate interno nos Estados Unidos e, em consequência, nos discursos do presidente George H. W. Bush.

## A “nova era mundial”

Em seu discurso inaugural e no primeiro discurso sobre o Estado da Nação, George H. W. Bush (1989a; 1989b) ainda lidava com um mundo dividido entre as duas superpotências e o conflito Leste-Oeste. No entanto, mesmo com o fim da Guerra Fria, o discurso do presidente mantém a noção de excepcionalidade norte-americana, e nele é recorrente seu apelo à necessidade de atuação dos Estados Unidos no sistema internacional: “Há um novo mundo de desafios e oportunidades diante de nós, e há uma necessidade de liderança que apenas a América pode fornecer” (Bush, 1990a; grifo nosso).

Sobre o mito da excepcionalidade, concordamos com o argumento de Resende (2012):

Segundo o mito, o caráter excepcional americano seria o elemento que distinguiria a sociedade norte-americana do restante do mundo, permitindo-lhe, portanto, não se submeter, necessariamente, às mesmas regras, normas, valores e contingências históricas às quais outras nações foram submetidas. A reprodução do mito da excepcionalidade transmite e perpetua, nos imaginários nacionais, a ideia de que os Estados Unidos estariam mais preparados e qualificados a assumir responsabilidades que transcendem as fronteiras nacionais, e que suas instituições e sistemas políticos e sociais seriam os mais perfeitos e infalíveis. Para alguns críticos, no entanto, a noção de que a América seja diferente e única tem sido utilizada não somente para descrever e explicar suas ações, mas para racionalizá-las e legitimá-las. Apesar de já ter abandonado grande parte da representação de “povo eleito”, ainda assim é possível reconhecer naquele mito a apropriação de determinados

significados próprios do puritanismo na articulação da representação da “América excepcional”. (p.288)

Enquanto o debate político e intelectual buscava comparar os prós e contras das opções isolacionista e internacionalista, Bush (1990a) manteve praticamente a mesma linha discursiva durante seu governo. As poucas mudanças dizem respeito à construção do período pós-Guerra Fria como um momento único a ser aproveitado pelos Estados Unidos e seus aliados para a promoção dos valores considerados centrais à nação norte-americana. Nesse sentido, a construção de um sistema livre é o traço marcante do período. “Sabemos o que funciona: a liberdade funciona. Sabemos o que está certo: a liberdade está certa” (Bush, 1989a; grifo nosso). “A âncora do nosso mundo atual é a liberdade [...]. E a liberdade está no coração da ideia que é a América” (id., 1990a; grifo nosso).

A liberdade, para os norte-americanos, é construída como uma ideia abrangente, uma vez que Bush (1990a) não especifica claramente o que ele entende por um mundo livre. A democracia e os mercados abertos e ligados à economia mundial recebem aprovação, mas a promoção dessas ideias é relegada mais à noção de que uma evolução natural aconteceria com o fim da Guerra Fria – sugerindo uma aproximação com o que defende Fukuyama (1989) e a tese do “fim da história”.

A política externa norte-americana funciona com maior eficiência na esfera doméstica quando atrelada a algum tipo de valor moral e, em 1989, não havia bárbaros prestes a invadir os portões da civilização. Nesse sentido, a tese de fim da história forneceu algum arcabouço intelectual temporário – apesar de todas as suas fragilidades teóricas aparentes – em um período em que a administração carecia de uma visão e de um projeto estratégico amplo e coerente. A década de 90, portanto, inaugura um período de formulação de propostas de estratégias ancoradas em novas visões do sistema internacional, de possíveis conflitos, novas ameaças e inimigos novos ou ressurgidos. (Resende, 2011, p.140)

O espaço deixado pela União Soviética permite uma abordagem mais generalizada das prioridades e ameaças aos Estados Unidos (Edwards, 2008). Permanece um espírito de cautela, aliado a certo otimismo, em relação à URSS, justificado pelo desconhecimento quanto ao futuro soviético e pela lembrança de que o armamento estratégico e convencional desse país continua existindo, apesar das mudanças políticas que se seguiram à queda do Muro de Berlim e às reformas de Gorbachev (Bush, 1990a).

Essa talvez seja a razão das demonstrações de apoio ao secretário soviético pelo presidente norte-americano. Bush preferia lidar com alguém com quem já tinha um relacionamento positivo e não demonstrava recuar nas reformas, a fim de garantir um processo que fosse visto pelo norte-americano como em direção à democracia e ao livre-mercado (Ambrose; Brinkley, 1997; Haass, 2009).

A noção de “chamado” faz parte do excepcionalismo norte-americano e é constantemente resgatada por Bush (1989a): “Alguns veem a liderança como um drama intenso e o clamor das trombetas, e, algumas vezes, isso está certo” (grifo nosso). “Nós, americanos, apenas começamos nossa missão de bondade e grandeza” (id., 1989b). É possível traçar um paralelo religioso na formação política dos Estados Unidos, pelo chamado discurso do “jeremiada”<sup>1</sup> – como se o presidente fizesse um “sermão político” que incluiria ideias cristãs à formulação da política externa e do papel do país como nação: “Pela graça de Deus, a América venceu a Guerra Fria” (id., 1992a). Esse discurso busca justificar as ações norte-americanas no mundo como fruto do desejo divino, guiadas por razões baseadas na fé e não apenas nas relações de poder terrenas (Resende, 2012). Essa justificativa tem o intuito de tornar os norte-americanos infalíveis, invencíveis, protegidos por Deus e livres da crítica humana, a qual não tem capacidade para entender desígnios superiores.

---

1 Para mais informações sobre a influência desse discurso na narrativa política norte-americana, consultar Resende (2012).

Da mesma forma, o presidente Bush (1989a), em seu discurso, recorre repetidamente a razões morais para a definição das políticas de seu país: “A América nunca é completamente ela mesma, a não ser que esteja comprometida com princípios morais elevados”. Os Estados Unidos agem como agem porque são bons e certos, e esta caracterização em geral é acompanhada de uma fundamentação universalista. A bondade, a certeza e a justiça são buscadas por todos os povos, e como os norte-americanos têm essas qualidades, não precisam de mais nenhuma razão para agir. São um povo correto por natureza, destinado a liderar o mundo em direção ao progresso (id., 1989a; 1991b).

O discurso de nação excepcional conecta-se ao da liderança. Por terem tal noção de si mesmos, os norte-americanos se autodelegam a defesa de determinados ideais – que são estendidos a toda a humanidade, uma vez que os consideram universais e certos –, entendidos por uma noção básica: a liberdade. Os Estados Unidos são o “melhor amigo” da liberdade e, como seu povo atingiu a grandeza por ser livre, os outros povos também devem ter esse direito garantido por esse país (Bush, 1989b; 1990a). No governo Bush, esse direito de proteção à liberdade não remete especificamente à necessidade de transformar todos os outros regimes em democracias. Afinal, como já afirmamos, existe uma crença de que isso aconteceria no longo prazo, devido à noção de evolução constante do sistema internacional e da vontade humana. A promoção da democracia como política externa não se encaixa no discurso pós-Guerra Fria do presidente Bush, ainda repleto de generalizações e marcado pela busca por uma grande estratégia, o que não elimina o apoio constante aos Estados que vivenciam reformas e adotam contornos políticos e econômicos mais liberais, como no caso do Leste europeu (id., 1989b).

O fim da Guerra Fria é construído constantemente como um marco fundamental na história da humanidade (Bush, 1990a; 1991b). Para melhor compreender essa divisão entre antes/depois, pode-se fazer a comparação com o período pós-Segunda Guerra Mundial. A vitória dos Aliados contra o Eixo é resgatada como

forma de aludir à autoproclamada vitória norte-americana no conflito Leste-Oeste. O discurso de Bush (1990a) mostra isso com clareza, ao lembrar que o pós-1945 definiu as referências e os termos que ajudaram a compreender todo o sistema internacional, o que se repete no que ele chama de “Revolução de 89”:

1945 nos proveu com o quadro comum de referência, os ponteiros de uma bússola da era pós-guerra, em que confiamos para compreender a nós mesmos. E esse era o nosso mundo, até agora. Os eventos do ano terminaram agora, a Revolução de 89, e foram uma reação em cadeia – mudanças tão impressionantes que marcam o começo de uma nova era dos assuntos mundiais. (Bush, 1990a; grifo nosso)

Essa construção, que marca dois períodos e exalta as características de importância e excepcionalidade, é retomada por Bush (1991b) em um termo mais genérico e que viria a ser bastante recordado e criticado: “nova ordem mundial”. “O que está em jogo é [...] uma grande ideia: uma nova ordem mundial, em que diversas nações estejam unidas em torno de uma causa comum a fim de atingir os anseios universais da humanidade – paz e segurança, liberdade e o Estado de direito” (grifo nosso). A noção de que uma nova era surgia no sistema internacional conecta-se mais uma vez à ideia do excepcionalismo norte-americano, ao mesmo tempo que proclama o “fim da história” – a era da liberdade e da democracia, um tempo sem rivais perceptíveis, como havia sido o nazismo na Alemanha e o comunismo soviético. Nas palavras de Bush (1990a), “as portas da liberdade estariam abertas a partir daquele momento” e os princípios guiadores dessa nova era seriam muito claros: a democracia, o livre-mercado e a liderança norte-americana.

De acordo com Hoff (2008), a ideia de uma “nova ordem mundial” não era nova. Essa noção já teria sido usada em exemplos menos palatáveis à audiência norte-americana e à revelia do que pretendia o presidente Bush. O termo pode ser encontrado nas ideias do pangermanismo alemão da década de 1930, de Adolf

Hitler, sobre uma “nova ordem europeia”, e do expansionismo imperial japonês, no mesmo período, sobre uma “nova ordem” de prosperidade asiática. Ainda de acordo com a autora:

De fato, a nova ordem mundial de Bush, apesar de não ser um novo conceito na história da diplomacia norte-americana, continha uma faceta bastante perigosa: ela mostrou que os Estados Unidos poderiam agir no Oriente Médio (e, implicitamente, em toda parte) sem as coibições que existiam durante a Guerra Fria, quando havia rivalidade entre as superpotências. (Hoff, 2008, p.158)

A superioridade dos Estados Unidos, ao vencerem a Guerra Fria, era percebida como a comprovação de que nenhum outro país seria capaz ou deveria se adiantar na liderança das questões internacionais, a partir do exemplo ou de forma mais assertiva, como será visto mais à frente (1992a).

Por dois séculos, a América serviu ao mundo como um exemplo inspirador da liberdade e da democracia. Por gerações, a América liderou a luta para preservar e estender as bênçãos da liberdade. E hoje, num mundo rapidamente em transformação, a liderança norte-americana é indispensável. Os americanos sabem que a liderança traz fardos e sacrifícios. Mas também sabemos os motivos pelos quais as esperanças da humanidade voltam-se para nós. Somos americanos, temos uma responsabilidade única para fazer o trabalho duro da liberdade. E, quando fazemos, a liberdade funciona. (Bush, 1991b; grifo nosso)

A alusão ao passado também acontece quando o presidente Bush (1990a) retoma um discurso do ex-presidente Truman no qual este afirma que a liderança norte-americana seria essencial para o fim do comunismo no mundo. Os Estados Unidos teriam sido os defensores da democracia desde o fim da Segunda Guerra Mundial, com a vitória dos Aliados sobre os países do Eixo, ao assumirem seu papel na conformação do mundo ocidental e como



exemplo a ser seguido pelos demais países: “Mas nós somos os Estados Unidos da América, a liderança do Ocidente que se tornou a liderança do mundo” (id., 1992a).

## A Guerra do Golfo

A invasão do Kuwait pelo Iraque representou uma inflexão, mesmo que momentânea, na política externa do governo Bush (Pecequillo, 2005). A indefinição representada pelo vácuo deixado pela União Soviética deu lugar, temporariamente, a respostas rápidas à invasão, como demonstra o atentado não apenas ao Kuwait, mas a todos os países do Golfo, e à própria estabilidade e paz que existiria no sistema internacional.

Cabe notar que, apesar da maneira como os Estados Unidos construíram a invasão iraquiana – baseada em atos cruéis e irracionais –, sinais de tensão já eram percebidos na região anos antes da anexação do Kuwait. De acordo com Glain (2011), o Congresso norte-americano teria adotado sanções à aquisição de equipamentos e tecnologia sensíveis pelo governo do Iraque ainda em 1988. No contexto regional, a Guerra Irã–Iraque teria feito o governo de Saddam Hussein endividar-se com diversos países da região, sobretudo os Emirados Árabes Unidos e o Kuwait.

Saddam Hussein justificou a invasão do pequeno país ao sul do Iraque alegando a necessidade de garantir que os kuwaitianos respeitassem o preço e o nível de produção de petróleo estabelecido pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), além de afirmar que o vizinho estaria roubando esse recurso de seu território (Glain, 2011). Para o governo norte-americano, contudo, a anexação iraquiana representaria ameaças claras: o controle de uma região rica em petróleo e a perspectiva de um Iraque poderoso o suficiente para subjugar seus vizinhos e adquirir armas de destruição em massa que poderiam ser lançadas contra aliados dos Estados Unidos (em especial a Arábia Saudita e Israel). Quando o Iraque ocupa a atenção dos Estados Unidos nas questões relacionadas à segurança e defesa nacional, a exaltação norte-americana

torna-se menos genérica e busca fazer um contraponto à construção de um inimigo externo, que tem um “rosto” distinto e para quem são dirigidas as palavras de conformação do “outro”.

A reação de George Bush foi buscar a criação de uma coalizão internacional liderada pelos Estados Unidos e aprovada pelas Nações Unidas, a fim de fazer que Saddam Hussein retirasse suas tropas do Kuwait e aderisse às resoluções aprovadas na Assembleia Geral e no Conselho de Segurança<sup>2</sup>. Cabe lembrar que o momento de transição pelo qual passava a União Soviética facilitou a barganha política para aprovação das resoluções nas Nações Unidas – Gorbachev precisava de apoio e evitava a confrontação, sobretudo por receber ajuda financeira do mundo ocidental (Hoff, 2008). Em um primeiro momento, o objetivo norte-americano foi garantir a integridade e a segurança da Arábia Saudita, país que a administração Bush considerava estratégico para os interesses dos Estados Unidos e o mais ameaçado pela presença iraquiana no Kuwait devido à movimentação de tropas na região.

No dia 7 de agosto de 1990, os Estados Unidos enviaram um enorme contingente de soldados para a Arábia Saudita, na chamada Operação Desert Shield<sup>3</sup> (Escudo no Deserto). O objetivo era impedir a invasão iraquiana do território saudita, assim como demonstrar a força do poderio norte-americano, ao deslocar número tão grande de efetivo militar para uma região tão distante do país. Ainda assim, o governo iraquiano permaneceu no Kuwait e não atendeu às exigências previstas nas resoluções da Organização das Nações Unidas (ONU). Segundo Haass (2009), essa doutrina pregava o uso maciço de tropas em conflitos rápidos e com objetivos previamente estabelecidos. A Operação Desert Shield, bem como as demais ações militares posteriores, foi empregada com base na chamada Doutrina Powell, nome emprestado de Colin Powell, que havia lutado na Guerra do Vietnã e defendia o emprego

---

2 Especificamente, as resoluções 660, 661, 662, 664, 665, 666, 667, 669, 670, 674 e 677.

3 Mais de 500 mil soldados foram enviados.

da força norte-americana somente em conflitos nos quais a vitória militar pudesse ser planejada e desferida com rapidez, ao contrário do “trauma” causado pelo conflito no Sudeste asiático, no qual os norte-americanos amargaram derrotas militares e políticas. Além disso, essa doutrina previa que as tropas deveriam ser enviadas de imediato e em número suficiente para cumprir os objetivos previstos, ou seja, mesmo com a sua superioridade tecnológica, os Estados Unidos deveriam ter certeza de que sairiam vitoriosos, quaisquer que fossem as necessidades impostas (Haass, 2009).

Dessa forma, os Estados Unidos conseguiram a aprovação da Resolução 678<sup>4</sup>, que permitia o uso da força para retirar as forças armadas de Saddam Hussein do Kuwait. Foi dado um ultimato: até o dia 15 de janeiro de 1991, as tropas iraquianas deveriam sair do país vizinho e Hussein deveria aceitar todas as exigências feitas pela organização internacional. Findo o prazo, os norte-americanos iniciaram, no dia 17 de janeiro de 1991, a operação Desert Storm, expulsando os iraquianos do Kuwait em aproximadamente cem horas de combate, além de destruir parte considerável das forças de Saddam Hussein. A ação foi guiada por quatro pontos, de acordo com o presidente Bush (1990b):

Quatro princípios simples guiam nossa política. Primeiro, buscamos a retirada imediata, incondicional e completa de todas as forças iraquianas do Kuwait. Segundo, o governo legítimo do Kuwait deve ser restaurado para substituir o regime fantoche. E, terceiro, meu governo, como foi o caso de todos os presidentes, do presidente Roosevelt ao presidente Reagan, está comprometido com a segurança e a estabilidade do Golfo Pérsico. E, quarto, estou determinado a proteger as vidas dos cidadãos norte-americanos no exterior.

As forças armadas iraquianas foram significativamente reduzidas (apesar de não totalmente destruídas), o Kuwait foi “libertado”

---

4 Disponível em <<http://www.unhcr.org/refworld/docid/3b00f16760.html>>. Acesso em: 18 nov. 2012.

e o governo anterior foi reconduzido ao poder (Haass, 2009). No entanto, não é possível afirmar que a região tenha se tornado mais estável e pacífica, ou mesmo que os princípios de “liberdade” e “democracia” tenham se convertido em premissas para a ação política dos governantes. Veremos, na próxima seção, como foi explicado o conflito com o Iraque e como Saddam Hussein ocupou lugar de destaque como maior ameaça à ordem internacional.

Glain (2011) afirma que, apesar do otimismo relacionado à rápida vitória militar, os objetivos políticos não teriam sido todos alcançados. O autor ressalta que a falta de incentivos à formação de instituições e arranjos regionais, e não apenas *ad hoc*, que pudessem promover a democracia e evitar novos conflitos, é um dos entraves que costuma ser apontado. A destruição da infraestrutura do país e o levante dos curdos, com violenta repressão iraquiana – os Estados Unidos abstiveram-se militarmente e não intervieram –, são outras consequências negativas da Guerra do Golfo. Segundo Ambrose e Brinkley (1997):

Hussein pôs fim às revoltas curda e xiita com uma eficiência brutal e sangrenta. A coalizão, liderada pelos Estados Unidos, que surgiu em defesa do Kuwait, assistiu a artilharia e os helicópteros de ataque iraquianos devastarem os rebeldes. O embargo da ONU contra a venda do petróleo iraquiano continuou, assim como as outras sanções econômicas, e os Estados Unidos auxiliaram as nações europeias a estabelecer campos de refugiados para os curdos (quase dois milhões de curdos foram desalojados de suas casas), mas não houve resposta militar. (p.396)

Mesmo com o fim das hostilidades, tropas norte-americanas permaneceram na Arábia Saudita sob a alegação de defender o país caso Saddam Hussein voltasse a atacar algum vizinho. Ficou ainda decidido que dois paralelos definiriam a zona de restrição aérea no Iraque, além do pagamento ao Kuwait e aos Estados Unidos e aliados relacionado a compensações de guerra (Haass, 2009).

## A construção da ameaça iraquiana

O presidente Bush faz relação direta entre a intervenção no Iraque e o que ele chama de desafios de uma nova era. O que estaria em jogo não seria apenas a integridade e a soberania de um pequeno país asiático, mas a própria “nova ordem mundial”. O objetivo é transmitir a noção de moralidade universal, de ataque aos princípios que definem a humanidade e, por conseguinte, deveria ser condenado por todos.

Como americanos, sabemos que há momentos em que devemos manter um passo à frente e aceitar nossa responsabilidade de liderar o mundo para longe do caos sombrio dos ditadores, em direção à clara promessa de um dia melhor. Cerca de cinquenta anos atrás, começamos nossa luta contra o totalitarismo agressivo. Agora enfrentamos outra hora decisiva para a América e para o mundo. (Bush, 1991b; grifo nosso)

A vitória na Guerra Fria não seria apenas dos Estados Unidos, mas de toda a humanidade. E a liderança norte-americana no confronto com a União Soviética teria resultado em uma Europa livre e sem divisões. Essa atuação é então transposta ao pedido dos norte-americanos de serem apoiados nas sanções ao governo de Saddam Hussein pela invasão e anexação do Kuwait. Nesse momento, há uma elevação do discurso moral, com a separação clara entre bem e mal – o povo norte-americano, guiado por princípios maiores do que seus interesses, buscaria a confrontação com a personificação do mal (Saddam Hussein) pelo bem maior da liberdade e do que é bom no mundo.

Por esse motivo, os Estados Unidos colocam-se à frente dos demais e “aceitam” a responsabilidade de liderar o mundo contra o caos que ditadores como Saddam Hussein poderiam infringir-lhe – em uma nova era de transformação positiva, evolução e direção rumo à democracia e a ideais mais nobres. Outro binômio que se encaixa nessa construção é o de garantia da ordem, de manutenção

da previsibilidade que o fim da Guerra Fria trouxe (apesar da mudança de *status quo* nas relações internacionais e no equilíbrio de forças provocada pela dissolução da União Soviética).

Dessa forma, Saddam Hussein encarnaria uma irracionalidade típica de regimes totalitários e ditatoriais. De acordo com Bush (1991b), ditadores como Hussein seriam agressivos por natureza e não se intimidariam com facilidade, porque não levariam em conta o bem-estar de suas populações ou princípios considerados universais pela humanidade. A ambição por mais poder, exemplificada com a agressão a um “pequeno e indefeso” país como o Kuwait, demonstraria as expectativas em relação a esse tipo de governante. Para atingir seus objetivos, egoístas e apenas pessoais, Saddam Hussein não hesitaria, portanto, em fazer qualquer coisa que estivesse ao seu alcance, inclusive usar armas de destruição em massa, independentemente do sofrimento que viessem causar: “[...] esse ditador brutal fará qualquer coisa, usará qualquer arma, cometerá qualquer ultraje, não importa quantos inocentes sofram” (id., *ibid.*).

Essa construção negativa de um sujeito irracional e levado a agir pelo impulso egoísta de garantir seus interesses também é usada para demonstrar a ameaça contra países vizinhos, sobretudo a Arábia Saudita e Israel, ambos aliados norte-americanos na região (Bush, 1990b; 1991b). Saddam Hussein atuaria indefinidamente até que fosse impedido de se envolver na região, de acordo com a justificativa norte-americana. Além disso, não se poderia permitir que em uma era de otimismo e liderança norte-americana o caos reinasse em uma região estratégica para os Estados Unidos, rica em petróleo e da qual viria boa parte da importação norte-americana do produto.

Para ressaltar as características negativas de Saddam Hussein, Bush (1990b) usa de um resgate histórico: o presidente iraquiano agiria da mesma forma que Adolf Hitler nas ações prévias ao início da Segunda Guerra Mundial, atacando rasteiramente, e sem ser provocado, seus vizinhos próximos. A comparação não está explícita, mas é corroborada pela alusão à forma como Saddam teria

iniciado sua ofensiva, em estilo parecido com o de Hitler, no que é conhecido como *blitzkrieg*.

Menos de uma semana atrás, nas primeiras horas da manhã do dia 2 de agosto, as Forças Armadas iraquianas, sem provocação ou aviso, invadiram o pacífico Kuwait. Enfrentando resistência insignificante de seu vizinho muito menor, os tanques iraquianos atravessaram o Kuwait em poucas horas, como em uma *blitzkrieg*. (Bush, 1990b; grifo nosso)

A plausibilidade dessa análise pode ser verificada ao se constatar que Saddam Hussein era alguém em quem não se podia confiar, por ter feito uma promessa anteriormente de que não atacaria o Kuwait ou qualquer outro vizinho e não tê-la cumprido, do mesmo modo que o acordo entre autoridades britânicas e Adolf Hitler também não foi cumprido: “Essa agressão veio apenas horas depois de Saddam Hussein garantir a diversos países da região que não haveria invasão. Não há qualquer justificativa para esse ato brutal e ultrajante de agressão” (Bush, 1990b; grifo nosso). “Apenas quatorze dias atrás, Saddam Hussein prometeu a seus amigos que não invadiria o Kuwait. E, quatro dias atrás, prometeu ao mundo que se retiraria. E duas vezes testemunhamos o que suas promessas significam: suas promessas não significam nada” (id., ibid.; grifo nosso).

A agressividade de Saddam é diretamente relacionada aos acontecimentos da década de 1930 que resultariam na eclosão da Segunda Guerra Mundial. “Mas se a história nos ensina algo, é que devemos resistir à agressão, ou ela destruirá nossa liberdade. Conciliação não funciona. Como foi o caso dos anos 1930, vemos em Saddam Hussein um ditador agressivo ameaçando seus vizinhos” (id., ibid.; grifo nosso).

A intervenção norte-americana é posteriormente justificada com uma construção do Iraque como país capaz de impor sua vontade por meio da força. O presidente Bush afirma que o Iraque é um país rico e poderoso, detentor do quarto maior exército do mundo

e de grandes reservas de petróleo, o que tornaria economicamente possíveis os planos de manutenção de um grande exército, bem como a compra de armamento e o desenvolvimento de armas estratégicas (id., *ibid.*, 1990b).

O conjunto das construções negativas em torno de Saddam Hussein, da possibilidade de uso de sua força contra vizinhos “pacíficos e indefesos” e também contra aliados estratégicos norte-americanos, contribui para a criação da iminência quanto à necessidade de agir (Bush, 1990b; 1991a).

Vencemos a luta pela liberdade na Europa porque nós e nossos aliados nos mantivemos resolutos. Manter a paz no Oriente Médio não exige nada menos. Estamos começando uma nova era. Esta nova era pode estar repleta de promessas, uma era de liberdade, um tempo de paz para todos os povos. (Bush, 1990b; grifo nosso)

O Iraque constituiria uma enorme ameaça à “nova ordem mundial” e a tudo o que ela representava, por isso os Estados Unidos deveriam resistir à tentativa de invasão de Saddam Hussein, ou estariam permitindo que essa agressão destruísse a liberdade que adviria da nova era que se vivia: “Os crimes e torturas terríveis cometidos pelos capangas de Saddam contra o povo inocente do Kuwait são uma afronta à humanidade e um desafio à liberdade de todos” (Bush, 1991a; grifo nosso). A invasão ao Kuwait é construída não apenas como um conflito interestatal, como um problema entre dois países, mas como uma questão global, que envolveria a humanidade pelo que estaria em jogo: a garantia do que é certo e justo, expresso por meio da ideia de liberdade.

A construção da ameaça atinge um ponto crítico quando o presidente Bush alerta para a possibilidade de o Iraque possuir armas nucleares, além das comprovadamente existentes armas químicas: “Enquanto o mundo aguardava, Saddam tentava adicionar ao arsenal de armas químicas que ele agora possui uma arma de destruição em massa infinitamente mais poderosa: uma arma nuclear” (id., *ibid.*). O tom do discurso busca aumentar o grau de perigo decor-



rente da inação. A espera, pelo mundo, de que Saddam Hussein recuasse só faria aumentar a certeza de que ele representava uma ameaça aos países vizinhos e lhe permitiria adquirir armamento potencialmente mais destruidor.

No discurso sobre a Operação Desert Storm, Bush (1991a) usa repetidamente a frase “Enquanto o mundo esperava”, com o intuito de enfatizar a necessidade de agir (e ao mesmo tempo justificar a ação militar, uma vez que esta já havia sido aprovada e estava em curso). Nessa ânsia de agir com urgência, o presidente norte-americano exalta a maldade de Saddam, como se este tivesse perpetrado ele mesmo as brutalidades expostas por Bush: “Enquanto o mundo aguardava, Saddam Hussein sistematicamente violentou, pilhou e saqueou uma pequena nação que não representava uma ameaça à dele. Submeteu o povo do Kuwait a atrocidades indescritíveis – e estas vitimaram crianças inocentes, mutiladas e assassinadas” (ibid.; grifo nosso).

Na mesma linha, em busca de criar um sujeito e um contexto desprezados da racionalidade e da bondade inerentes aos humanos (em que creem os ocidentais), a invasão de Saddam Hussein é construída como uma ameaça às economias do “Terceiro Mundo”, às democracias do Leste europeu, ao mundo inteiro, inclusive à economia norte-americana. Essa afirmação talvez seja a mais genérica de todo esse discurso, uma vez que busca incluir na plateia (aqueles a quem o discurso se dirige) praticamente qualquer indivíduo. “Enquanto o mundo aguardava, enquanto Saddam nos retardava, mais dano sofriam as frágeis economias do Terceiro Mundo, as democracias emergentes da Europa do Leste, o mundo todo, incluindo a nossa própria economia” (Bush, 1991a). O presidente Bush mistura razões políticas e econômicas à justificativa de agir e refaz a conexão com o contexto de democratização e “nova ordem mundial” de discursos anteriores.

Nesse discurso, é possível enxergar um elemento de radicalização entre os principais sujeitos envolvidos em nossa análise, por meio do binômio civilizado/selvagem, e que viria a ser repetido por

Bill Clinton, mas usado sobretudo por George W. Bush, na construção da “guerra ao terror”, como veremos adiante.

Este é um momento histórico. Progredimos muito no ano passado, ao acabar com a longa era de conflitos e de Guerra Fria. Temos diante de nós a oportunidade de criar, para nós mesmos e para as futuras gerações, uma nova ordem mundial – um mundo em que o direito, e não a lei da selva, governe a conduta das nações. Quando formos bem-sucedidos – e seremos –, teremos uma chance real nessa nova ordem mundial, uma ordem em que uma Organização das Nações Unidas confiável poderá exercer o seu papel de manter a paz para cumprir a promessa e a visão de seus fundadores. (Bush, 1991a; grifo nosso)

A dicotomia é expressa pela comparação da “nova ordem mundial”, da vitória da democracia e do “reino da justiça” com a selvageria de ditadores como Saddam Hussein e sua “lei da selva”. No discurso do presidente norte-americano, a negativa iraquiana em aceitar as resoluções das Nações Unidas apenas comprovaria essa tese, porquanto a própria vontade norte-americana coincidiria com a dessa organização.

De acordo com Bush (1990b; 1991a; 1991c), não se poderia esperar uma reação diferente de Saddam Hussein. Afinal, trata-se de um ditador que age com brutalidade contra seu próprio povo, desrespeita o direito internacional, não cumpre as promessas que faz, é irracional e mau. Portanto, os crimes e torturas cometidos por “ele” são uma afronta a toda a humanidade e um desafio à liberdade de qualquer indivíduo. Essa suposição reafirma a tônica do discurso norte-americano de colocar o certo/errado como princípio de atuação e justificativa para agir. Não é o interesse dos Estados Unidos que contaria, mas exigências morais determinadas pela própria humanidade.

Em seu antepenúltimo discurso especificamente voltado às ações militares contra o Iraque, Bush (1991c) é mais objetivo e apenas reafirma as exigências feitas em outras oportunidades. Ressalta

a base jurídica da ação norte-americana e os esforços diplomáticos de seu país para evitar o uso da força para retirar Saddam do Kuwait. A ideia da urgência reaparece quando afirma que Saddam Hussein está ainda mais empenhado em seus atos irracionais e só busca um objetivo, o de destruir completamente o Kuwait e seu povo: “[...] o que vimos foi o esforço redobrado de Saddam Hussein para destruir completamente o Kuwait e seu povo” (id., *ibid.*). Dessa vez, a lembrança da ação “certa e justa” não é colocada como inerente aos norte-americanos, mas a todos os países pertencentes à coalizão no ataque às tropas iraquianas, o que reforça a fronteira do amigo/inimigo entre aqueles que apoiam a ação norte-americana (os que estão dentro do bloco ocidental e compartilham os mesmos princípios universais) e Saddam Hussein (que representa o não ocidental irracional, inimigo da liberdade, da moralidade cristã ocidental etc.).

O penúltimo discurso de Bush (1991d) também se destaca pela objetividade, mas tem foco distinto. Aborda Saddam como um sujeito covarde e manipulador. Uma vez derrotado pela coalizão liderada pelos Estados Unidos, o presidente iraquiano teria se retirado por vontade própria, e não pela necessidade que o conflito lhe impusera. O presidente dos Estados Unidos aproveita essa distorção feita por Saddam Hussein para lembrar que este não tem credibilidade e qualquer tentativa de aceitar com facilidade as resoluções da ONU, em um momento crucial para a eliminação das tropas iraquianas, só serviria para permitir-lhe reagrupar suas tropas e atacar novamente no futuro.

O último discurso de Saddam é um ultraje. Ele não está se retirando – suas forças derrotadas é que estão recuando. Ele está tentando reivindicar vitória em meio à derrota – e não está desistindo do Kuwait voluntariamente. Ele está tentando salvar os resquícios do poder e controlar o Oriente Médio de todas as maneiras possíveis. (Bush, 1991d; grifo nosso)

Bush reafirma seu compromisso com a estratégia colocada no início do conflito: acabar totalmente com a possibilidade de

mobilização das tropas iraquianas naquele momento e no futuro, com base na Doutrina Powell de emprego completo das forças. De acordo com o presidente norte-americano (1991d), Saddam Hussein tinha que aprender as consequências de sua agressão, além de afirmar que ele agia de forma patológica – ou seja, além de irracional, Saddam teria atacado o Kuwait movido por um desejo doentio de destruir seu vizinho, ignorando qualquer premissa de cálculo racional e objetivos políticos.

Bush ainda afirma que não atacará nenhum soldado em retirada, desde que esteja desarmado, da mesma forma que não hesitará em atacar qualquer um que apresente condição de combate, mesmo em retirada. “Conforme anunciamos ontem à noite, não atacaremos soldados desarmados em retirada. Mas não temos escolha, a não ser considerar as unidades de combate em retirada uma ameaça e revidar. Qualquer outra coisa representaria um risco adicional de mortes do lado norte-americano e da coalizão” (Bush, 1991d). De acordo com Haass (2009), o presidente norte-americano não cumpriu sua promessa e houve ataques contra homens das forças armadas de Saddam Hussein, independentemente de portarem armas ou não na retirada.

No discurso final de Bush (1991e) sobre a Guerra do Golfo, predomina a exaltação da coalizão (em especial os Estados Unidos) no combate contra as forças iraquianas. O universalismo é traço marcante, uma vez que a vitória é considerada não dos Estados Unidos, mas das Nações Unidas, de toda a humanidade, e sobretudo daqueles princípios pelos quais estariam lutando inicialmente, como a justiça e “o que é certo”: “Nenhum país pode reivindicar a vitória como sua. Não foi apenas uma vitória para o Kuwait, mas uma vitória para todos os parceiros da coalizão. Essa é uma vitória para os Estados Unidos, para toda a humanidade, para o Estado de direito, e pelo que é certo” (id., *ibid.*; grifo nosso).

É interessante notar que Saddam Hussein é citado uma única vez, o que levanta a hipótese de que o presidente norte-americano abdicou da personalização do conflito (uma vez já terminado) e passou a se dirigir novamente ao Iraque como nação, de forma genérica. “Em

todas as oportunidades, eu disse ao povo do Iraque que nossa desavença não era com ele, mas, ao contrário, com sua liderança e, acima de tudo, com Saddam Hussein. [...] Vocês, povo iraquiano, não são nossos inimigos” (Bush, 1991e). Isso é corroborado pela afirmação de Bush de que todo o conflito ocorreu apenas contra Saddam Hussein, e não contra o povo iraquiano – apesar da obviedade do contrário, uma vez que um conflito interestatal ocorre entre as forças armadas dos países envolvidos e não entre seus líderes, diretamente (a não ser no plano da retórica e, possivelmente, no da diplomacia).

A Guerra do Golfo e a emergência de novos focos de conflito demonstraram que a “nova ordem mundial”, ao contrário de estabelecer um mundo rumo ao progresso constante e o fim das guerras, necessitava de uma análise menos retórica e mais atenta às transformações da época. Como afirma Pecequillo (2005), a invasão do Kuwait pelo Iraque demonstra que o “fim da história” ainda estava longe e que o mundo não caminhava em direção a uma ideologia estanque e puramente ocidental.

George Bush aprenderá essa lição de uma maneira dura, ao tentar a reeleição no ano de 1992 e ser derrotado pelo candidato democrata, Bill Clinton. Será feita uma breve análise, a seguir, das razões que levaram à eleição de Clinton e, posteriormente, das percepções da presidência democrata sobre as mudanças no sistema internacional.

## O governo Clinton

William J. Clinton tornou-se o quadragésimo segundo presidente norte-americano, com uma agenda muito clara: o foco nas questões domésticas, particularmente a recuperação da economia, a diminuição dos déficits de seu país e a criação de novos empregos.

De acordo com Jones (1998), Clinton era um político ambicioso, que focava sua atuação nos relacionamentos interpessoais e no contato direto com o público. Isso o teria ajudado a construir uma imagem de homem comum norte-americano, capaz de entender as

dificuldades do típico cidadão de classe média. Além disso, ele teria se aproveitado da imagem oposta de seu antecessor, constantemente lembrado como um governante da “política externa”, em detrimento das questões domésticas e dos problemas econômicos (Haass, 2009).

Outro fato importante que determinou a vitória de Clinton foi a expressiva votação recebida pelo candidato independente, o bilionário texano Ross Perot. Este recebeu 19% dos votos, enquanto Bush, que tentava a reeleição, obteve 37%; dessa forma, Bill Clinton conseguiu a marca de 44% (Ambrose; Brinkley, 1997; Pecequilo, 2005). De acordo com Pecequilo (2005), ele não se preocupou “em esconder seu desinteresse em lidar com questões internacionais, enfatizando a necessidade de serem revertidas as prioridades norte-americanas do interno para o externo” (p.308).

Ainda segundo a autora, a política externa deveria buscar a promoção da economia norte-americana, por isso tornou-se famoso o slogan: “É a economia, estúpido!”, extraído de uma frase proferida por Clinton durante a campanha presidencial para demonstrar o foco de suas atenções. Para o Departamento de Estado, foi escolhido Warren Christopher, que, de acordo com a autora, era visto com ressalvas e exemplo de que Clinton não teria interesse em política externa como seu antecessor ou não envidaria esforços para criar novas formas de atuação norte-americana no sistema internacional. O outro nome relacionado à política externa foi o de Anthony Lake, que ocupou o cargo de assessor de Segurança Nacional durante os dois mandatos de Clinton e foi responsável pela Estratégia de Segurança Nacional de seu governo.

## O papel da América

Em seu discurso inaugural, em janeiro de 1993, Clinton (1993a) exalta as qualidades do povo norte-americano, da mesma forma que seu antecessor, relacionando-as à excepcionalidade dos Estados Unidos. Conjuntamente à retomada de um discurso similar a um sermão político, Clinton faz ligações diretas entre o papel do seu

país na condução do “mundo livre e democrático”, da mesma forma como seus antecessores fizeram em momentos decisivos, como o da Guerra Civil e da Grande Depressão: “De nossa revolução à Guerra Civil, à Grande Depressão, ao movimento dos direitos civis, nosso povo sempre reuniu a determinação para construir, a partir dessas crises, os pilares de nossa história” (id., *ibid.*).

É interessante notar que o otimismo presente nos discursos de George Bush são atenuados. Os Estados são grandes e têm oportunidades únicas, mas o que está “lá fora” ameaça a construção desse mundo similar à ordem interna, pautada pela liberdade. Nesse primeiro contato com sua audiência, Clinton ignora qualquer especificidade relacionada ao ambiente externo, apesar de qualificá-lo como perigoso e instável. O período inicial de sua gestão, inclusive, será marcado pelas generalizações na definição dos objetivos políticos e de uma grande estratégia para a política externa dos Estados Unidos: “Hoje, enquanto uma velha ordem se vai, um novo mundo está mais livre, mas menos estável” (Clinton, 1993a).

No mês seguinte, em seu primeiro discurso sobre o Estado da Nação, Clinton (1993b) demonstra manter a mesma linha perseguida durante sua campanha presidencial. Explica com detalhes como pretende reanimar a economia norte-americana e expõe, durante quase todo o seu discurso, as suas preocupações com os temas domésticos. A falta de ameaças externas claras aos Estados Unidos expressa-se pela exclusão dos temas relativos a política externa nesse discurso, que, apesar de longo, aborda de modo tímido essa agenda (Resende, 2011). Os raros detalhes perceptíveis, ainda que gerais, tratam novamente o período pós-Guerra Fria como um “momento histórico” no qual os Estados Unidos são chamados a assumir o papel de líderes desse “novo mundo”.

Outro aspecto interessante do discurso, mas ligado às questões econômicas, é o da reestruturação das forças armadas e do orçamento de Defesa do país. Na mesma linha do debate dos isolacionistas *versus* os internacionalistas, haveria um questionamento quanto à necessidade de manter o alto investimento em tecnologia

e inovação militar, uma vez que o perigo representado pela União Soviética não mais existia. Clinton defende a redução desse orçamento, mas é reticente em explicar como isso seria feito, ao afirmar que a preeminência do poder norte-americano ainda dependia de forças armadas capacitadas, a fim de defender os interesses do seu país, ao mesmo tempo que expande a agenda de segurança do período: “Enquanto reestruturamos nossas Forças Armadas para acompanhar as novas ameaças do mundo pós-Guerra Fria, é verdade que, com responsabilidade, podemos reduzir nosso orçamento de defesa” (Clinton, 1993b).

Segundo Resende (2011), Clinton teria buscado o que se chamou de “engajamento seletivo”, pelo qual os Estados Unidos buscariam intervir e atuar somente quando considerassem os seus interesses ameaçados. Contudo, a autora aponta problemas no que tange à sua execução: em primeiro lugar, seria muito prático e careceria de um elemento típico da política externa norte-americana, que é o idealismo; em segundo lugar, essa seletividade suporia a falta de ação do país em relação à maioria dos conflitos; em terceiro, essa doutrina não determinaria com clareza o que deveria ser considerado interesse nacional, o que impediria a identificação mais clara do lugar ou momento em que o país deveria atuar; e, por fim, o “engajamento seletivo” se mostraria falso na prática, uma vez que o governo de Clinton pautou-se em intervenções diretas em diferentes situações, como veremos neste capítulo.

As críticas ao presidente tornaram-se mais contundentes devido à falta de uma estratégia clara para os Estados Unidos no pós-Guerra Fria. Clinton discursava sobre a transformação das novas ameaças, mas não deixava claro qual a sua natureza ou onde se encontravam. Temendo perder o apoio político conquistado nas eleições, ordenou aos seus secretários, em especial Anthony Lake, que organizassem uma nova estratégia para os Estados Unidos, a qual viria a ser publicada em julho do ano seguinte com o nome de Estratégia Nacional de Segurança de Engajamento e Alargamento (A National Security Strategy of Engagement and Enlargement, 1994).



Segundo Resende (2011), a nova estratégia para política externa do governo Clinton pautava-se no que seria conhecido como “estratégia da primazia”. Guimarães (2002) explica que a primazia prevê a manutenção da hegemonia norte-americana, por meio da intimidação de possíveis inimigos e ameaças. Por isso, certos princípios e valores considerados estratégicos para a perpetuação de um sistema livre e democrático deveriam ser defendidos a qualquer custo, como a democracia e o livre-comércio.

Dessa forma, o presidente norte-americano buscava responder às críticas de que não se importava com questões internacionais.

Enquanto o estopim da Doutrina Powell era entrar em guerra somente quando os interesses de segurança nacional estivessem claramente em risco, Albright considerava as Forças Armadas como a peça principal do canivete suíço do estadismo: elas poderiam ser usadas para punir os inimigos da América, mas também para reconstruir sociedades destruídas pela guerra ou aterrorizadas por regimes opressores. Para a nova geração de missões militares, havia uma nova moda nos codinomes. Diferentemente dos nomes austeros da era passada, como *Husky*, *Torch* (Tocha) e *Overlord* (Suserano), as tropas norte-americanas iriam agora “Prover conforto” (*Provide Comfort*), “Restaurar a esperança” (*Restore Hope*) e “Apoiar a democracia” (*Uphold Democracia*). Até mesmo a promoção do comércio, outrora nos limites das câmaras de comércio dos Estados Unidos, foi adicionada aos negócios em expansão do Pentágono. As tropas mantidas no exterior não serviam mais para controlar o mal soviético, mas para espalhar o salmo neoliberal da era Clinton. (Glain, 2011, p.355)

De qualquer forma, segundo Haass (2009), o que se viu nos anos seguintes de seus dois mandatos foi uma presença internacional além do que se esperaria de Clinton, uma vez que os Estados Unidos estiveram envolvidos na Somália, no Haiti e nos Bálcãs, por exemplo, além de bombardearem o Iraque e defrontarem com uma agenda que colocava o terrorismo transnacional como uma

das maiores ameaças a serem enfrentadas pelo país nas próximas décadas.

## Os casos da Somália e do Haiti

No primeiro mandato de Bill Clinton, as situações do Haiti e da Somália foram as que chamaram mais a atenção em relação à política externa. Ainda no início de 1993, o presidente norte-americano fazia dois discursos referentes à atuação das forças norte-americanas que atuavam sob a bandeira das Nações Unidas por razões humanitárias (1993c; 1993d).

Inicialmente, o que se pode apreender do discurso de Clinton é a continuação da mesma linha de seu antecessor para questões externas, com exceção de Saddam Hussein e do Iraque. O mundo passaria, naquele momento, por uma mudança sistemática de ordenamento, com o fim da Guerra Fria, e a vitória norte-americana significaria a perpetuação de seus princípios. Assim, de início, não há a tentativa de construir um inimigo ou de detectar alguma ameaça à segurança nacional, até mesmo pelo caráter da atuação norte-americana, basicamente uma missão multilateral voltada à garantia de objetivos humanitários – no caso somali, essencialmente, as condições decorrentes da fome e da desordem provocada por grupos paramilitares: “Centenas de milhares de pessoas estavam famintas: a anarquia armada governava o país e as ruas de cada cidade e cada vila” (Clinton, 1993c).

Assim como George Bush, Clinton (1993c) exalta o multilateralismo como prática de política externa<sup>5</sup>: “Vocês demonstraram que o mundo está pronto para mobilizar seus recursos de novas maneiras, para enfrentar os desafios de uma nova era. E vocês provaram, mais uma vez, que a liderança norte-americana pode ajudar a mobilizar a ação internacional com o intuito de criar um mundo

---

5 Apesar de deixar claro em sua Estratégia de Segurança Nacional que o uso unilateral da força é prerrogativa dos Estados Unidos, o que aparece com mais ênfase na chamada Doutrina da Primazia.

melhor.” O papel de liderança norte-americana no pós-Guerra Fria é facilitado pela ausência de adversários políticos em organizações internacionais como as Nações Unidas; a percepção, pelos demais Estados, da vitória norte-americana é acompanhada pelo apoio, mesmo que tácito, em alguns casos, que se traduziria em coalizões e forças multilaterais de paz. De qualquer forma, é importante entender que, mesmo pela via multilateral, os Estados Unidos não abrem mão de liderar; a nova ordem pode ser multilateral, contanto que conduzida pelos norte-americanos: “[...] mas nós somos, e devemos continuar a ser, a liderança mundial. Este é o papel dos Estados Unidos da América” (id., *ibid.*).

A ausência de um inimigo comum e claro ao mundo ocidental deixa a questão do *inside/outside* bastante fluida, como pode ser percebido na expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), no apoio às democracias emergentes do Leste europeu e na falta de embate político realmente decisivo contra as decisões norte-americanas nas principais instituições internacionais (Hoff, 2008). O pressuposto mais claro dessa divisão entre interno e externo é relacionado, novamente em continuidade ao discurso de George Bush, ao binômio ordem/caos–anarquia. O discurso da “nova era” perpetua-se pela divisão entre aqueles que servem de modelo e exemplo e os demais, que ainda enfrentam dificuldades para “entrar no trilho” dessa nova ordem.

Caberia, portanto, aos Estados Unidos garantir que os “atrasados” não se desviassem do caminho “certo”. A justificativa norte-americana é temperada por tons de moralidade que variam de acordo com o contexto e a importância dada a cada situação. Em um de seus discursos relacionados à Somália, o presidente Bill Clinton resgata um termo (*evil*) carregado de prerrogativas morais e relacionado diretamente a um resgate anterior: “O mundo não viu o mal desaparecer, e a América pode conduzir outros países a compartilhar mais as responsabilidades que eles deveriam assumir” (Clinton, 1993c; grifo nosso).

O presidente Ronald Reagan, por exemplo, chegou a chamar a União Soviética de “império do mal”. Dessa forma, com o fim do

conflito entre os dois países, seria de esperar que o elemento da maldade, relacionado à ideologia, fosse eliminado ou, pelo menos, usado para qualificar um inimigo tão ameaçador. Entretanto, Bill Clinton usa o termo de forma displicente, ao relacioná-lo à existência de ameaças genéricas, sem delimitá-las de modo claro, e dentro de um discurso que exaltava mais a liderança e o papel dos Estados Unidos do que a possibilidade de um conflito ou guerra de grande escala.

Não estamos afirmando que existe uma forma correta de usar determinado termo em um discurso, apenas comparando o ambiente externo dos períodos em foco. A inexistência de uma ameaça clara torna pouco efetivo o uso de certos atributos, e mesmo quando o uso é aceito pelo público, como veremos adiante, na construção da guerra ao terror, trata-se de um discurso que perde credibilidade ao longo do tempo, pela dificuldade em mantê-lo fixo e rígido, quando, na verdade, os atores e a realidade mudam.

Edwards (2008) faz um bom resumo da situação somali quando Clinton assume o país:

Clinton herdou a situação na Somália do governo anterior, de Bush. A crise da Somália teve início em 1988, quando o governo civil de Siad Barre, líder somali desde 1969, foi derrubado por um golpe. O golpe em Barre deixou um vácuo no poder que logo resultou em uma guerra civil e uma crise humanitária [...]. No segundo semestre de 1992, quase meio milhão de somalianos haviam morrido no conflito armado ou de fome. As Nações Unidas tentaram realizar uma missão de auxílio à Somália, mas, devido à violência contínua no país, ela não pôde ser completada. A incapacidade de completá-la levou o Conselho de Segurança da ONU, com o apoio dos Estados Unidos, a requisitar uma nova missão humanitária das Nações Unidas, em que os Estados Unidos forneceriam a liderança na criação da segurança no país [...]. Em dezembro de 1992, o presidente George H. W. Bush designou 25 mil militares das Forças Armadas para auxiliar no andamento da missão de auxílio. (p.836)

No caso da Somália, o ponto de inflexão do discurso acontece quando tropas norte-americanas são atacadas diretamente por for-

ças envolvidas na Guerra Civil do país. Um helicóptero foi abatido por insurgentes somalis durante uma operação da ação humanitária, o que foi agravado pelo fato de o piloto – um cidadão norte-americano – ter sido capturado e arrastado nu pelas ruas da capital, Mogadíscio.

A responsabilidade tática do desastre pertenceu, em sua maior parte, ao Pentágono, que ordenou helicópteros vulneráveis Black Hawk a voar sobre uma área urbana hostil, sem cobertura aérea adequada, ou forças armadas prontas para realizar um resgate. As falhas estratégicas tiveram de ser compartilhadas pelos governos Bush e Clinton, assim como pela ONU, que permitiu que uma missão humanitária se envolvesse em uma campanha contrainsurgente, contrária às forças da milícia local. (Ambrose; Brinkley, 1997, p.405)

A opinião pública dos Estados Unidos e a oposição republicana passaram a questionar a permanência do país junto às forças de paz das Nações Unidas, sob a alegação de que o conflito não correspondia a nenhuma emergência de interesse ou segurança nacional. A partir desse momento, o presidente Bill Clinton procurou relacionar a atuação do país na Somália a uma necessidade inerente à posição do país no sistema internacional (1993d). A dificuldade enfrentada pelo presidente, contudo, deveu-se à inexistência de um inimigo que pudesse ser diretamente responsabilizado pelos fatos ocorridos (Edwards, 2008).

Dessa forma, a estratégia utilizada foi focar no contexto e no ambiente, em detrimento da centralização da ameaça, como aconteceu na Guerra do Golfo. O inimigo, nesse caso, é difuso e baseado em uma representação pretendida, ou seja, no ambiente caótico e sem ordem da guerra e da fome: “Um ano atrás, assistimos, com horror, dezenas de milhares de crianças somali e suas famílias sofrendo a morte lenta e agonizante da fome, uma fome trazida não apenas pela seca, mas também pela anarquia que prevalecia naquele país” (Clinton, 1993d; grifo nosso). Ao invés de dar aten-

ção às qualidades humanas, o que se percebe é a caracterização de um ambiente como hostil, constantemente retratado como um “horror”, no qual crianças morrem de fome em uma das maiores tragédias humanitárias já vistas: “Fomos lá porque somente os Estados Unidos poderiam ajudar a pôr fim a uma das maiores tragédias da humanidade do nosso tempo. Um terço de milhão de pessoas morreu de fome e doenças. O dobro desse número estava em risco de morrer” (id., *ibid.*; grifo nosso). Esse mesmo cenário já havia sido destacado pelo antecessor de Clinton, Bush, ao alegar que a Somália não tinha um governo e, por isso, a justiça e a ordem não existiriam, enquanto a anarquia teria se tornado regra (Clinton, 1993d; Edwards, 2008).

O presidente argumentou que o inimigo na Somália não era um agente centralizado, mas toda uma civilização pré-moderna. Consequentemente, os somalis precisavam do auxílio norte-americano para se tornarem civilizados. Ainda mais, ao reintroduzir esse antecedente imperial no discurso de política externa presidencial, ampliaram-se as opções retóricas que Clinton e seus sucessores tinham disponíveis para definir seus adversários no mundo pós-Guerra Fria. (Edwards, 2008, p.837)

O principal argumento usado por Clinton é o de que a saída das tropas norte-americanas causaria um abalo ainda maior à frágil ordem imposta pelas forças de paz das Nações Unidas – a conexão é muito simples e clara: na “nova era”, os Estados Unidos deveriam atuar como elemento ordenador do sistema e a sua ausência significaria abertura às ameaças existentes: “Estou convencido de que teremos cumprido as responsabilidades da liderança americana no mundo, e teremos provado que estamos comprometidos a enfrentar os novos problemas de uma nova era” (Clinton, 1993d). Além disso, recuar significaria perder a confiança dos demais países e demonstrar fraqueza diante daqueles que gostariam de alterar negativamente a condução da “nova ordem”. Essa construção remete

à ideia de George Bush de que determinados conflitos não podem ser resolvidos sem o envolvimento norte-americano.

Edwards (2008) afirma que, assim como a Somália, o Haiti também é construído com base no binômio ordem/caos, na tentativa de mostrar a falta de princípios básicos da “civilização” que possam garantir a segurança e o bem-estar dos indivíduos: “Agora os Estados Unidos devem proteger nossos interesses, dar um basta às atrocidades brutais que ameaçam dezenas de milhares de haitianos, assegurar nossas fronteiras, preservar a estabilidade e promover a democracia em nosso hemisfério [...]” (Clinton, 1994a). O caso haitiano revela elementos de construção discursiva similares (Clinton, 1994a; 1994c), uma vez que o foco é novamente estabelecido no contexto de desordem e anarquia, e não em um inimigo claro, personalizado em algum indivíduo. Ao menos, como veremos, a breve tentativa de fazê-lo não pareceu bem-sucedida e o Haiti não possuía armamento estratégico ou capacidade de ameaçar os Estados Unidos militarmente, como havia acontecido com a União Soviética (Edwards, 2008).

A construção do Haiti é feita de forma paradoxal: ao mesmo tempo que se exaltam as qualidades de um povo que lutou pela liberdade séculos atrás e serviu de exemplo aos demais no hemisfério americano, é construída a imagem de um país “problemático” por não ter sabido lidar com os desafios que a liberdade teria trazido.

Quase duzentos anos atrás, o povo haitiano libertou-se da escravidão e declarou sua independência. Infelizmente, a promessa de liberdade foi com rapidez esquecida, e desde então o Haiti conheceu mais sofrimento e repressão do que liberdade. Em nossa era, enquanto a democracia se expandia pelo nosso hemisfério, o Haiti foi deixado para trás. (Clinton, 1994a)

Assim, a mesma história que colocaria os haitianos como heróis também serve para desqualificá-los, em particular na constante comparação feita por Clinton com os demais países das Américas, nos quais, para ele, a democracia e a liberdade haviam sido conqui-

tadas e perpetuadas desde então: “[...] o regime mais violento em nosso hemisfério” (Clinton, 1994a).

De fato, o Haiti enfrentava golpes recorrentes desde sua fundação republicana e, no pós-Guerra Fria, apesar de terem sido realizadas eleições livres e democráticas, no ano de 1990, o presidente Jean-Bertrand Aristide foi deposto por militares poucos meses depois de assumir o governo (Ambrose; Brinkley, 1997; Edwards, 2008). A “ajuda” norte-americana buscava o restabelecimento das instituições democráticas no país e a recondução de Aristide ao poder, a qual ocorreu ainda em 1994.

Nesse ínterim, os norte-americanos buscaram exaltar aspectos humanitários da democracia, sobretudo pela grave crise socioeconômica que o país enfrentava. Clinton (1994a) reforça, em um mesmo discurso, diversas ações que conformam o quadro haitiano, com enfoque na criação de um contexto de horror e brutalidade. É possível fazer a ligação, portanto, com a mesma construção discursiva anterior referente à Somália, como exemplo de adaptação e (re)uso de narrativas cujos vocábulos já estão dotados de significado. Há um esforço contundente para assegurar a transmissão da mensagem em que se baseia o binômio caos/ordem: elementos como terror, desespero e instabilidade são relacionados a outros, como a existência de ditadores cruéis que agem por meio da violência e da repressão, de modo similar ao que já havia sido tentado com a construção de um Saddam Hussein irracional e disposto a qualquer coisa na Guerra do Golfo pela administração anterior.

Essa aproximação com a imagem de um ditador brutal e sanguinário é justamente o que diferencia a situação haitiana da somali. Esta última teve seu foco voltado unicamente para a construção do ambiente caótico, enquanto no caso do Haiti a existência de uma figura central, o general Cédras, também fez parte da narrativa norte-americana: “Os ditadores lançaram uma campanha terrível de intimidação, por meio de estupros, tortura e mutilação. As pessoas passam fome. Milhares de haitianos fugiram de seu país rumo aos Estados Unidos, através de mares perigosos” (Clinton, 1994a). O problema, contudo, conforme aponta Edwards (2008), é



o excesso no discurso do presidente norte-americano; o público não conseguia distinguir com clareza o papel de Cédras no ambiente caótico que Clinton construía, em especial porque esse contexto era, em muitas ocasiões, usado como justificativa mais importante do que as características negativas do general haitiano.

O caos global, conforme compreendido por Clinton, era um bicho de sete cabeças em metamorfose a cada momento. Parte dessa hidra era o espectro da violência étnica e dos Estados párias militarizados, como a Somália e o Haiti. Confrontando esse tipo de inimigo, o presidente não poderia depender de uma construção retórica única para definir os adversários da América. Ao invés disso, ele precisava de adaptabilidade e flexibilidade em seu discurso, para lidar com diferentes situações. Logo, em certo sentido, a retórica de Clinton era ‘caótica’, porque não havia um padrão definido de que ele pudesse se valer, como existiu durante a Guerra Fria, para lidar com um inimigo em constante metamorfose. Pode-se compreender isso ao considerar a retórica do presidente no quadro mais amplo de um ambiente de ameaças, garantido pelo caos. Ao utilizar ambas as imagens de selvageria, o presidente foi capaz de definir, posicionar e gerir essas situações. (Edwards, 2008, p.841)

No caso da intervenção norte-americana no Haiti, a justificativa segue a mesma premissa de manutenção da ordem – os casos “fora da curva” deveriam ser corrigidos e ajustados. A atuação norte-americana, baseada nas justificativas apontadas – problemas de segurança nacional, desafio à nova ordem e garantia de cumprimento das obrigações referentes aos direitos humanos –, é construída por Clinton como o “certo” a fazer, afinal, a maior potência do mundo não poderia ter um caso como aquele tão próximo do seu território: “Não há dúvidas de que o povo haitiano deseja a democracia; sabemos disso, pois os haitianos foram às urnas e disseram-no ao mundo” (Clinton, 1994a).

O que torna o Haiti “especial”, no entanto, é a proximidade com os Estados Unidos. Não se tratava de um país dividido por questões

étnicas, como o Leste europeu, ou influenciado por ideias extremistas, como a África e a Ásia, mas de uma pequena ilha do continente americano. A proteção do interesse norte-americano estaria diretamente envolvida com a necessidade de garantir a ordem no país “vizinho”, sob a ameaça de os Estados Unidos serem “invasidos” por “hordas” de imigrantes ilegais e refugiados.

Mais de trezentos mil haitianos, cinco por cento de toda a sua população, estão se escondendo em seu próprio país. Se não agirmos, eles poderão ser a nova onda de refugiados batendo em nossa porta. Nós continuaremos a enfrentar a ameaça de um êxodo de refugiados em massa e sua constante ameaça à estabilidade de nossa região e ao controle de nossas fronteiras. (Clinton, 1994a)

Por isso, em seu discurso, Clinton afirma que a situação no Haiti envolvia problemas de segurança nacional, com o que buscava uma justificativa para a ação rápida e decisiva. Sobre a atuação no Haiti, Ambrose e Brinkley (1997) afirmam:

Clinton levou mais de vinte mil tropas norte-americanas ao Haiti, como parte de uma força multinacional (FMN) composta de contingentes de trinta nações, para livrar a nação insular do regime militar e levar o presidente Aristide, democraticamente eleito, de volta ao poder. A FMN desmantelou a brutal FAd'H (o exército do regime *de facto*) e a F-RAPH (a organização paramilitar de direita) com rapidez, tornando as ruas de Porto Príncipe seguras em poucos meses. O governo dos Estados Unidos também supervisionou o estabelecimento de uma nova força nacional de polícia. Ainda mais impressionante, os Estados Unidos e as Nações Unidas auxiliaram o governo haitiano na condução de três rodadas de eleições nacionais, culminando na eleição livre e justa, e internacionalmente monitorada, do presidente René Preval em dezembro de 1995, sucedendo o presidente Aristide. Essa foi a primeira transição democrática de poder de um presidente a outro na história do Haiti. Em 31 de março de 1995, a força multinacional

de trinta países deixou o Haiti, relegando o papel de manutenção da paz à ONU. (p.471)

Existe um elemento interessante no caso haitiano, que é um resgate discursivo daquilo que se entende como Doutrina Monroe. Mais uma vez, reiteramos a ideia de que os discursos seguem modelos e narrativas já conhecidos, adaptáveis. Modernamente, a “invasão estrangeira” poderia ser comparada à instabilidade gerada por governos não democráticos: “A história nos ensinou que preservar a democracia em nosso hemisfério assegura a segurança e a prosperidade da América. As democracias são mais propensas a manter a paz e estabilizar nossa região”(Clinton, 1994a). O que conformaria a homogeneidade do hemisfério, no século XIX, era a crença de que um continente republicano seria mais pacífico e ligado aos interesses norte-americanos. Na época atual, “republicano” poderia ser substituído por “democrático”, em uma adaptação da doutrina, que previa a garantia da estabilidade e da segurança do hemisfério pelos Estados Unidos e perpetuaria esse mesmo discurso de modo mais sutil: com a promoção de democracias ou governos ligados ao poderoso vizinho do Norte. Esse é, inclusive, mais um exemplo de construção baseada na dicotomia *inside/outside*. Amigos são aqueles que compartilham os interesses e as ideias dos Estados Unidos, mas, no contexto regional, é possível ir além: amigos são obrigatoriamente todos os países do continente americano, porque, como tais, são democráticos e pacíficos.

### **O argumento da paz democrática e a expansão da agenda**

No discurso sobre o Estado da Nação do ano de 1994, antes que os Estados Unidos interviessem diretamente no Haiti, o presidente Bill Clinton apresenta um elemento essencial à construção de sua política externa, o que nas Relações Internacionais é conhecido como “paz democrática”. Nas Relações Internacionais, a crença na “paz democrática” constitui uma corrente que acredita na perpe-

tuação da paz por meio da expansão dos regimes democráticos no mundo<sup>6</sup>. Haveria mais paz e segurança internacional se todos os regimes fossem democráticos, eliminando a possibilidade de guerras e conflitos que acarretassem mortes e destruição em massa.

Um dos principais autores dos estudos da “paz democrática” é Doyle (1986). Ele afirma que o advento da “paz democrática” remonta a pensadores como Immanuel Kant e Nicolau Maquiavel, além do resgate da visão de Schumpeter do que é entendido como “liberal pacifismo”. Guardadas as ressalvas acerca das obras de Kant e Maquiavel, os dois são resgatados a fim de se demonstrar que a construção feita sobre a paz entre repúblicas na Idade Moderna pode servir de exemplo e inspiração ao que hoje seriam as democracias liberais.

Dessa forma, o autor tenta demonstrar que a “paz democrática” já estaria vinculada à visão liberal e teria se desenvolvido para atingir novo patamar com a perpetuação dos regimes democráticos a partir de 1945, após o fim da Segunda Guerra Mundial. Esse pensamento considera que ideias liberais afastam a possibilidade de guerra entre democracias liberais. Em suma, a proposição básica da teoria seria de que democracias não fazem guerra com outras democracias. De acordo com Owen (1994): “[...] uma democracia liberal, como um Estado que fundamenta ideias liberais, onde o liberalismo é a ideologia dominante e os cidadãos têm influência sobre decisões de guerra” (p.89).

Democracias, nesse sentido, são aquelas que compartilham valores liberais, como a liberdade de expressão e eleições periódicas dos governantes que podem declarar guerra. De acordo com Owen (1994), esse pensamento liberal seria compartilhado por todos os indivíduos do mundo, uma vez que buscariam sempre o melhor para suas vidas. Isto está baseado na ideia de que a liberdade e a paz são atributos complementares que se afirmam, e sem um deles

---

6 Diversos autores apresentam distintas visões sobre a “paz democrática”. Escolhemos uma delas por questão de objetividade e pela proximidade com as propostas norte-americanas no período analisado.

não há possibilidade de haver o outro na sua plenitude. Uma vez que qualquer indivíduo quer a paz, a premissa da liberdade estaria automaticamente comprovada.

Corroborando as premissas das teorias da “paz democrática”, Clinton (1994b) expressa claramente: “Democracias não atacam umas às outras.” Em última instância, portanto, a única forma de garantir a segurança dos Estados Unidos seria por meio da promoção da democracia nos demais Estados. O discurso do presidente avança nesse sentido, ao afirmar que a atuação norte-americana deveria basear-se no suporte a um tripé formado por regimes democráticos, respeito aos direitos humanos e expansão dos livres mercados. A promoção da democracia, apoiada nesses princípios, estaria de acordo com o que se propunha na Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos (National Security Strategy of the United States – NSS), dentro do programa de “expansão” proposto.

Além disso, a expansão da agenda de segurança norte-americana começa a tomar forma ao serem explicitadas as principais ameaças ao país: a proliferação de armas de destruição em massa; a emergência de conflitos regionais; tensões étnicas e nacionalistas; a degradação ambiental; e o fanatismo representado pelo terrorismo (Clinton, 1994b). Contudo, não existe uma ordem de importância para essas questões, uma vez que permanecia o discurso da difusão de ameaças no pós-Guerra Fria. As ameaças corresponderiam à quebra da ordem, e não necessariamente a um ataque à integridade do território ou à sobrevivência norte-americana no sistema: “[...] ainda há perigos no mundo: proliferação crescente de armamentos, conflitos regionais implacáveis, tensões étnicas e nacionalistas em diversas das novas democracias, degradação ambiental severa ao redor do globo e fanáticos que buscam espalhar o terror pelas cidades do mundo” (id., *ibid.*).

Para conter essas ameaças, o presidente Clinton ressalta ações como sanções a países que hospedem grupos terroristas, a defesa do crescimento econômico sustentável, acordos de limitação de armamentos com países da ex-União Soviética e negociações com a Coreia do Norte para congelamento de seu programa nuclear, entre

outras (id., *ibid.*). Mesmo que essas ações não correspondam a uma política externa assertiva e enérgica, mas prioritariamente reativa, segue-se o princípio do engajamento previsto na Estratégia de Segurança Nacional publicada no ano anterior.

No ano seguinte, em seu discurso sobre o Estado da Nação (Clinton, 1995), Bill Clinton usa um recurso comum nas narrativas presidenciais norte-americanas. Para enfatizar o período de seu governo, constrói a ideia de ter como marco o fim da Guerra Fria, da mesma forma que aconteceu nas construções discursivas de George Bush. Clinton faz um retrospecto de presidentes e fatos que marcaram a história norte-americana e o momento específico de formação da “nova era”.

Recai sobre cada geração, desde então, a manutenção desta ideia, a ideia norte-americana, e o aprofundamento e a expansão de seu significado em tempos novos e diversos: a Lincoln e ao seu Congresso, a manutenção da União e o fim da escravidão; a Theodore Roosevelt e Woodrow Wilson, a contenção dos abusos e excessos da Revolução Industrial e a afirmação de nossa liderança no mundo; a Franklin Roosevelt, a luta contra a falência e o sofrimento da Grande Depressão e a vitória de nosso país contra o fascismo; e a todos os nossos presidentes, desde então, a luta da Guerra Fria. Especialmente, eu gostaria de lembrar dois que se esforçaram para lutar aquela guerra em parceria com os Congressos, em que a maioria era de um partido diferente: Harry Truman, que promoveu uma prosperidade incomparável em casa e montou a arquitetura da Guerra Fria, e Ronald Reagan, a quem desejamos o bem esta noite e que nos inspirou a seguir em frente até que a luta em declínio contra o comunismo fosse vencida. (Clinton, 1995; grifo nosso)

O uso de termos como “mudança”, “desafio” e “oportunidade” está ligado à noção de fatos “sem paralelo”, de unicidade e excepcionalismo, que seriam traços típicos dos Estados Unidos (Clinton, 1995).

Apesar da predominância dos assuntos econômicos e das questões puramente internas, nos segundo e terceiro discursos sobre o Estado da União, Clinton dá mais espaço à política externa. Em determinado momento, chega a mudar o discurso, ao afirmar que, mesmo com a necessidade de garantir o crescimento econômico e resolver problemas como o desemprego, a segurança norte-americana não estaria assegurada sem uma presença forte internacionalmente: “Nossa segurança depende de nossa contínua liderança global pela paz, pela liberdade e pela democracia. Não poderemos nos manter fortes em casa, a não ser que sejamos fortes no exterior” (Clinton, 1995). Dessa forma, ainda no seu primeiro mandato, procura afastar-se do título de avesso às questões internacionais, mas o faz de maneira sutil, construindo um discurso em que as preocupações econômicas permanecem como prioridade, mas devem ter seu viés internacional contemplado, afinal, a nação que quer continuar a liderar não pode nem deve abdicar de uma presença internacional forte e atuante.

Ainda no discurso anual de 1995, Bill Clinton ressalta as preocupações em relação ao terrorismo. Em seu governo, os Estados Unidos sofreram dois atentados em seu próprio solo. No Capítulo 3, veremos como o presidente George W. Bush busca desconstruir esses dois acontecimentos em prol de um discurso de exceção. O primeiro atentado ocorreu em 1993, quando radicais islâmicos explodiram um caminhão-bomba abaixo da Torre Norte do World Trade Center; o segundo, em 1995, cometido da mesma forma, atingiu um prédio do governo federal na cidade de Oklahoma, mas foi chamado de “terrorismo doméstico” por envolver apenas cidadãos norte-americanos.

Apesar desses dois casos, o terrorismo é construído mais como uma ameaça típica de regiões conflituosas e restrita a alguns países em especial, como Israel: “[...] mais um terrível ato terrorista em Israel matou dezenove pessoas e feriu outras mais. [...] Entendo que diante de tamanho mal é difícil que as pessoas no Oriente Médio sigam em frente. Mas os terroristas representam o passado, não o futuro” (Clinton, 1995). As ações de Clinton são direcionadas

fortemente ao bloqueio de recursos de que organizações terroristas possam necessitar para cumprir seus objetivos. Se o presidente norte-americano já chamava o mundo para um esforço global contra o terrorismo, apesar de não afirmar a existência de uma guerra para combatê-lo, as ações dessa empreitada teriam o intuito de reprimir possíveis atos, ao aplicar sanções e impedir transações financeiras.

Assinei ontem à noite uma ordem executiva que bloqueará os ativos nos Estados Unidos de organizações terroristas que ameaçam interromper o processo de paz. Ela proibirá transações financeiras com esses grupos. E, hoje à noite, convoco nossos aliados e as nações amantes da paz ao redor do mundo a nos acompanhar com fervor renovado em um esforço global de combate ao terrorismo. Não podemos permitir que o futuro seja desfigurado pelo terror, pelo medo e pela paralisia. (Clinton, 1995; grifo nosso)

No final do discurso de Clinton de 1995, é marcante a ênfase religiosa. O processo, que pode ser identificado em discursos anteriores, é retomado, trazendo uma ideia de anistoricidade: o povo escolhido (os norte-americanos) deve cumprir uma promessa eterna (a liderança) dada por Deus. Os desígnios e as qualidades dos Estados Unidos e do seu povo, portanto, são dádivas divinas e, por terem sido escolhidos para carregar os princípios da liberdade consigo, os norte-americanos se consideram inquestionáveis: são certos pela natureza divina, e o que é certo não se discute, afinal, não haveria argumentos para tanto.

Responsabilidade, oportunidade e cidadania, mais do que capítulos embolorados de um livro cívico esquecido, ainda são a virtude pela qual podemos nos completar e alcançar o potencial que nos foi dado por Deus, e sermos como ele, cumprindo a promessa eterna deste país, o sonho resistente daquele pacto originário e mais sagrado. Acredito que cada pessoa neste país ainda crê que fomos criados iguais e que recebemos de nosso Criador o direito à vida, à liberdade e à busca da felicidade. Este é um país



muito, muito especial. E nossos melhores dias ainda estão por vir. (Clinton, 1995; grifo nosso)

No último discurso de seu primeiro mandato, Clinton (1996) reafirma as mesmas ideias que embasaram seus discursos anteriores: a excepcionalidade norte-americana e a liderança do país no mundo pós-Guerra-Fria: “Por causa da liderança norte-americana, mais pessoas do que nunca vivem livres e em paz. E os americanos vivenciaram cinquenta anos de prosperidade e segurança”. O que se percebe é uma conformação das ameaças e a diluição quase completa do conceito formal de um inimigo estatal. As ameaças transnacionais são apontadas como as principais preocupações norte-americanas, e os países “desviantes” seriam mais fruto de um cenário internacional em transformação do que possíveis inimigos emergentes capazes de afrontar a liderança dos Estados Unidos.

As ameaças que sofreremos hoje, como americanos, não respeitam fronteiras nacionais. Pensemos nelas: o terrorismo, a propagação de armas de destruição em massa, o crime organizado, o tráfico de drogas, o ódio étnico e religioso, as agressões por Estados párias, a degradação ambiental. Se falharmos em enfrentar essas ameaças hoje, sofreremos suas consequências amanhã. (Clinton, 1996)

Como exemplos da ação norte-americana, pode-se cita-se a Coreia do Norte, por causa do seu programa nuclear, que teria sido congelado graças aos esforços norte-americanos: “A Coreia do Norte acaba de congelar seu perigoso programa de armas nucleares” (Clinton, 1996); e o Haiti, onde a democracia ressurgiria e os refugiados não mais procurariam a costa norte-americana, uma vez que os Estados Unidos haviam contribuído para a estabilização do seu país: “No Haiti, os ditadores foram embora, há um novo dia para a democracia, o fluxo de refugiados em desespero à nossa costa retrocedeu” (id., *ibid.*) A Bósnia também surge como exemplo da liderança positiva norte-americana, apesar de que, como veremos adiante, a situação nos Bálcãs ainda ocuparia posição de destaque na política externa dos Estados Unidos.

## O “engajamento e a expansão” na prática

No segundo mandato de Clinton, a principal mudança no Departamento de Estado foi a saída de Warren Christopher e sua substituição por Madeleine Albright, considerada mais adequada para o cargo, apesar de sua limitada criatividade (Pecequilo, 2005). Será no segundo mandato que a estratégia norte-americana se mostrará mais assertiva, e Clinton adaptará seu discurso para envolver tanto o ambiente interno quanto o externo, apesar das tentativas retóricas de subjugar o segundo aos interesses econômicos.

Nesse sentido, Madeleine Albright, em inúmeros artigos e discursos, reafirmou a liderança dos Estados Unidos para a estabilidade e a segurança da ordem, destacando seu papel na consolidação de uma estrutura liberal e democrática no sistema mundial que preserve e amplie os próprios ensinamentos da experiência norte-americana. Basicamente, os Estados Unidos estavam se dedicando a superar os desafios do fortalecimento dos laços entre as nações democráticas e líderes do sistema internacional, fazendo uso da existência da paz e da comunidade de interesses compartilhada para a promoção da estabilidade regional e global. Além disso, os norte-americanos se empenhavam no fortalecimento de parceiros regionais ainda não incluídos neste núcleo, promovendo a ajuda aos Estados mais fracos para que consolidassem suas transições em direção à democracia e oferecendo garantias de que as leis e as regras da comunidade internacional seriam respeitadas. (Pecequilo, 2005, p.327)

É no mesmo tom dos quatro anos anteriores que Bill Clinton discursa após ser reeleito para o segundo mandato. O discurso-sermão mantém as mesmas características já apontadas e faz a conexão entre a narrativa da “nova era” com a ideia da “terra prometida” aos norte-americanos, na reedição típica da “jeremiada”: “Guiado pela antiga visão de uma terra prometida, vamos nos focar em uma terra de novas promessas” (Clinton, 1997a). O século que termina-

va havia sido o “século americano”, e a condição de maior potência dentre todos os países do mundo somente corroboraria o papel de “povo escolhido”. A história serviria como exemplo e prova, por meio da exaltação dos feitos passados, do que viria no futuro.

Então, em meio ao tumulto e ao triunfo, a promessa foi lançada na arena global, a de fazer deste o século americano. E que século tivemos! Os Estados Unidos tornaram-se a mais poderosa potência industrial, salvaram o mundo da tirania em duas guerras mundiais e em uma longa Guerra Fria, e de tempos em tempos deram a mão a milhões, ao redor do mundo, que, como nós, ansiavam pela bênção da liberdade. (Clinton, 1997a)

Clinton transmite a ideia de um chamado para os norte-americanos em um novo século, no qual iniciaria o percurso de uma jornada que deveria ser aceita e contemplada com orgulho, por ser um presente para esse povo que tem a grandeza como missão.

Caros cidadãos, não devemos desperdiçar a dádiva preciosa deste tempo, pois todos estamos na mesma jornada de nossas vidas, e a nossa, um dia, também se encerrará. Mas a jornada da nossa América deve continuar em frente. E, por isso, meus compatriotas americanos, devemos permanecer fortes, pois ainda há muito a enfrentar. As demandas de nosso tempo são muitas, e elas são diferentes. Vamos tornar a esperança deste dia o capítulo mais nobre da nossa história. Sim, vamos construir nossa ponte, larga o suficiente e forte o suficiente para que cada americano possa atravessá-la rumo a uma terra abençoada de novas promessas. (Clinton, 1997a; grifo nosso)

Menos de um mês depois, em seu primeiro discurso sobre o Estado da Nação do segundo mandato, Clinton (1997b) reitera a noção de uma “nova era” e o papel dos Estados Unidos como agentes de mudanças positivas que estariam por vir: “Devemos ser aqueles que fazem os eventos, não aqueles que os observam, pois,

caso contrário, o momento passará e perderemos as melhores possibilidades para o nosso futuro.” Além disso, faz uma construção mais clara do que entende por esse “novo tempo” para o seu país. Há a demonstração do benefício das questões domésticas (apesar de seu segundo mandato ter sido marcado por intervenções diversas, como se verá adiante) e o uso de termos em geral utilizados na esfera econômica, como “era da informação” – a presença dos Estados Unidos e os seus interesses deveriam ser garantidos por um país que se envolve e age no intuito de moldar o mundo (id., *ibid.*).

O resgate histórico relacionado a 1945 e ao fim da Segunda Guerra Mundial novamente é feito como forma de demonstrar que a ação norte-americana no mundo teria sido benéfica para a construção de instituições internacionais e da própria ordem que se seguiria ao fim da Guerra Fria. O mundo feito à imagem dos Estados Unidos seria baseado nos princípios do respeito à democracia e à liberdade e, por isso, Clinton busca construir o período de sua atuação da mesma forma: um tempo em que a atuação de seu país só traria benefícios para a humanidade: “Cinquenta anos atrás, uma América visionária criou as instituições que asseguraram a vitória na Guerra Fria e construíram uma economia mundial próspera. Como resultado, hoje mais pessoas do que nunca aceitam nossos ideais e compartilham nossos interesses” (Clinton, 1997b).

Por isso, da mesma forma que o pós-1945 foi baseado especialmente na construção de uma Europa Ocidental democrática e capitalista, correspondente ao que os norte-americanos consideram como “liberal”, a dissolução da União Soviética permitiria a expansão dessa ordem para os demais países do Leste europeu. Esse *enlargement*, como prevê a Estratégia de Segurança Nacional de Clinton, coloca o seu foco na inclusão de países como a Hungria, a Polônia e a República Tcheca na Otan<sup>7</sup> – apesar da desconfiança russa. De acordo com o presidente norte-americano, a Europa atual – da mesma forma que no pós-1945 – também necessitaria ter sua

---

7 O pedido para alargamento da Otan ocorreu na cúpula da organização em janeiro de 1994, na cidade de Bruxelas.

estabilidade garantida por instituições em que seu país liderasse um movimento de promoção da democracia (Hoff, 2008).

Agora estamos em outro momento de mudança e escolha e em outro tempo para termos visão de futuro e dar à América mais cinquenta anos de segurança e prosperidade. Nesse esforço, nossa primeira tarefa é ajudar a construir, pela primeira vez, uma Europa democrática e unificada. Quando a Europa encontra-se estável, próspera e em paz, a América está mais segura. Para esse fim, devemos expandir a Otan até 1999, para que países que um dia foram nossos adversários possam se tornar nossos aliados. É a isso que vamos dar início na cúpula especial da Otan neste verão. Devemos fortalecer a Parceria para a Paz da Otan com aliados não membros. E devemos construir uma parceria estável entre a Otan e uma Rússia democrática. Uma Otan expandida é algo bom para a América, e uma Europa em que todas as democracias definem seu futuro, não em termos do que elas podem fazer umas às outras, mas em termos do que elas podem fazer conjuntamente para o bem de todos – esse tipo de Europa é bom para a América. (Clinton, 1997b; grifo nosso)

A premissa básica é a de que uma Europa estável garante, em consequência, uma América estável, também no sentido já apontado de que a expansão das democracias garantiria a paz, por uma suposta certeza de que democracias não fazem guerras umas contra as outras.

### **Outlaw states: Iraque e armas de destruição em massa**

Comparativamente aos seus quatro anos anteriores de governo, no segundo mandato os discursos de Clinton dão ênfase maior às demandas relacionadas à segurança internacional. Como já observamos, ele faz a transição do modelo de ameaças focadas no estatal, típico da Guerra Fria, para um modelo de ameaças difusas e transnacionais; o clima de otimismo é comumente relativizado com

o caráter genérico das novas ameaças e a falta de definição clara do que ou de quem é o “inimigo” dos Estados Unidos.

O presidente norte-americano chega a falar em um “eixo mal-dito”, referindo-se às novas ameaças, representadas por terroristas, criminosos internacionais e traficantes de drogas.

Devemos combater um eixo profano de novas ameaças de terroristas, criminosos internacionais e traficantes de drogas. Esses predadores do século XXI alimentam-se de tecnologia e do fluxo livre de informações, ideias e pessoas. E se tornarão mais letais caso armas de destruição em massa cheguem a suas mãos. (Clinton, 1998a; grifo nosso)

A referência é interessante porque permite fazer a ponte entre o termo *axis* com os países do chamado Eixo na Segunda Guerra Mundial, encabeçados pela Alemanha nazista. Esses indivíduos, que se desviam do que se propõe na “nova era”, são considerados ainda mais perigosos por causa das características do mundo, mais aberto graças à tecnologia e aos fluxos de pessoas e ideias, e da possibilidade de armas de destruição em massa serem obtidas por grupos como esses, considerados “predadores”.

Com efeito, as chamadas armas de destruição em massa adquirem maior visibilidade no espectro de ameaças externas a partir do segundo mandato de Clinton. Isso é feito pela conexão entre esse tipo de armamento – armas nucleares, químicas e biológicas – e atores transnacionais, entre os quais aqueles referidos no parágrafo anterior: “Juntos, devemos combater os novos perigos das armas químicas e biológicas e dos Estados fora da lei, dos terroristas e criminosos organizados, para tomá-las” (Clinton, 1998a). No entanto, é possível identificar um novo termo que mistura as concepções clássica e difusa de ameaça: os *outlaw states* – algo como Estados fora da lei, dentro da classificação que pudemos analisar como desviante da nova ordem a que se refere recorrentemente Clinton. Essa categoria de ameaça relacionada a um Estado também é chamada de *rogue state*, ou Estado falido, no qual as instituições consideradas

essenciais para a existência da liberdade e da democracia em um país seriam fracas ou inexistentes e, por isso, grupos “desviantes” como terroristas e organizações criminosas teriam espaço para atuar livremente ou sob a conivência de líderes mal-intencionados. É interessante notar que o exemplo usado pelo presidente norte-americano é o Iraque de Saddam Hussein, acusado de desenvolver esse tipo de armamento mesmo após a derrota sofrida na Guerra do Golfo.

Saddam Hussein passou a maior parte desta década e usou a maior parte da riqueza de sua nação não para o sustento do povo iraquiano, mas para o desenvolvimento de armas nucleares, químicas e biológicas e mísseis para lançá-las. Os inspetores de armas das Nações Unidas realizaram um trabalho realmente notável ao descobrir e destruir mais do arsenal iraquiano do que foi destruído durante toda a Guerra do Golfo. Agora, Saddam Hussein quer impedi-los de completar sua missão. (Clinton, 1998a)

Caprioli e Trumbore (2005) afirmam que a narrativa que constrói os Estados como foras da lei, falidos ou fracos pressupõe uma hostilidade natural, baseada em regimes autoritários que buscam garantir seus interesses pela coerção e pela força. Os autores lembram que o enfraquecimento do discurso relacionado à União Soviética possibilitou a emergência desse tipo de narrativa, a qual seria usada mais recorrentemente nos governos Clinton e Bush. Existiria maior facilidade em relacionar a busca por armas de destruição em massa a países considerados de regimes diferentes, os quais compartilhariam valores também distintos e, por isso, seriam mais propensos a ignorar a existência de uma possível ordem pacífica baseada nos princípios ocidentais. O conceito seria tão amplo, inicialmente, que contemplaria qualquer tipo de problema institucional ou a simples existência de programas de desenvolvimento de energia nuclear.

A expansão do projeto dos Estados párias, que incluía a busca por ADM, foi em parte impelida pela situação estratégica alterada

dos Estados Unidos ao término da Guerra Fria. Com o intuito de manter o financiamento de defesa nos níveis da Guerra Fria, entretanto, não havendo nenhuma potência potencialmente capaz de desafiar os Estados Unidos no horizonte, o Pentágono começou a voltar sua atenção a países em desenvolvimento emergentes – em especial, Argentina, Brasil, Egito, Índia, Irã, Iraque, Israel, Líbia, Coreia do Norte, Coreia do Sul, Paquistão, Síria e Taiwan –, que poderiam, no futuro, representar ameaças regionais aos interesses de segurança dos Estados Unidos. É importante notar que a lista do Pentágono era essencialmente apolítica, incluindo tanto aliados norte-americanos tradicionais, como Israel e Coreia do Sul, como adversários habituais, como Líbia e Coreia do Norte. Para os gestores do Pentágono, a questão central era relativa à capacidade ou às capacidades emergentes, não à política. (Caprioli; Trumbore, 2005, p.775)

O Iraque, inclusive, será alvo de ações militares pontuais em dezembro de 1998, na Operação Raposa do Deserto (Desert Fox). Sob a alegação de que o país desenvolvia secretamente armas de destruição em massa (tanto nucleares quanto químicas e biológicas) e preparava-se para atacar de novo seus vizinhos, o presidente Clinton autoriza o bombardeio de instalações no país.

Sua missão era atacar os programas nucleares, químicos e biológicos do Iraque e sua capacidade militar de ameaçar vizinhos. Seu propósito era proteger o interesse nacional dos Estados Unidos e, de fato, o interesse das pessoas em todo o Oriente Médio e ao redor do mundo. Não devemos permitir que Saddam Hussein ameace seus vizinhos ou o mundo com armas nucleares, gás venenoso ou armas biológicas. (Clinton, 1998c)

Saddam Hussein novamente é retratado como um ditador mentiroso e irracional que não mede esforços para aumentar seu poder de modo indiscriminado. Dessa vez, o argumento está ligado ao fato de que inspetores das Nações Unidas foram impedidos de visitar as



instalações que seriam atacadas (Clinton, 1998c). Saddam estaria, portanto, desafiando a comunidade internacional ao recusar-se a cooperar e ao buscar novos meios de coagir seus vizinhos. Por fim, Clinton (1998c) defende que a única forma de garantir um Iraque pacífico e atento às normas internacionais que lhe tinham sido impostas seria por meio da mudança de regime: “A dura realidade é que, enquanto Saddam Hussein estiver no poder, ele ameaçará o bem-estar de seu povo, a paz da região e a segurança do mundo. A melhor forma de pôr um fim à ameaça, de uma vez por todas, é através de um novo governo iraquiano” (ibid.). No entanto, “enquanto o ataque destruiu alguns dos alvos, de nenhuma forma ele mudou o comportamento do Iraque. Uma semana mais tarde, o Iraque pôs fim (permanentemente, como se revelou) a qualquer cooperação com os esforços de inspeção existentes por parte da ONU” (Haass, 2009, p.162).

### **Um novo inimigo: Osama bin Laden**

O termo *outlaw states* torna-se então uma categoria e é novamente usado no discurso de Clinton (1999a) sobre o Estado da União de 1999, ao afirmar que existe uma ameaça constante relacionada aos Estados fora da lei e ao terrorismo (Caprioli; Trumbore, 2005): “Enquanto trabalhamos pela paz, devemos também enfrentar ameaças à segurança de nossa nação, incluindo perigos crescentes de nações párias e do terrorismo” (Clinton, 1999a). Configura-se, portanto, a perpetuação desse termo genérico que mistura um ator estatal com características previamente atribuídas a ameaças transnacionais. Também é interessante notar que é nesse momento que uma das ameaças construídas por Clinton assume um “rosto” e começa a se personalizar. Ao falar dos ataques às embaixadas norte-americanas no Quênia e na Tanzânia, Osama bin Laden é apontado como o principal culpado e financiador da rede terrorista responsável por eles: “Defenderemos nossa segurança onde quer que sejamos ameaçados, como fizemos neste verão, quando fomos atingidos pela rede de terror de Osama bin Laden.

Os bombardeios de nossas embaixadas no Quênia e na Tanzânia nos lembraram novamente os riscos enfrentados todos os dias por aqueles que representam a América no mundo” (Clinton, 1999a). O que antes era uma ameaça genérica, dentre outros fatores de instabilidade externa, passa a assumir a figura de um homem plausível de categorização mais objetiva e capaz de assimilar adjetivações mais facilmente do que o termo “terrorismo” isolado.

De acordo com Wilkinson (2011), Bin Laden foi o décimo sétimo filho de um próspero empreendedor que trabalhava com engenharia civil e havia feito fortuna na Arábia Saudita. Ainda segundo o autor, durante seus estudos nesse mesmo país, Osama teria conhecido aquele que o ajudaria a fundar a Al Qaeda, o professor Abdallah Azzam, que lecionava Direito Islâmico na Universidade Rei Abdul-Aziz e seria conhecido como ideólogo da organização.

De fato, alguns meses antes já era possível antever a “promoção” de Bin Laden a outro patamar de ameaça. Os atentados sofridos pelas embaixadas norte-americanas, no dia 7 de agosto de 1998, no Quênia e na Tanzânia, foram respondidos com o bombardeamento de locais considerados abrigos terroristas no Afeganistão e no Sudão (Glain, 2011). No primeiro caso, o governo norte-americano afirmou que existiam bases de treinamento para a Al Qaeda, grupo terrorista liderado por Osama bin Laden, enquanto no Sudão o alvo foi uma indústria farmacêutica – alegava-se que a sua produção estava destinada a desenvolver armas químicas para uso da mesma rede terrorista (Clinton, 1998b).

No ano de 1998, o presidente Clinton (1998b) fez um discurso sobre os ataques a alvos terroristas e justificou os bombardeios afirmando que se tratava de ameaças iminentes à segurança nacional: “Hoje ordenei que nossas Forças Armadas atacassem locais envolvidos com o terrorismo no Afeganistão e no Sudão, devido à ameaça iminente que eles representam à nossa segurança nacional” (grifo nosso). Osama bin Laden era apontado como provável organizador e financiador da Al Qaeda, a qual não era nomeada diretamente, mas chamada apenas de “rede terrorista”: “Nosso alvo

era o terror. Nossa missão era clara: atacar a rede de grupos radicais afiliados e financiados por Osama bin Laden, talvez o organizador e financiador preeminente do terrorismo internacional no mundo atual” (id., *ibid.*). É possível perceber que a construção da ameaça do que viria a ser o inimigo número um dos Estados Unidos no governo seguinte, o do presidente George W. Bush, teve seu início ainda na administração de Clinton.

Nota-se que o governo Clinton ainda desconhece profundamente detalhes relativos à formação e aos objetivos da Al Qaeda, inclusive de Osama bin Laden. É provável que esse período seja o marco da ênfase no terrorismo internacional como principal ameaça transnacional aos Estados Unidos. Diminui o foco na construção de ambientes desviantes para indivíduos desviantes, sobretudo com Bin Laden e os terroristas por ele liderados.

Os grupos associados com ele [...] compartilham o ódio pela democracia, a glorificação fanática da violência e a distorção terrível de sua religião para justificar o assassinato de inocentes. Eles fizeram dos Estados Unidos seu adversário exatamente pelo que defendemos e ao que nos contrapomos. (Clinton, 1998b; grifo nosso)

Tal hipótese pode ser sustentada pela construção que Clinton (1998b) faz de Osama bin Laden, como um homem fanático, irracional, guiado pelo ódio aos Estados Unidos e a tudo o que o país representa (em particular a dupla democracia–liberdade): “A América continuará a ser alvo dos terroristas exatamente porque somos os líderes, porque agimos a favor da expansão da democracia e de valores humanos básicos, porque somos a sociedade mais aberta da Terra e porque, conforme mostramos mais uma vez, somos intransigentes em nossa posição contra o terrorismo” (grifo nosso). A missão desses terroristas seria a obtenção de armas de destruição em massa para espalhar o terror de forma mais sangrenta e impactante, sem diferenciar civis de militares. Em suma, Bin Laden teria declarado guerra contra os Estados Unidos: “[...] Bin Laden prometeu publicamente entrar em guerra contra a América” (id., *ibid.*).

Dessa forma, os ataques contra instalações e bases terroristas se justificariam pelo grau de ameaça que o terrorismo representava a partir de então. Os Estados Unidos não poderiam permitir que Bin Laden ou qualquer outro grupo obtivesse armas capazes de promover tamanha destruição, o que configuraria a situação como extraordinária e demandaria, portanto, respostas extraordinárias, como uma ação militar em países como o Afeganistão e o Sudão (Clinton, 1998b). O presidente afirma ter alertado, durante anos, sobre a existência de grupos terroristas operando nesses países, mas, sem receber uma resposta que demonstrasse apoio às demandas norte-americanas, não teria outra opção senão autorizar os bombardeios: “O Afeganistão e o Sudão foram alertados, durante anos, a não mais abrigar e apoiar esses grupos terroristas. Mas países que persistentemente abrigam terroristas não têm o direito de ser portos seguros” (id., *ibid.*).

Clinton procura demonstrar que as ações de terroristas como Bin Laden não são perpetradas por objetivos meramente políticos, mas por divisões ideológicas. Os Estados Unidos tornaram-se o alvo por aquilo que representam, pelo valor de suas ideias e por agirem em defesa da democracia e dos valores humanos. Repete-se então um discurso de divisão entre bons e maus, que permite a construção de um mundo maniqueísta, bastante similar ao da Guerra Fria e do confronto Leste-Oeste.

Meus compatriotas americanos, nossa batalha contra o terrorismo não começou com o bombardeio de nossas embaixadas na África, e ela não terminará com o ataque de hoje. Ela demandará força, coragem e resistência. Não nos renderemos a essa ameaça. Nós a enfrentaremos, não importa o quanto dure. Esta será uma luta longa e contínua entre a liberdade e o fanatismo, entre o Estado de direito e o terrorismo. Devemos estar preparados para fazer tudo o que pudermos, o tempo que for necessário. (Clinton, 1998b; grifo nosso)

Os Estados Unidos colocam-se, da mesma forma, como a nação que sustenta a confrontação às ideias irracionais e baseadas no ódio,

como se a partir daquele momento existisse novamente um confronto de dualidades bem estreitas e definidas. No entanto, Haass (2009) e Glain (2011) afirmam que um dos motivos pelos quais Bin Laden teria tomado os Estados Unidos como alvo de suas ações terroristas seria a permanência de suas tropas na Arábia Saudita e em outros países da região. De acordo com os autores, Osama bin Laden exigiria a saída de não muçulmanos desses países.

No ano 2000, o último de sua presidência, Clinton (2000) envia uma carta aos líderes do Congresso em relação ao Talibã. Na carta, pede que o movimento que governava o Afeganistão, que já era considerado um caso de emergência nacional, permanecesse classificado da mesma forma. Além disso, faz referência à livre circulação e apoio à Al-Qaeda e seu líder, Osama bin Laden.

O Talibã continua a permitir que o território sob seu controle no Afeganistão seja utilizado como um porto seguro e base de operações para Osama bin Laden e a organização Al-Qaida, que cometeram e ameaçam continuar cometendo atos de violência contra os Estados Unidos e seus cidadãos. Essa situação continua a representar uma ameaça incomum e extraordinária à segurança nacional e aos interesses externos dos Estados Unidos. Por essas razões, determinei que será necessário manter em operação essas autoridades emergenciais para além do dia 5 de julho de 2000. (Clinton, 2000; grifo nosso)

O que chama a atenção é o fato de Clinton afirmar que a situação configurava uma ameaça extraordinária à segurança nacional e aos interesses norte-americanos, o que será confirmado pouco mais de um ano depois nos atentados terroristas de 11 de Setembro. Apesar disso, conforme Glain (2011):

Clinton resistiu a anseios por uma invasão completa do Afeganistão para extirpar a rede de Bin Laden, enfurecendo, entretanto, os conservadores, que consideravam os ataques às embaixadas um ato de guerra. Em outubro de 2000, depois que a Al-Qaida bombardeou o destróier da Marinha norte-americana USS Cole no

Porto de Aden, Iêmen, matando dezessete marujos e ferindo trinta e nove, os moderados, além dos conservadores, clamaram por um ataque em solo. (p.373)

## Os Bálcãs e a situação de Kosovo

O último caso de notabilidade, em relação à política externa de Clinton, refere-se à atuação nos Bálcãs, mais especificamente, em Kosovo. A construção da necessidade de agir assemelha-se muito àquela apresentada anteriormente: o discurso de uma “nova era”, a justificativa da “paz democrática” e a promoção dos valores norte-americanos: “Eu sou responsável, como presidente, por lidar com problemas como esse, antes que eles possam ferir permanentemente nossos interesses nacionais. A América tem responsabilidade de estar ao lado de seus aliados quando eles tentam salvar vidas inocentes e preservar a paz, a liberdade e a estabilidade na Europa” (Clinton, 1999b). Segundo Pecequillo (2005):

Genericamente, Kosovo foi percebido como uma nova prova de que as relações internacionais norte-americanas (e globais) estariam entrando em uma fase sustentada pela doutrina da intervenção humanitária. Tal doutrina passaria a ser conhecida como “Doutrina Clinton” e teria como prioridade a prevenção de emergência de guerras e conflitos que desrespeitassem os direitos dos povos. Caso não fosse possível prevenir os conflitos, tanto os Estados Unidos como o restante da comunidade internacional estariam prontos e dispostos a intervir, fazendo cumprir os princípios da não agressão, da liberdade, da autodeterminação e dos direitos individuais. (p.329)

Nessa situação, existe ao mesmo tempo a construção de um ambiente caótico, somado à brutalidade do governo de Slobodan Milosevic, ao qual era atribuída a violação de direitos humanos na região: “Se nós e nossos aliados permitíssemos que essa guerra continuasse sem qualquer resposta, o presidente Milosevic interpretaria nossa hesitação como uma licença para matar. Haveria

muito mais massacres, dezenas de milhares de refugiados a mais, mais vítimas clamando por vingança” (Clinton, 1999b). De acordo com Glain (2011), a secretária de Estado, Madeleine Albright, teria sido a principal oficial de governo a convencer Clinton sobre a necessidade de intervir na região.

A visão de mundo de Albright estava baseada não nas lições da Indochina ou do Oriente Médio, mas na narrativa de Munique. [...] Para ele, as motivações relativas de um Hitler ou de um Milosevic e as atrocidades cometidas por eles eram indistinguíveis de um todo totalitário que deveria ser vencido, em particular se ele pairasse sobre a Mãe Europa. (p.356)

Clinton (1999b) enfatiza a necessidade de agir ao lembrar que nessa mesma região outros conflitos haviam estourado décadas antes, como as duas guerras mundiais.

Sarajevo, a capital da Bósnia, país vizinho, foi onde teve início a Primeira Guerra Mundial. Esta região foi soterrada **pela Segunda Guerra Mundial e pelo Holocausto**. Em ambas as guerras, a Europa demorou a reconhecer os perigos, e os Estados Unidos esperaram ainda mais para entrar nos conflitos. Gostaria que pensassem que, se os líderes naquela época tivessem agido sabiamente e cedo o bastante, quantas vidas não poderiam ter sido salvas, quantos americanos não precisariam ter morrido. (grifo nosso)

Busca, com isso, um senso de urgência, na intenção de mostrar que existe a possibilidade de eclodir um conflito de maior proporção, como consequência da inação daqueles que teriam o poder de impedi-lo. Além disso, há uma referência direta ao Holocausto e demais horrores sofridos por prisioneiros em campos de concentração da Alemanha nazista quando procura construir o contexto no qual atrocidades aconteceriam, à revelia da comunidade internacional.

[...] pessoas inocentes reunidas em campos de concentração, crianças atingidas por atiradores em seu caminho para a escola,

campos de futebol e parques transformados em cemitérios, um quarto de milhão de pessoas mortas, não porque tenham feito algo, mas porque eram quem eram. Dois milhões de bósnios tornaram-se refugiados. Isso foi um genocídio no coração da Europa, não em 1945, mas em 1995. Não em um noticiário impresso dos tempos dos nosso país e avós, mas no nosso próprio tempo, testando nossa humanidade e nossa determinação. (Clinton, 1999b; grifo nosso)

De acordo com Pecequilo (2005), parte desse discurso pode ter se baseado em uma percepção de Albright em relação a Milosevic, devido à “experiência pessoal da secretária de Estado ante o nazismo” (p.329).

O argumento do “interesse nacional” novamente é trazido à discussão por Bill Clinton (1999b), ao afirmar que a Europa faz parte de uma região mais ampla, que compartilha os valores norte-americanos, e, por isso, a atuação desenfreada de Milosevic representaria um desvio a ser corrigido.

Se aprendemos algo deste século, agora próximo ao fim, é que, para a América ser próspera e segura, precisamos de uma Europa que seja próspera, segura, unificada e livre. Precisamos de uma Europa que se aproxime, não que se desmantele, uma Europa que compartilhe nossos valores e os fardos da liderança.

Há um componente moral na atuação norte-americana, de agir dentro do mundo ocidental, na mesma retórica previamente atribuída à lógica do *inside/outside*.

Na mesma linha de interesses norte-americanos, porém sob um viés mais geopolítico, Clinton afirma que Kosovo está situada em um ponto único, de divisão entre continentes e religiões. Mais ainda, aliados tradicionais dos Estados Unidos estariam bastante próximos do conflito, impossibilitando qualquer inatividade norte-americana. A atuação norte-americana buscou na Otan o braço armado que permitiria classificar a intervenção como multilateral e receber o suporte de outros países, além da distribuição dos custos (Pecequilo, 2005).



## O desenho identitário dos governos de Bush e Clinton

Tomando como base o modelo proposto por Hansen (2006) e as construções discursivas dos governos de George H. W. Bush e Bill Clinton, podemos propor um mapa das identidades norte-americana e do que é considerado como o “inimigo”.

Propomos como os principais significantes formadores da identidade dos Estados Unidos os termos: democracia, ordem, liberdade e liderança (Figura 4). O conjunto desses significantes formaria o que Bush inicialmente chama de atuação norte-americana na “nova ordem mundial” e o que, no governo Clinton, é pressuposto pela ideia de uma “nação indispensável”.

Existe certo pragmatismo nos discursos norte-americanos desse período. Os termos considerados positivos e, portanto, ligados à identidade norte-americana, estão voltados para inimigos genéricos e ameaças difusas, por isso a “ordem” aparece como um importante fator para compreensão dessa narrativa, conforme apresentamos neste capítulo.

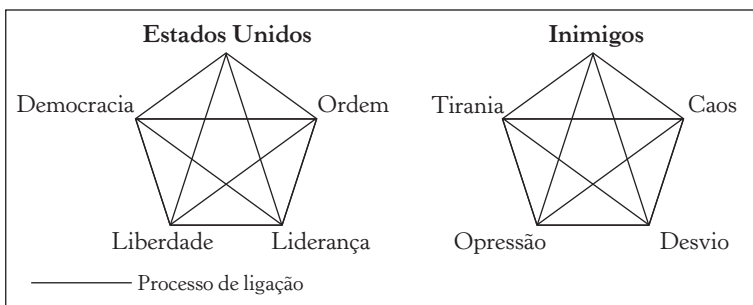


Figura 4 – Processo de ligação identitária – Os Estados Unidos e seus inimigos (1)  
Fonte: Baseado no modelo de Hansen (2006).

Em relação à construção oposta, de significantes negativos, percebe-se na figura o uso dos termos “tirania”, “opressão”, “caos” e “desvio” como representantes de uma identidade que possa ser atribuída às ameaças construídas nos discursos dos presidentes norte-americanos.

De acordo com Campbell (1992) e Walker (1993), a construção positiva de uma identidade estatal passa pelo contraponto da construção negativa do outro. Com a nossa análise, foi possível perceber que, apesar da variedade de atributos negativos, existe uma linha condutora na identificação do que se chama de “inimigo” (Figura 5). As tentativas de ocupar o espaço deixado pela União Soviética buscaram ressaltar a noção de que o fim do conflito Leste-Oeste significaria um mundo rumo às ideias defendidas pelos Estados Unidos e que qualquer situação fora dessa linha ascendente em direção ao progresso significaria um “desvio” passível de correção por parte da liderança norte-americana.

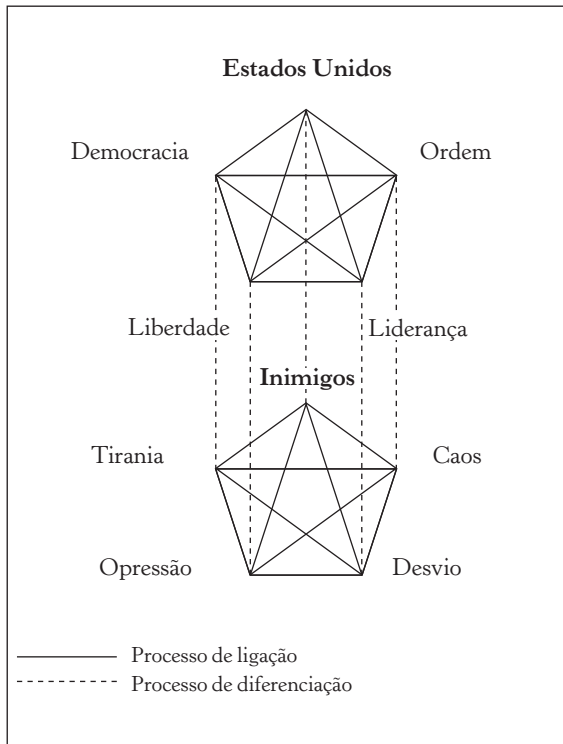


Figura 5 – Processo de ligação e diferenciação identitária – Os Estados Unidos e seus inimigos (1)

Fonte: Baseado no modelo de Hansen (2006).

Na figura, é possível perceber como a identidade norte-americana e a suposta identidade do inimigo, baseada na ameaça externa, são construídas e buscam estabilizar-se em ligação (nos termos que se relacionam) e em contraponto entre os distintos significados que marcam a diferenciação.

O modelo apresentado permite perceber que os discursos podem ser sintetizados em conjuntos de significados que se relacionam para formar a identidade norte-americana e a do inimigo. As ameaças construídas pelos presidentes Bush e Clinton, reveladas ao longo deste capítulo, evidenciaram isso.

### 3

## A CONSTRUÇÃO DO INIMIGO NO GOVERNO DE GEORGE W. BUSH (2001-2009)

*Estragaram o Grande Espetáculo do Juízo Final*

*Porque*

*Antes do veredicto*

*Fizeram explodir tudo quanto era bomba H*

*E apenas ficou no meio do deserto*

*– misteriosamente sorrindo –*

*A dentadura postiça de Jeová.*

Mario Quintana – Sabotagem

A eleição presidencial de 2000, em que o candidato republicano George W. Bush elegeu-se, foi marcada por uma grande discussão acerca dos mecanismos eleitorais norte-americanos e por enorme polêmica em relação à legitimidade de sua vitória.

No início da campanha eleitoral, as primeiras pesquisas apontavam boa vantagem do candidato democrata Al Gore em relação ao então governador do estado texano, George W. Bush, “[...] descrito como inexperiente, de passado conturbado por seus problemas com álcool e empresariais, simplório, de estilo agressivo [...]” (Pecequillo, 2005, p.362). Além disso, “[...] não era um homem de pretensões políticas nem de grandes aspirações. Durante sua formação não teve ambições intelectuais, gostava de conhecer pessoas e [...]”

seu momento de maior realização pessoal ocorreu como proprietário do time de beisebol Texas Rangers” (Finguerut, 2009, p.134-5).

Bush era considerado, portanto, pouco apto a suceder Bill Clinton que, de acordo com Pecequilo (2005), a despeito de seu caso extraconjugal<sup>1</sup>, era considerado popular e carismático, “com muitos eleitores afirmando que, se possível, o reconduziriam à Casa Branca para um terceiro mandato” (p.363). Clinton deixava a presidência com a economia saneada, excedente orçamentário (Davidson et al., 2008), o menor índice de desemprego desde 1950, a menor inflação desde o pós-guerra e maior tolerância em relação a temas polêmicos, como o aborto, minorias sexuais e imigração (Pecequilo, 2005).

Al Gore adotou um discurso de manutenção das políticas interna e externa do governo anterior, exaltando as conquistas econômicas alcançadas e a necessidade de formular uma nova agenda em que temas como meio ambiente e direitos humanos teriam maior importância. Além disso, como afirma Pecequilo (2005), era visto como um competente administrador e gozava de boa reputação.

Os democratas, confiantes nos índices econômicos apresentados pelo governo de Clinton e na superioridade de seu candidato, subestimaram o republicano George W. Bush e continuaram com o mesmo discurso durante boa parte da campanha. Além disso, a campanha de Gore evitou aproximar-se do presidente Clinton, por causa do seu caso extraconjugal, com medo de prejudicar sua imagem.

Isso, contudo, não agradou ao eleitorado, que considerou Al Gore pouco carismático e enfadonho<sup>2</sup>, e

[...] talvez lhe tenha custado a vitória, porque, por um lado, não havia como dissociar sua imagem de um governo no qual era a segunda pessoa mais importante e, por outro, ao tentar descolar-se de Clinton, popular entre pobres e liberais, perdeu mui-

---

1 Houve uma tentativa de *impeachment* contra o presidente Clinton quando foi divulgado seu caso extraconjugal com a secretária Monica Lewinski.

2 Isso rendeu a Al Gore o apelido de Al Bore (chato, desinteressante).

tos votos que poderiam garantir-lhe a Casa Branca. (Finguerut, 2009, p.108)

De outro lado, os republicanos apelaram para um discurso diferente, que Bush chamaria de “conservadorismo com compaixão” (Finguerut, 2009; Pecequilo, 2005), em que era enfatizada a necessidade de moralizar a América. O público conservador prontamente se identificou com o discurso de retomada de valores ignorados pelos democratas, afirmando que era necessária uma revisão das práticas promovidas pelo governo democrata. Discussões sobre aborto, união civil homossexual, políticas de imigração e posse de armas foram retomadas, o que ocupou o vazio do discurso democrata, baseado nas mesmas premissas, que pouco atraíram o eleitorado. Em relação ao campo externo, o discurso foi marcado pela necessidade de retomar o espaço perdido, devido à fraqueza do governo democrata. Instituições e tratados internacionais não poderiam tornar-se um empecilho para a grandeza da América unipolar (Pecequilo, 2005).

Ainda de acordo com Pecequilo (2005), os democratas não criaram uma agenda capaz de abordar os temas domésticos e internacionais de maneira adequada. A abrangência do discurso republicano e seu apelo a questões polêmicas ou não tratadas pelos democratas acarretaram o equilíbrio do eleitorado. A movimentação dos indecisos (*swing voters*) entre apoiar os republicanos ou os independentes marcou o fim da eleição e resultou em um impasse político.

O sistema eleitoral norte-americano é marcado por uma divisão entre votos populares (de cada indivíduo) e votos colegiados (que variam de acordo com a população de cada estado). Ganhar pela maioria dos votos populares não significa necessariamente vitória na eleição, que só é garantida com a obtenção de pelo menos 270 dos 538 votos dos delegados<sup>3</sup>.

---

3 Cada estado americano soma determinada quantia de delegados à contagem universal de votos. Quando um candidato ganha pelo voto popular em um estado, leva todos os votos colegiados.

Bush venceu pelos votos dos delegados (271 contra 266 de Gore), mas perdeu nos votos populares<sup>4</sup>. A vitória do candidato republicano foi contestada em razão de alegações dos democratas de que a eleição, no estado da Flórida<sup>5</sup>, fora marcada por fraudes e irregularidades. O apelo à Suprema Corte Federal, no entanto, não foi atendido e a recontagem dos votos do estado foi negada<sup>6</sup>, numa apertada decisão de 5 votos contra 4 (Finguerut, 2009).

## O terrorismo na centralidade da agenda de Segurança

Em seus discursos, Bush afirma que a garantia da estabilidade e da segurança do planeta dependeria do seu país, o que lhe daria o “dever” de agir como tal. Os Estados Unidos teriam, portanto, a responsabilidade de lidar com a tarefa de serem os defensores dos ideais civilizatórios, representados pela democracia e pela liberdade.

Com o desmantelamento da União Soviética, os Estados Unidos encontravam-se sozinhos num mundo unipolar, ou seja, não havia outra potência capaz de fazer frente ao seu poder ou desafiá-lo em qualquer campo (Hobsbawm, 2007). O fim da Guerra Fria representava um momento único na história mundial, em que os norte-americanos poderiam enfim projetar seus valores livremente, com o intuito de disseminar ideais democráticos e liberais (Pecequilo, 2005).

Os Estados Unidos teriam então a obrigação e a responsabilidade de manter a estabilidade e a paz (Teixeira, C., 2007). As “funções” a serem exercidas pelo país eram apresentadas da seguinte forma: defesa e expansão da democracia; liberdade em relação aos organismos internacionais multilaterais; maior investimento e

---

4 O número de votos da população e por estados pode ser encontrado nos seguintes sites: <<http://psephos.adam-carr.net/countries/u/usa/pres/2000.txt>>; <<http://uselectionatlas.org/RESULTS/datagraph.php?year=2000&fips=0&f=1&off=0&elect=0>>; <<http://www.fec.gov/pubrec/2000presgeresults.htm>>

5 O governador da Flórida era Jeb Bush, irmão de George W. Bush.

6 A decisão da Suprema Corte pode ser encontrada no seguinte site: <[http://frwebgate.access.gpo.gov/supremecourt/00-949\\_dec12.fdf](http://frwebgate.access.gpo.gov/supremecourt/00-949_dec12.fdf)>

ampliação das forças armadas, capazes de se manter na vanguarda tecnológica e de dissuadir qualquer ameaça ou inimigo (id., ibid.).

Constata-se o discurso de uma “nova era”, na qual os Estados Unidos seriam os líderes de uma profunda mudança, a fim de expandir os ideais democráticos, e da construção da “nação indispensável”, protetora das instituições e dos valores democráticos, próprios da civilização. A história, de acordo com Bush, mostraria que esse país teria sua maior oportunidade de garantir sua hegemonia e expandir seus valores.

Eu viverei por esses princípios, e serei guiado por eles: defender minhas convicções com civilidade, buscar o interesse público com coragem, lutar por mais justiça e compaixão, clamar por responsabilidade e tentar viver com ela. Em todos esses sentidos, trarei os valores de nossa história aos cuidados do nosso tempo. (Bush, 2001)

Após os atentados terroristas de 11 de Setembro, a intervenção no Afeganistão é apresentada não apenas como forma de espalhar bons princípios e valores, mas como questão de segurança nacional, portanto, como ponto chave na chamada “guerra ao terror”. No discurso após os atentados terroristas, Bush procura enaltecer as qualidades de seu povo, contrapondo-as a atributos negativos dos terroristas. Os ataques são interpretados como atos irracionais e cruéis, que visam destruir os princípios norte-americanos e confrontar seu “espírito de liberdade” e seu “propósito de civilização”. Isto se dá através de elementos entendidos como formadores da “civilização” americana, e a própria ideia de civilidade mostra-se reincidente nessas construções discursivas.

O discurso não é mais de uma ameaça estatal, como nos tempos da Guerra Fria, mas de um novo inimigo, o terrorismo transnacional.

[...] esse inimigo não se identifica com nenhum Estado, não tem território e não estabelece nenhum tipo de complementariedade econômica com seu adversário. Aceitar sua existência, nessas condições, significa entrar em uma guerra na qual os EUA definem, a cada momento e da forma mais conveniente, quem é e onde está o



rival, perpetuando uma guerra que será cada mais extensa. (Teixeira, T., 2007, p.53)

A existência de uma ameaça transnacional que se aproveitava da porosidade de fronteiras pouco vigiadas ou deliberadamente acessíveis pressupunha um inimigo de difícil estabelecimento ou assimilação. Por isso, Bush buscou ligar a imagem de Bin Laden a narrativas já conhecidas do público, como os *rogue states*, e à possibilidade de grupos e líderes marginalizados obterem armas de destruição em massa. Dessa forma, justificou a invasão do Afeganistão como parte de um conflito maior, que chamou de “guerra ao terror”.

A utilização do termo “guerra ao terror” é mais um eufemismo que já estivera presente nos discursos de outros governos norte-americanos, como no caso da “guerra contra as drogas” do governo Reagan. Apesar do discurso de que a guerra ao terrorismo era única e sem precedentes, Reagan já havia usado os mesmos termos, ainda que, na época, se referissem a objetos diferentes<sup>7</sup> (Pecequilo, 2005).

As consequências diretas dos atentados terroristas foram “a declaração imediata de guerra, a convocação de uma ampla aliança nacional e a identificação (e punição) dos responsáveis” (id., *ibid.*, p.375-6). Logo os americanos mobilizaram-se em diversas manifestações de repúdio ao acontecido e de um nacionalismo marcado por emoção e ações patrióticas. É necessário notar que

[...] a aprovação da operação no Afeganistão contou com um amplo apoio da comunidade internacional. [...] Dado o caráter do 11 de Setembro, essa guerra era tida como “justa”, sendo um movimento de resposta a um inimigo que atingira e continuava ameaçando os norte-americanos. (Pecequilo, 2005, p.384)

Nesse contexto, o bem/mal é caracterizado também como amigo/inimigo, de forma que os aliados são todos aqueles que com-

---

7 A União Soviética ainda era o principal inimigo. O terrorismo correspondia à atuação, ao apoio e ao patrocínio dos soviéticos em outros países.

partilham os valores norte-americanos e compreendem a necessidade de intervenção para garantir um mundo melhor e mais pacífico. Esses valores seriam compartilhados por todos os homens e, por isso, seriam “certos”. Outra característica recorrente, e que remete muito especificamente aos discursos do presidente, é a de adotar a compaixão como atributo intrínseco do povo norte-americano. A presença da compaixão é importante para destacar o seu caráter bondoso, mesmo quando a demonstração de sua piedade acontece por meio de intervenções militares.

O maniqueísmo bem/mal está presente nos discursos do presidente Bush como forma de afirmação da contraposição americanos/terroristas. O povo norte-americano seria aquele dotado de compaixão, que tem piedade dos demais por não estarem livres e ainda não serem capazes de se guiar sozinhos. Os terroristas representariam a maldade no mundo, e sua construção vai além do próprio termo, abrangendo Estados e seus líderes – ou seja, terrorista é todo aquele considerado inimigo e capaz de ameaçar os Estados Unidos e seus amigos/aliados. Essa seria a diferença fundamental entre o mundo “amigo” dos americanos, no qual estariam incluídos seus aliados e os países considerados “democráticos”, e o mundo “opressor”, marcado por outros valores, como a “tirania” e a “barbárie”.

Hoje firmamos um novo compromisso, o de cumprir as promessas da nossa nação por meio da **civilidade**, coragem, compaixão e caráter. A América, em seu melhor, combina um comprometimento com princípios a uma preocupação com **civilidade**. Uma sociedade civil demanda de cada um de nós boa fé e respeito, tratamento justo e perdão. (Bush, 2001; grifo nosso)

O pós-11 de Setembro foi marcado por uma reformulação dos objetivos norte-americanos no cenário internacional. De acordo com Flint e Falah (2004), valores como liberdade, justiça e dignidade humana serviriam para inspirar a nova estratégia dos Estados Unidos. Enxergou-se nesse momento a possibilidade de colocar

em prática diversas ações que culminariam na formulação de documentos pelo Conselho de Segurança Nacional da Casa Branca e na Guerra do Iraque de 2003 (Froelich, 2005).

Dentre esses documentos, um é especialmente apontado pelos pesquisadores como a origem da Doutrina Bush. Trata-se da Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos (National Security Strategy of the United States – NSS), divulgado em 2002, que trazia à discussão possíveis formas de intervenção do país em outros Estados.

As principais características do documento envolvem: a distinção entre guerra preventiva e guerra preemptiva e a possibilidade do uso de ambas; a classificação de Estados em “fracos” e “falidos” – *rogue states* –, em alusão à classificação já empregada no governo Clinton e reiterada como ameaça à segurança nacional; a reafirmação do termo “eixo do mal” e a inclusão de alguns Estados nesta classe; a necessidade de evitar que terroristas e Estados que os hospedem ou patrocinem de alguma forma possuam armas de destruição em massa; a disseminação dos valores liberais democráticos nas nações oprimidas por regimes “déspotas” e “tirânicos” (Jervis, 2003).

O presidente Bush, em 2003, faz relação direta entre a guerra ao terror e a existência dos Estados “fora da lei”. Talvez a intenção tenha sido buscar no imaginário do público a noção de mocinho/bandido, num contraponto direto entre os Estados Unidos e seus inimigos. Tal construção procuraria mostrar o “mocinho” como o representante da justiça, em detrimento do “bandido”, arruaceiro e irracional. O objetivo era tornar a ameaça distinguível e localizável no cenário internacional, de forma que se construísse a ideia de “encarnação do mal” nos líderes dos países “terroristas”. Essa mesma construção já havia sido feita no governo anterior, de Bill Clinton, e foi resgatada e adaptada para o pós-11 de Setembro.

Os Estados Unidos reafirmam a possibilidade de agir de modo unilateral quando necessário, mesmo que através de intervenções e conflitos diretos – o que, em outras palavras, significa a mudança de regime com o uso da força. Para tanto, adotariam a política de

atuar contra um inimigo antes que este tivesse a possibilidade de fazê-lo (ou seja, não esperariam o primeiro ataque – guerra preventiva), ou contra um inimigo que representasse ameaça iminente e exigiria medidas urgentes e drásticas (guerra preemptiva) (Teixeira, T., 2007).

A classificação de Estados como “fracos”, “falidos” e “párias” surge na administração Clinton. No entanto, essa forma de classificar determinados Estados (de acordo com os interesses norte-americanos) ganhou maior peso na administração Bush, depois do 11 de Setembro e da possibilidade de o Afeganistão, considerado um Estado falido, sobretudo após a ocupação talibã, ter hospedado os terroristas responsáveis pelos ataques. Isso pode ser verificado em um dos documentos já citados: “Devemos estar preparados para brevar os Estados párias e seus clientes terroristas antes que eles se tornem capazes de ameaçar ou utilizar armas de destruição em massa contra os Estados Unidos e nossos aliados e amigos” (NSS, 2002). É possível notar o afastamento do termo *outlaw states* nos discursos de Bush, que acontece ao mesmo tempo que o termo *rogue states* assume posição de destaque, inclusive nas NSSs de seu governo. Com isso, possivelmente, busca aumentar o grau de fragilidade e perigo com que se constroem as ameaças: enquanto *outlaw* pressupõe um desvio que em algum momento pode ser corrigido, *rogue* carrega um significado mais dramático, como se essa suposta falência estatal estivesse ligada a significados negativos, como um Estado trapaceiro e mentiroso.

Além da expressão *rogue states*, o governo Bush usou outra para identificar possíveis inimigos e ameaças ao seu país. Trata-se de “eixo do mal”, termo utilizado pela primeira vez no discurso sobre o Estado da União no ano de 2002 (Wickam, 2002). Dentre os países incluídos nesse grupo encontravam-se Iraque, Síria, Irã e Coreia do Norte, seguindo-se Líbia e Cuba. A única forma de eliminar a ameaça que esses países representavam seria a disseminação dos valores e das instituições democráticas após a derrubada dos regimes preexistentes.

A ausência de qualquer modelo concorrente para a organização de sociedades, que pode ser notada no início do documento de Segurança Nacional, é parte da explicação para o otimismo. Além disso, há a expectativa de uma forma benigna de efeito dominó, pois sobre a mudança de regime no Iraque recai a esperança de que forças da liberdade sejam encorajadas e outros potenciais perturbadores da paz sejam impedidos. (Jervis, 2003)

Os Estados Unidos entendiam que, a partir do momento em que a população desses países tivesse contato com uma nova forma de governo e organização política, o processo democrático deslancharia com rapidez e serviria de exemplo para os demais países da região. “Finalmente, os Estados Unidos aproveitarão essa oportunidade para estender os benefícios da liberdade ao redor do mundo. Trabalharemos ativamente para trazer a esperança para a democracia, o desenvolvimento, o livre mercado e o livre comércio em todos os recantos do mundo” (NSS, 2002).

Tendo em vista esse quadro, seria preciso aumentar significativamente a verba da Defesa, fortalecer os laços com os aliados democráticos e desafiar os regimes hostis aos interesses e valores americanos, promover a causa da liberdade política e econômica mundo afora, aceitar a responsabilidade do papel único da América em preservar e ampliar uma ordem internacional amigável e favorável à segurança, prosperidade e princípios dos EUA. (Teixeira, T., 2007, p.200)

Nesse contexto, podemos utilizar as noções de ligação e diferenciação identitária do modelo de Hansen (2006), como foi feito no capítulo anterior, a fim de traduzir analiticamente o discurso político de Bush (Figura 6). Determinadas representações seriam colocadas como antônimos diretos, de forma que uma característica norte-americana teria seu antônimo correspondente, num processo de características comuns a cada grupo, em detrimento das características do outro. No caso dos Estados Unidos, a democracia, a

liberdade, a civilização e a compaixão seriam atributos opostos aos de seus inimigos: tirania, opressão, barbárie e crueldade.

A construção negativa do outro é feita pelo contraponto, atribuindo-se valor às qualidades da civilização. Em seu discurso no ano de 2007, o presidente Bush busca retomar o contraponto entre o “eu” e o “outro”, a fim de marcar bem a necessidade de combater o inimigo. No entanto, dessa vez, o discurso dá mais ênfase às características do inimigo, como a crueldade e a vontade de matar norte-americanos.

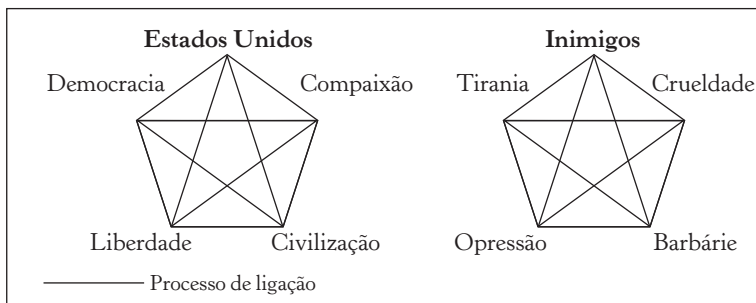


Figura 6 – Processo de ligação identitária – Os Estados Unidos e seus inimigos (2)  
Fonte: Baseado no modelo de Hansen (2006).

O papel dessa diferenciação foi essencial para convencer a plateia de que os objetivos propostos eram “essenciais” à segurança dos Estados Unidos. Bush não apenas constrói o inimigo, mas o faz em contraponto às características que considera positivas no seu povo, aquele que vai receber a mensagem e é o receptor. Essas ideias demarcavam o campo de atuação da política externa norte-americana e pretendiam justificar invasões em outros territórios como algo essencial.

Seria possível afirmar que toda relação política é maniqueísta e que a construção social do “eu” e do “outro” é conflituosa por natureza. Não é o que se pretende neste livro, e comprovar o oposto seria tema para outra pesquisa. O “outro” não é necessariamente o “inimigo”, este, sim, objeto de nosso trabalho e estudo.

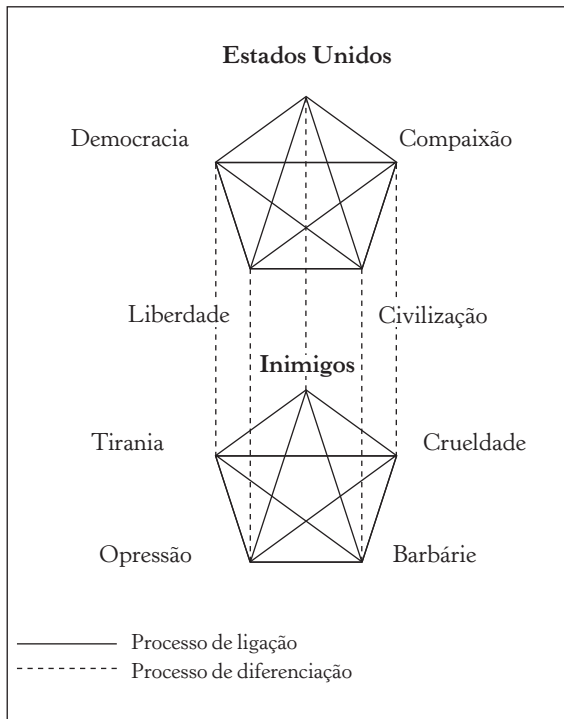


Figura 7 – Processo de ligação e diferenciação identitária – Os Estados Unidos e seus inimigos (2)

Fonte: Baseado no modelo construído por Hansen (2006).

Considerar, portanto, o maniqueísmo nos discursos do presidente norte-americano é essencial não apenas pelo viés político, mas para entender como as ideias são construídas e buscam enaltecer determinados conceitos em detrimento de outros, como apresentado neste livro.

## O papel da democracia

O argumento de que a democracia é o fim a ser alcançado por todas as nações faz parte de uma generalização dos valores adotados pelos Estados Unidos. Ela seria um valor “certo”, perseguido por

todos os indivíduos do mundo, porque constituiria uma vontade inata dos homens. Cabe lembrar o argumento utilizado anteriormente por George Bush e Bill Clinton, sobretudo o último, de promoção da democracia.

Bush afirmará que o regime democrático nada mais é que a “evolução da humanidade”, pressuposto da civilização apoiado pelos norte-americanos (Bush, 2003; 2006). O discurso em prol da expansão da democracia é um dos principais pontos de toda a argumentação em torno da necessidade de intervenção em determinados países. Os neoconservadores defendem a democratização do Oriente Médio por considerarem tal região como estratégica aos interesses norte-americanos e como única forma de alcançar a estabilidade regional.

Dessa forma, era esperado que a intervenção nesses países servisse de exemplo e acarretasse a mudança de regime nos países vizinhos. A democracia seria o fator desencadeador da liberdade, que resultaria na paz e na estabilidade interna e com os vizinhos, se democráticos.

Reformas promissoras já estão acontecendo em um arco que vai do Marrocos à Jordânia e Bahrain. O governo da Arábia Saudita pode demonstrar sua liderança na região, expandir o papel do povo na determinação de seu futuro. E a grande e orgulhosa nação egípcia, que guiou o caminho para a paz no Oriente Médio, pode agora mostrar o caminho para a democracia no Oriente Médio. (Bush, 2005; grifo nosso)

A causa da democracia seria, portanto, a garantia da paz – em outras palavras, a manutenção do *status quo* norte-americano. O que se pretendia era uma “paz democrática”<sup>8</sup> – uma vez que todos os países da região fossem democráticos, se guiariam por valores comuns da “civilização” e não buscariam dominar ou agredir seus vizinhos.

A expansão da democracia está intimamente ligada à construção discursiva dos ideais norte-americanos, como parte da “missão”

---

8 Conforme visto no capítulo anterior.



do país frente às suas responsabilidades no “momento único” em que se viveria. Dessa forma, o presidente Bush mais uma vez usa a compaixão como expressão do caráter norte-americano em relação aos demais povos. A razão de intervir externamente nada mais seria do que a necessidade de ajudar aqueles que sofrem pela opressão e não conseguem se desvencilhar de governos tirânicos.

A defesa da democracia como fim a ser atingido é repetida ao extremo, o que mostra o caráter de fixação que tal discurso se propõe. O uso dessa justificativa busca fixar a ideia de que determinados valores estão intimamente ligados à democracia, ou mesmo dependem dela para existir. O ideal, então, seria que todos os regimes fossem democráticos, para que a paz fosse automaticamente garantida, assim como os interesses norte-americanos, no mundo.

Nosso objetivo é construir e preservar uma comunidade de nações livres e independentes, com governos que sejam responsáveis aos seus cidadãos e retratem suas próprias culturas. E, porque as democracias respeitam seu povo e seus vizinhos, o avanço da liberdade levará à paz. (Bush, 2005)

Essa citação mostra de modo claro a relação de causalidade que o presidente busca apresentar em seu discurso. A democracia seria o fator desencadeador da liberdade, que resultaria na paz e na estabilidade interna e com os vizinhos, se democráticos. O presidente vai além, conectando a construção discursiva com a existência de um momento único a ser aproveitado pelos Estados Unidos: “Esse avanço tem grande ímpeto em nosso tempo [...]. Estamos presenciando eventos marcantes na história da liberdade. E, nos próximos anos, escreveremos parte dessa história” (Bush, 2005).

Isso é novamente abordado ao se construir a necessidade da mudança de regime no Iraque por sua posição estratégica, considerado um país-base de terroristas. Existe, nesse caso, uma tentativa de colocar o governo de Saddam Hussein como patrocinador de atividades terroristas, sendo esta mais uma justificativa para a intervenção no país iraquiano, além da possibilidade de expansão da democracia, uma vez que os terroristas perderiam seu apoio no Iraque.

A defesa da democracia no Oriente Médio é retratada como algo “requisitado pela humanidade” como o “certo” a fazer e indiscutível, por esse motivo. “Os americanos são um povo livre, que sabe que a liberdade é o direito de cada pessoa e o futuro de cada nação. A liberdade que estimamos não é uma dádiva da América ao mundo, mas a dádiva de Deus à humanidade” (Bush, 2003). Mas, ao dizer que essas democracias não se parecerão com a norte-americana, o presidente resguarda-se de todo o possível e longo processo pelo qual esses países teriam que passar para atingir algum nível de estabilidade após mudarem de regime, se fosse o caso.

## A Doutrina Bush

No discurso pronunciado imediatamente após aos atentados terroristas de 11 de Setembro<sup>9</sup>, o então presidente Bush procurou enaltecer as qualidades de seu povo, contrapondo-as a atributos negativos dos terroristas. Naquele contexto, os ataques eram construídos como atos irracionais e cruéis, que visavam contrapor-se aos princípios norte-americanos e confrontar seu “espírito de liberdade” e seu “propósito de civilização”.

Pouco mais de um ano após os atentados de 11 de Setembro de 2001, foi publicada, em Washington, a primeira Estratégia de Segurança Nacional do governo W. Bush. Tratava-se do amadurecimento daquela que se consolidaria como “Doutrina Bush”.

O documento, trazido ao público pelo National Security Council em 17 de setembro de 2002, tinha uma introdução redigida e assinada pelo então presidente e revelava as preocupações centrais da política de segurança dos Estados Unidos naquele momento. Apesar da abrangência do documento, que por vezes se debruça também sobre questões econômicas, ligadas ao regionalismo, ou sobre questões humanitárias, é inevitável notar a preponderância das medidas contentoras das chamadas “novas ameaças”, então materializadas por meio do combate ao terror.

---

9 Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/09/20010911-16.html>> Acesso em: 14 out. 2011.

Nesse contexto, reafirma-se que a garantia da estabilidade e da segurança do planeta dependeria dos Estados Unidos, pelo seu poderio militar e econômico, o que lhe conferia o “dever” de agir em defesa da ordem global (NSS, 2002; 2006). O país teria, portanto, a responsabilidade de lidar com a tarefa de ser o defensor dos ideais civilizatórios, representados pela democracia e pela liberdade, principalmente. Bush, em muitos de seus discursos, ressalta que o papel do seu país como defensor desses ideais está conectado com a oportunidade que o “momento” sugere. Isto guarda estreita relação com o pensamento neoconservador de um “novo século americano”, com a manutenção do poderio militar e econômico de sua nação e com a necessidade de aproveitar os benefícios de ser a única superpotência no mundo responsável por disseminar seus valores ao resto do planeta (Pecequilo, 2005; Teixeira, 2010).

A NSS de 2002, portanto, ao exaltar o modelo político e econômico dos Estados Unidos e associar liberdade, democracia e livre iniciativa aos valores vencedores do século XX, quando o “totalitarismo destrutivo” teria dado espaço para a igualdade, deixa claro que, para os norte-americanos, o desenvolvimento e a prosperidade dos países apenas podem ser alcançados a partir desses princípios e, mais do que isso, desrespeitá-los constituiria motivo suficiente para diferenciar “aliados” de “inimigos”.

A ideia de contraposição a um “inimigo” em si configura-se como um ponto central na discussão da política externa e da política de segurança e defesa dos Estados Unidos ao longo de sua história. Desde que o país fora alçado à categoria de superpotência mundial, após a Segunda Guerra, os norte-americanos conduziram a conformação da ordem internacional com base em três elementos: capacidades materiais, ideias e instituições (Pecequilo, 2005).

Se as primeiras, relacionadas aos recursos concretos de poder, já se encontravam asseguradas aos Estados Unidos, em função das disparidades geradas pela guerra, e as últimas, consideradas o aspecto formal da hegemonia, tornavam-se claras a partir das estruturas multilaterais e dos regimes internacionais que, sob liderança norte-americana, se estabeleciam a partir de então, a necessidade

intermediária – ligada ao plano das ideias – sempre foi mais abstrata, já que envolve a criação de um projeto político capaz de consolidar uma visão de mundo e de convencer.

A NSS (2002) marcou, como focos dos Estados Unidos, o Oriente Médio e a Ásia Central. Pela ligação da Al Qaeda com o Talebã, o Afeganistão, mesmo antes da divulgação da NSS, tornou-se o primeiro alvo dos Estados Unidos na “guerra ao terror” no que se denomina de mudança de regime (outro pressuposto da Doutrina Bush para países considerados tirânicos e dominados por ditadores opressores). A região também é citada como estratégica por causa de seus recursos e pelo grau de instabilidade. No entanto, esta é uma justificativa para a ação usada anteriormente por outros ex-presidentes norte-americanos (Fuser, 2008).

Em 2002, o presidente Bush usará o termo “eixo do mal” pela primeira vez. Ao usar a palavra “eixo”, procura construir uma relação direta com o grupo formado pela Alemanha nazista, a Itália e o Japão na Segunda Guerra Mundial. Naquele momento, existia uma disputa direta entre os Estados Unidos e os “Aliados” e os inimigos do “Eixo”, e esse confronto é resgatado de forma a mostrar a ameaça e a necessidade de combater um novo inimigo tão perigoso quanto os que surgiram no conflito global.

Estados como esses e seus aliados terroristas constituem um eixo do mal, armando-se para ameaçar a paz no mundo. Ao buscar armas de destruição em massa, esses regimes representam um perigo grave e crescente. Eles podem fornecer essas armas a terroristas, dando-lhes o modo de expressar seu ódio. Eles podem atacar nossos aliados ou procurar chantagear os Estados Unidos. Em qualquer caso, o preço da indiferença será catastrófico. (Bush, 2002; grifo nosso)

No seu discurso, o presidente procura estabelecer a diferenciação em relação ao que considera um dos grandes inimigos da liberdade do século XX, sob a forma da expansão nazista na Europa e do conflito com o Japão no Oceano Pacífico. O intuito seria mostrar

que o perigo apenas tinha mudado de nome, mas a necessidade de combater continuava a mesma, sendo a ação norte-americana naquele momento tão necessária quanto havia sido no passado e, por isso, todos deviam corroborá-la.

O isolacionismo é abordado como a pior atitude em relação a esses países, mostrando a clara propensão à ação, em detrimento da contenção. Isso dá impulso, mesmo que de modo indireto, à noção de que somente o movimento dos Estados Unidos seria capaz de guiar o mundo contra essa nova ameaça. Um exemplo disso é a possibilidade da construção de um escudo antimísseis para proteger os Estados de países que buscam e detêm armas de destruição em massa. O perigo representado pela possibilidade de atuação desses regimes implicará a afirmação de que os Estados Unidos agirão independentemente da opinião dos demais países, devido à iminência da ameaça, que caracteriza a ação preemptiva do país, como no caso afegão. O uso da guerra preemptiva se justificaria pela existência de uma ameaça automática, que deveria ser combatida sem demora para evitar outros ataques terroristas.

O isolacionismo não apenas amarraria nossas mãos na luta contra os inimigos, mas nos impediria de ajudar nossos amigos que precisam de nós desesperadamente. Mostramos compaixão no exterior porque os americanos acreditam na dignidade dada por Deus [...]. Também mostramos compaixão no exterior porque regiões oprimidas pela pobreza, pela corrupção e pelo desespero são fonte de terrorismo e crime organizado, tráfico de pessoas e de drogas. (Bush, 2006)

O presidente Bush, em 2003, faz relação direta entre a guerra ao terror e a existência dos Estados fora da lei. A intenção pode ter sido buscar no imaginário do público a noção de mocinho/bandido, num contraponto direto aos Estados Unidos e seus inimigos. Essa construção se inspiraria nos filmes de banguê-banguê hollywoodianos, que procuravam mostrar o “mocinho” como o símbolo da justiça, e o “bandido”, como arruaceiro e irracional. Desse modo,

procura-se tornar a ameaça distinguível e localizável no cenário internacional, de forma que se construa a “encarnação do mal”, personalizada nos líderes desses países.

Hoje, o maior perigo na guerra contra o terror, o maior perigo que a América e o mundo enfrentam são os regimes fora da lei que buscam e possuem armas nucleares, químicas e biológicas. Esses regimes podem usar tais armas para a chantagem, o terror e os assassinatos em massa. Também podem dar ou vender tais armas aos seus aliados terroristas, que as usariam sem hesitação. (Bush, 2003)

Essa construção do outro é necessária para que o público faça a conexão entre os terroristas e esses Estados. Por isso, não se procuram necessariamente grupos terroristas, mas Estados que alegadamente os patrocinam e abrigam. A partir daí, o presidente Bush mais uma vez procura estabelecer vínculos entre a guerra ao terror e determinados Estados. Novamente serão citados os países considerados integrantes do “eixo do mal”, cuja ameaça seria proeminente e que por isso deveriam ser combatidos de maneira mais efetiva e com caráter de urgência. De início, essa construção é feita em relação ao Iraque, ao Irã e à Coreia do Norte.

## **A Guerra do Iraque**

A partir de então, o presidente Bush começa a construir seu argumento em torno do regime iraquiano, o primeiro alvo de fato da nova estratégia de segurança dos Estados Unidos (NSS, 2002). A necessidade de intervenção no Iraque é construída a fim de mostrar que não há nada melhor para evitar uma “catástrofe” do que uma mudança no regime do país. A existência das armas de destruição em massa não é uma possibilidade, mas uma certeza do governo em relação ao Iraque. A intervenção no país se classificaria como uma guerra preventiva, em que a ameaça não é iminente, mas não se pode deixar que ela cresça a ponto de impedir a ação no futuro.

Alguns disseram que não deveríamos agir até que a ameaça seja iminente. Desde quando terroristas e tiranos anunciaram suas intenções educadamente, avisando-nos antes de agir? Se permitirmos que tal ameaça surja por completo e sem sobreaviso, todas as ações, todas as palavras e todas as recriminações viriam tarde demais. Acreditar na sanidade e na autocontenção de Saddam Hussein não é uma estratégia, nem uma opção. (Bush, 2003)

O presidente afirma que o governo iraquiano tem procurado desenvolver esse tipo de armamento e esconde suas instalações dos inspetores da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Para Bush, os inspetores não têm que comprovar a existência das armas, mas é Saddam que deve mostrar quais armamentos possui e a sua quantidade, para que o acordo em relação ao seu desarmamento possa ser efetivado dessa vez.

A grande ênfase, nesse ponto do discurso, em relação ao Iraque representa uma tentativa de aproveitar o melhor momento do que o presidente Bush chamou de “guerra ao terror”. Entre a invasão do Afeganistão e o começo da guerra do Iraque, o 11 de Setembro ainda permanecia como evento marcante e traumático no imaginário norte-americano, daí o enfoque maior nesse país, a fim de construí-lo como uma grande ameaça aos Estados Unidos. O discurso do primeiro alvo deveria ser exemplar, para justificar e “comprovar” a necessidade da intervenção, e isto se dará a partir de exemplos históricos do belicismo de Saddam Hussein, da sua indiferença em relação às instituições internacionais, da posse de armas de destruição em massa e, em especial, de sua “comprovada” relação com grupos terroristas, inclusive a Al Qaeda. Ligar o regime iraquiano com terroristas foi a primeira tentativa de construção de Saddam como o outro terrorista. No entanto, o governo norte-americano não conseguiu convencer o público dessa ligação e teve que fazer uma mudança no seu discurso, afirmando que a posse de armas de destruição em massa caracterizaria uma ameaça ainda maior do que os terroristas.

Bush mostrará que não se pode esperar a iminência de um ataque do governo iraquiano e constrói esse período com base nas ca-

racterísticas atribuídas a Saddam Hussein, de forma que a ele sejam associados atributos negativos e tendenciosos. A intervenção no Iraque não foi consensual entre a população e o Congresso norte-americano, que enfrentou uma oposição mais forte do partido democrata. Mesmo assim, o presidente Bush manterá o discurso de que o Iraque possui armas de destruição em massa, comprovadas através de documentos e relatórios da Inteligência dos Estados Unidos e de países aliados.

Entre o final de 2002 e março de 2003, quando os Estados Unidos invadiram o Iraque, Bush insistirá em ligar a Al Qaeda – responsável pelos atentados terroristas do 11 de Setembro – ao regime de Saddam Hussein (Pecequillo, 2005). Ainda em 2002, pouco tempo após a invasão do Afeganistão, a possibilidade de mais uma investida na Ásia Central começou a ser mais seriamente cogitada pelo governo norte-americano (Feith, 2008). Tratava-se do Iraque de Saddam Hussein, considerado pelos neoconservadores a principal ameaça à estabilidade no Oriente Médio e à segurança dos Estados Unidos. Integrantes da administração Bush, sobretudo o secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, e o vice-presidente, Dick Cheney, juntamente com publicações e *think tanks*<sup>10</sup> neoconservadores, passaram a associar o regime de Saddam Hussein à rede terrorista Al Qaeda e seu líder, Osama bin Laden (Kaufmann, 2004).

Depois do anúncio da nova doutrina estratégica norte-americana, a pressão por uma ofensiva militar contra o regime de Saddam Hussein parece ser quase um pretexto para que Washington imponha ao resto do mundo um unilateralismo baseado na força militar. (Peixoto, 2002)

---

10 De acordo com Teixeira (2007), *think tanks* são centros de pesquisa e importantes atores no processo político norte-americano. Podem ter diferentes vinculações ideológicas e/ou partidárias e auxiliam na produção de conhecimento especializado em política externa, por exemplo. Um estudo detalhado da atuação desses atores pode ser encontrada em: TEIXEIRA, T. Os think tanks e sua influência na política externa dos EUA. Rio de Janeiro: Revan, 2007.



A partir desse momento, diversas tentativas de demonstrar que o regime iraquiano procurava obter armas de destruição em massa foram exploradas na mídia e no Congresso norte-americano, a fim de conseguir apoio a mais uma ação militar. De acordo com Nasser e Teixeira (2010), o Iraque seria o início da reconfiguração do Oriente Médio, de modo que os países da região enxergassem na mudança para a democracia o elemento necessário à ordem e à sua estabilidade. Após intenso debate, particularmente devido à maioria republicana no Congresso, o presidente Bush conseguiu um mandato para iniciar mais um conflito.

Ao vender a guerra do Iraque à mídia norte-americana e aos americanos, Caroline Heldman explicou, a Casa Branca enquadrou o debate de três maneiras: as armas de destruição em massa de Hussein representavam uma ameaça iminente (o quadro das ADMs); o povo iraquiano deveria ser libertado de um ditador cruel (o quadro da liberação); e as atividades terroristas financiadas por Hussein (o quadro do terrorismo). (Davidson et al., 2008, p.470)

Apesar de ter procurado apoio internacional a essa nova empreitada, o governo Bush não obteve grande sucesso. Diversos países europeus, notadamente Alemanha e França, contestaram a necessidade de uma intervenção direta em forma de ação militar e alegaram que a via da contenção por meio de organismos internacionais era a melhor saída para resolver o problema – a suposta obtenção de armas de destruição em massa (ADMs) por Saddam (Pecequilo, 2005).

As Nações Unidas e o Conselho de Segurança emitiram a Resolução nº 1.441, considerada dúbia e pouco objetiva em relação ao tema (Pecequilo, 2005; Kaufmann, 2004), mas, de qualquer forma, o presidente Bush já havia conseguido seu mandato no Legislativo do país e não hesitaria em manter o discurso de que, se o Iraque não cedesse às pressões norte-americanas e não desistisse das supostas ADMs, a mudança de regime aconteceria sem demora. De acordo com Kaufmann (2004), a alegação de que o Iraque possuía ADMs tinha o objetivo de criar um cenário ainda mais aterrorizante que os atentados de 11 de Setembro, para legitimar a intervenção.

Em março de 2003, o governo Bush intimou Saddam Hussein a deixar o poder ou sofrer as consequências da invasão de seu país. Os ataques a Bagdá não tardariam a iniciar e, em pouco tempo, as tropas norte-americanas já dominavam o país.

A operação Liberdade Iraquiana (Operation Iraqi Freedom – OIF) teve início às três horas da manhã do dia 20 de março, horário de Bagdá, com um ataque aéreo nas fazendas em Dora, um local na região de Bagdá onde a CIA pensava (erroneamente, como se descobriu mais tarde) que Saddam estava em uma reunião com seus tenentes de alta patente. Após horas, as Forças Especiais de Operação entraram no Iraque pelo sul e pelo oeste, seguidas com rapidez por uma campanha aérea e uma invasão por terra por uma força de soldados norte-americanos e britânicos e fuzileiros navais que entraram no Iraque pelo Kuwait. (Feith, 2008, p.392)

A operação foi considerada um sucesso, com declarações do presidente Bush de que “[...] os resultados representavam uma vitória no combate ao terrorismo que havia se iniciado em 11 de setembro de 2001” (Lopes, 2009, p.232). A alusão faz parte de um contexto ainda mais amplo do que foi construído como uma ofensiva da “guerra ao terror”, em que certos Estados ocupariam papel de instabilidade no cenário internacional, com supostos “santuários” de grupos terroristas. Por isso, a conexão entre a derrubada de Saddam Hussein e uma vitória no combate ao terrorismo busca estabelecer um objetivo político de difícil aceitação pelo público (Schonberg, 2009).

No entanto, o conflito mostrou-se mais complexo do que o esperado e, assim como no Afeganistão, grupos insurgentes começaram a se organizar e diversos atentados suicidas passaram a acontecer em todo o país. A partir desse momento, os principais críticos da invasão do Iraque começaram a questionar a existência das alegadas armas de destruição em massa e cobravam provas da ligação entre Saddam Hussein e Osama bin Laden. Ainda assim, de acordo com Leis (2009), Rumsfeld reclamava da cobrança por parte da opinião pública a respeito do objetivo inicial da guerra, que seria a destruição das ditas armas de destruição em massa, alegando que

não “havia manchetes que fizessem referência à libertação do povo iraquiano de uma longa e sangrenta ditadura” (p.124).

A pressão sobre o governo norte-americano para que provasse os argumentos que levaram o país à guerra fez o presidente Bush recuar de sua posição unilateral e procurar manter melhores relações com os países que foram contra a invasão. Além disso, em discurso nas Nações Unidas, tentou mostrar que a guerra do Iraque seria benéfica à promoção da democracia no Oriente Médio e mostrou-se aberto à ajuda dos demais países na reconstrução do país (Pecequillo, 2005).

No final de 2003, Saddam Hussein foi finalmente capturado. No entanto, o que parecia o verdadeiro fim do antigo regime, com a impossibilidade de Hussein voltar ao poder, transformou-se numa escada dos atentados, aumentando ainda mais a instabilidade no país.

A NSS de 2006 não mudou a estratégia apresentada em 2002, limitando-se a reafirmá-la com o que tinha sido alcançado e preocupando-se com o que deveria ser feito para continuar o “sucesso” na “guerra ao terror”. O foco regional manteve-se, além de continuar a ênfase nos recursos estratégicos e na necessidade de garantir mercados livres e a perpetuação da democracia como valores universais (Nasser; Teixeira, 2010). Comparada à sua versão anterior, a NSS de 2006 persiste tratando o combate ao terrorismo como o grande desafio para os Estados Unidos e reforça, uma vez mais, o compromisso do governo norte-americano com a disseminação de valores como a liberdade, a democracia e a dignidade humana. A luta contra o Iraque, nessa perspectiva, enfatiza a noção de uma “guerra de ideias” e representa a tentativa de assegurar um país mais unido, estável e democrático que, no limite, possa servir como novo aliado na guerra contra o terror, dada a sua localização estratégica no Oriente Médio (NSS, 2006).

No governo de George W. Bush, as narrativas sobre a atuação norte-americana e o perigo representado por ameaças transnacionais foram elevadas a um patamar superior em relação aos governos analisados no capítulo anterior. O 11 de Setembro oportunizou a radicalização de termos e ameaças que já eram usados para justificar intervenções e a construção de inimigos, como na chamada “guerra ao terror”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*O mais difícil não é um ser bom e proceder honesto, dificultoso mesmo, é um saber definido o que quer, e ter o poder de ir até o rabo da palavra.*

Guimarães Rosa – *Grande Sertão: Veredas*

A pesquisa que deu origem a este livro permitiu identificar os elementos que se mostraram verdadeiros e quais ainda carecem de análise mais profunda. Constatamos que, de fato, o discurso dos presidentes norte-americanos tende a seguir uma mesma linha de raciocínio e construção de narrativas. O fato de se tratar de um período relativamente curto, de vinte anos, pode ser um dos fatores que ajudam a explicar a perpetuação das similaridades discursivas. Mas há mais do que isso: a análise precisa reter outros elementos que contribuem para que se compreenda aquilo que parece ser a única vertente discursiva.

Não foi objetivo da pesquisa analisar as diferenças políticas entre republicanos e democratas. No entanto, há que se levar em conta algumas distinções que podem influenciar a condução das narrativas de política externa e a construção da identidade norte-americana por meio dos discursos presidenciais. O contexto no qual H. W. Bush, Clinton e W. Bush governaram não foi rígido,

mas apresentou peculiaridades e demandas políticas próprias. Enquanto Bush pai e Bush filho precisaram repensar ou adaptar suas estratégias de segurança, Clinton privilegiou as questões econômicas, inclusive por causa de promessas eleitorais.

Quando afirmamos que existe uma continuidade nos discursos políticos dos presidentes norte-americanos, não queremos dizer que se trata de narrativas fixas. Pelo contrário, demonstramos que os discursos são fluidos e interpostos por construções e interpretações de outros períodos e presidentes. A busca pelo entendimento passa pela simplificação do que e como é proposta uma ideia ou uma justificativa, por exemplo. Os presidentes norte-americanos usam “caminhos” preestabelecidos para criar um discurso que seja entendível, aceitável e, ao mesmo tempo, permita a identificação com significados próprios da cultura e da linguagem política dos Estados Unidos. Portanto, o papel dos discursos é o de estabelecer limites e fronteiras no que se busca transmitir como a identidade norte-americana. Quando o presidente assume para si essa função, ele transmite não apenas ideias já sedimentadas, mas também seus preconceitos e suas visões acerca de como o mundo deve ser enxergado e, em última instância, moldado.

Por isso, estabelecer como marco o fim da Guerra Fria possibilitou enxergar um mundo que buscava novamente se estabilizar, onde os significados deveriam mais uma vez estabelecer-se em pontos que permitissem para o público em geral, e para os próprios tomadores de decisão, a apreensão de uma “nova realidade”. Usamos este termo entre aspas justamente por se tratar de uma alusão às construções que podem ser identificadas nos discursos dos três governos que analisamos. H. W. Bush, Bill Clinton e W. Bush procuraram expressar a ideia de que os períodos de seus governos foram excepcionais, constituíram momentos extraordinários nos quais o futuro da humanidade estaria diretamente ligado à atuação dos Estados Unidos.

Não negamos a importância de marcos como o fim da Guerra Fria e a dissolução da União Soviética ou o 11 de Setembro, nem buscamos diminuir a complexidade de que se revestia a política

internacional, com novas técnicas e processos advindos da globalização do capital, e as consequências que isso gerou na interação entre os agentes do sistema internacional. No entanto, é preciso atentar ao modo como esses momentos foram construídos, de forma a criar significados específicos no imaginário político do período. Os presidentes norte-americanos buscaram transmitir a ideia de que haveria uma divisão muito clara entre os marcos estabelecidos, como se o mundo tivesse mudado por completo a partir de então – e os princípios e valores norte-americanos se tornassem automaticamente universais. A ideia do “novo” busca exaltar a possibilidade de ruptura com o “velho”, como uma linha evolutiva que experimentaria picos de aprimoramento e deixaria para trás tudo de negativo preexistente, em contraposição a uma era que estaria por ser definida, mas já teria seus pressupostos valorativos definidos previamente.

Termos como “nova ordem mundial”, “nova era”, “novo mundo”, “novo século” e outros foram usados como sinônimos, a fim de significar um discurso de mudança estrutural. Ao mesmo tempo que os Estados Unidos saíam “vitoriosos” da Guerra Fria, buscava-se perpetuar o discurso que defendia os valores e princípios norte-americanos como o guia para a sobrevivência em um período de otimismo, mas também de incertezas.

Na adaptação do modelo de Hansen (2006) para nossa análise, os termos que definem essa narrativa são “ordem”, “liderança” e, com conotação mais ampla, “civilização”. Os dois primeiros são usados com maior ênfase durante os governos dos presidentes Bush e Clinton, pelas características do momento que os Estados Unidos vivenciavam. A falta de uma definição clara dos objetivos norte-americanos em política externa e de quem seriam os “inimigos” tornava mais difícil focar em um Estado ou indivíduo esse tipo de construção.

Os atentados terroristas do 11 de Setembro, durante o governo W. Bush, permitiram uma radicalização das ameaças externas, com a caracterização de Bin Laden e, posteriormente, de Saddam Hussein como sendo encarnações da maldade na Terra. Por isso, os

termos antagônicos aos apresentados anteriormente sofreram uma mudança nos modelos adotados neste trabalho. De “caos” e “desvio”, relacionados sobretudo às ideias de ordem e descontinuação do que seria o mundo ideal para os norte-americanos, passa-se a uma construção que coloca “civilização” e “barbárie”, “crueldade” e “compaixão” como pontos focais dos discursos – esses termos transmitem uma ideia de divisão ainda mais forte do que os anteriores. Enquanto é possível colocar ordem no caos e ajustar os desvios, a barbárie e a crueldade são construídas como características de atores irracionais e malignos. Os Estados Unidos atuam por ordem divina contra o mal que surge na Terra, e por isso não dialogam nem hesitam na hora de atuar, afinal, o contrário significaria a vitória da maldade e a ideia de que não há ninguém que olhe pelos “bons”.

A diferença entre os períodos anteriores e posteriores a 2001 está justamente na percepção em relação ao inimigo. A construção do terrorismo, baseada em uma ação perpetrada contra os Estados Unidos e daí em diante (re)escrita para outros temas de política externa, permitiu direcionar os significados de ameaça a indivíduos, ao contrário dos conflitos anteriores, nos quais a participação norte-americana é justificada pela manutenção da ordem e por razões humanitárias. Se existem diferenças nos discursos, é porque estes também são flexíveis e se adaptam, buscam traduzir significados e reconstruí-los de acordo com interesses e percepções.

Ainda assim, nenhum discurso existe isolado ou se permite apreender por si só, daí os resgates históricos, os exemplos de conflitos passados, de feitos de ex-presidentes norte-americanos, a exaltação da nação e do povo. Independentemente da existência de elementos que permitam a construção de ameaças mais ou menos plausíveis e de contextos e situações extraordinários, os três presidentes buscaram a defesa de valores comuns, como a democracia e a liberdade. A ideia por trás desses significados permitiu-lhes partir de um ponto fixo e que estabiliza as demais construções discursivas: as justificativas de ação e intervenções externas buscam, no fim, a perpetuação de um ideário que os norte-americanos consideram fundacional e, por isso, eterno.

Por trás desses elementos que agregam os discursos está a noção de país excepcional: “guiado por Deus”, “destinado a liderar”, “indispensável”, “líder do mundo livre”, “que carrega a tocha da liberdade”, “farol do mundo”, “exemplo para os demais” etc. Esses termos exaltam um mito que busca definir um “eu” em contraposição a todos os “outros”. Amigos e inimigos podem ser construídos e desconstruídos, mas o que define o significado de “Estados Unidos”, “América”, “norte-americano” é o pertencimento a uma nação destinada à grandeza, um “povo escolhido” que lidera os demais “sob o topo da colina” – em referência às menções religiosas do discurso-sermão, também encontradas nas construções discursivas dos presidentes do período analisado neste livro.

A escolha do modelo analítico exposto justifica-se pela tentativa de apreender mais de um significado identitário. Ainda assim, pode-se anteceder uma possível crítica ao fato de que a definição binomial e o uso de dicotomias não garantem uma compreensão completa de como se conformam as identidades. Concordamos com isso, mas lembramos que a pesquisa que realizamos, de caráter qualitativo, buscou justamente demonstrar o contexto em que determinados termos e conceitos surgiram e apareceram, suas repetições, seus abandonos e suas adaptações. A construção de um modelo é apenas uma simplificação da realidade, uma forma de colocar didaticamente uma possibilidade entre muitas quando se usa a ferramenta da análise de discursos.

Para além da interpretação – que tornaria qualquer objeto demasiadamente subjetivo –, buscamos avaliar a plausibilidade da hipótese de que nenhum discurso é uma estrutura fechada ou atua sozinha, mas é interposto e influenciado por narrativas que se perpetuam ao longo do tempo. Na nossa pesquisa, foi possível verificar que todos os presidentes do período analisado buscaram exemplos de feitos de outros presidentes e usaram a história para justificar-se. Além disso, foi recorrente a comparação entre ações de política externa e intervenções em outros países. Foram usados elementos iguais ou similares para o mesmo objetivo, ou a mesma “ameaça”.



A análise dos discursos presidenciais norte-americanos permitiu-nos enxergar a atuação dos Estados Unidos de uma forma distinta: como eles se enxergam e como transmitem essa visão de si próprios. Para além da construção de uma identidade nacional, pudemos entender que o “outro” é um sujeito de múltiplas faces e características, e ele pode ser desde o amigo que coopera e compartilha valores e interesses até o pior inimigo “desde sempre” e “desde nunca”. Afinal, para sentir-se ameaçado, basta que ele exista, e, como nunca, enfrentar desafios que exigirão ainda mais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGIUS, C. Social Constructivism. In: COLLINS, A. (Ed.). *Contemporary Security Studies*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- AMBROSE, S. E.; BRINKLEY, D. G. *Rise to Globalism: American Foreign Policy since 1938*. New York: Penguin Books, 1997.
- BECK, U. *Power in the global age: a new global political economy*. Cambridge: Polity, 2006.
- BUSH, G. H. W. *Inaugural Address*. Washington, 20 jan. 1989(a). The White House. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=16610>>. Acesso em: 29 set. 2012.
- \_\_\_\_\_. *Address on Administration Goals Before a Joint Session of Congress*. Washington, 9 fev. 1989(b). The White House. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=1666>>. Acesso em: 29 set. 2012.
- \_\_\_\_\_. *Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union*. Washington, 31 jan. 1990(a). The White House. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=18095>>. Acesso em: 29 set. 2012.
- \_\_\_\_\_. *Address to the Nation Announcing the Deployment of United States Armed Forces to Saudi Arabia*. Washington, 8 ago. 1990(b). The White House. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=18750>>. Acesso em: 29 set. 2012.
- \_\_\_\_\_. *Address to the Nation Announcing Allied Military Action in the Persian Gulf*. Washington, 16 jan. 1991(a). The White House. Dis-

- ponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=19222>>. Acesso em: 29 set. 2012.
- \_\_\_\_\_. *Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union*. Washington, 29 jan. 1991(b). The White House. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=19253>>. Acesso em: 29 set. 2012.
- \_\_\_\_\_. *Address to the Nation Announcing Allied Military Ground Action in the Persian Gulf*. Washington, 23 fev. 1991(c). The White House. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=19331>>. Acesso em: 29 set. 2012.
- \_\_\_\_\_. *Address to the Nation on the Iraqi Statement on Withdrawal From Kuwait*. Washington, 26 fev. 1991(d). The White House. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=19336>>. Acesso em: 29 set. 2012.
- \_\_\_\_\_. *Address to the Nation on the Suspension of Allied Offensive Combat Operations in the Persian Gulf*. Washington, 27 fev. 1991(e). The White House. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=19343>>. Acesso em: 29 set. 2012.
- \_\_\_\_\_. *Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union*. Washington, 28 jan. 1992(a). The White House. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=20544>>. Acesso em: 29 set. 2012.
- \_\_\_\_\_. *Address to the Nation on the Situation in Somalia*. Washington, 4 dez. 1992(b). The White House. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=21758>>. Acesso em: 29 set. 2012.
- BUSH, G. W. *President George W. Bush's Inaugural Address*. Washington, 20 jan. 2001. The White House. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/inaugural-address.html>>. Acesso em: 29 maio 2012.
- \_\_\_\_\_. *President Delivers State of the Union Address*. Washington, 29 jan. 2002. The White House. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/01/20020129-11.html>>. Acesso em: 29 maio 2012.
- \_\_\_\_\_. *President Delivers State of the Union Address*. Washington, 28 jan. 2003. The White House. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2003/01/20030128-19.html>>. Acesso em: 29 maio 2012.
- \_\_\_\_\_. *State of the Union Address*. Washington, 2 fev. 2005. The White House. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives>>.

- gov/news/releases/2005/02/20050202-11.html>. Acesso em: 29 maio 2012.
- \_\_\_\_\_. *President Delivers State of the Union Address*. Washington, 31 jan. 2006. The White House. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2006/01/20060131-10.html>>. Acesso em: 29 maio 2012.
- BUZAN, B.; HANSEN, L. *The Evolution of International Security Studies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- CAMPBELL, D. *Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity*. Minneapolis: University of Minneapolis Press, 1992.
- CAPRIOLI, M.; TRUMBORE, P. F. Rhetoric versus Reality: Rogue States in Interstate Conflict. *The Journal of Conflict Resolution*, v.49, n.45, out. 2005, p.770-91.
- CLINTON, W. J. *Inaugural Address*. Washington, 20 jan. 1993. The White House. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=46366>>. Acesso em: 10 out. 2012.
- \_\_\_\_\_. *Address Before a Joint Session of Congress on Administration Goals*. Washington, 17 fev. 1993. The White House. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=47232>>. Acesso em: 10 out. 2012.
- \_\_\_\_\_. *Remarks on Welcoming Military Personnel Returning from Somalia*. Washington, 5 maio 1993. The White House. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=46516>>. Acesso em: 10 out. 2012.
- \_\_\_\_\_. *Address to the Nation on Somalia*. Washington, 5 out. 1993. The White House. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=47180>>. Acesso em: 10 out. 2012.
- \_\_\_\_\_. *Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union*. Washington, 25 jan. 1994. The White House. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=50409>>. Acesso em: 10 out. 2012.
- \_\_\_\_\_. *Address to the Nation on Haiti*. Washington, 15 set. 1994. The White House. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=49093>>. Acesso em: 10 out. 2012.
- \_\_\_\_\_. *Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union*. Washington, 24 jan. 1995. The White House. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=51634>>. Acesso em: 10 out. 2012.

- \_\_\_\_\_. *Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union*. Washington, 23 jan. 1996. The White House. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=53091>>. Acesso em: 10 out. 2012.
- \_\_\_\_\_. *Inaugural Address*. Washington, 20 jan. 1997. The White House. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=54183>>. Acesso em: 10 out. 2012.
- \_\_\_\_\_. *Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union*. Washington, 4 fev. 1997. The White House. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=53358>>. Acesso em: 10 out. 2012.
- \_\_\_\_\_. *Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union*. Washington, 27 jan. 1998. The White House. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=56280>>. Acesso em: 10 out. 2012.
- \_\_\_\_\_. *Address to the Nation on Military Action Against Terrorist Sites in Afghanistan and Sudan*. Washington, 20 ago. 1998. The White House. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=54799>>. Acesso em: 10 out. 2012.
- \_\_\_\_\_. *Address to the Nation Announcing Military Strikes on Iraq*. Washington, 16 dez. 1998. The White House. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=55414>>. Acesso em: 10 out. 2012.
- \_\_\_\_\_. *Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union*. Washington, 19 jan. 1999. The White House. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=57577>>. Acesso em: 10 out. 2012.
- \_\_\_\_\_. *Address to the Nation on Airstrikes Against Serbian Targets in the Federal Republic of Yugoslavia (Serbia and Montenegro)*. Washington, 24 mar. 1999. The White House. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=57305>>. Acesso em: 10 out. 2012.
- \_\_\_\_\_. *Letter to Congressional Leaders on Continuation of the National Emergency with Respect to the Taliban*. Washington, 30 jun. 2000. The White House. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=1619>>. Acesso em: 10 out. 2012.
- DAVIDSON, R. H.; OLEZEK, W. J.; LEE, F. E. *Congress and its members*. 11.ed. Washington: CQ Press, 2008.
- DIJK, T. A. van. *Discurso e poder*. São Paulo: Conceito, 2008, p.26.
- DOYLE, M. W. Liberalism and World Politics. *The American Political Science Review*, v.9, n.4, dez. 1986, p.1151-69.

- EDWARDS, J. A. Defining the Enemy for the Post-Cold War World: Bill Clinton's Foreign Policy Discourse in Somalia and Haiti. *International Journal of Communication*, v.2, 2008, p.830-47.
- FEITH, D. J. *War and Decision: Inside the Pentagon at the Dawn of the War on Terrorism*. New York: Harper, 2008.
- FINGUERUT, A. Formação, crescimento e apogeu da direita cristã nos Estados Unidos. In: SILVA, C. E. L. da (Org.). *Uma nação com alma de igreja: religiosidade e políticas públicas nos Estados Unidos*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- FLINT, C.; FALAH, G. How the United States Justified Its War on Terrorism: Prime Morality and the Construction of a 'Just War' Author. *Third World Quarterly*, v.25, n.8, 2004, p.1379-99.
- FROELICH, I. V. A política externa americana e seus críticos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v.48, n.2, 2005, p.205-15.
- FUSER, I. *Petróleo e poder: o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico*. São Paulo: Unesp, 2008.
- FUKUYAMA, F. The End of History? The National Interest, Summer 1989. In: FOREIGN AFFAIRS/Council on Foreign Relations. *America and the World: Debating the New Shape of International Politics*. New York: Foreign Affairs, 2002.
- GLAIN, S. *State vs. Defense: the Battle to Define America's Empire*. New York: Crown Publishers, 2011.
- GRACIA, T. I. O "giro linguístico". In: ÑIGUEZ, L. (Coord.). *Manual de análise do discurso em ciências sociais*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- GREEN, D. *The language of politics in America: shaping political consciousness from McKinley to Reagan*. Ithaca: Cornell University Press, 1987.
- GUIMARÃES, C. A política externa dos Estados Unidos: da primazia ao extremismo. *Estudos Avançados*, v.16, n.46, 2002, p.53-67.
- HANSEN, L. *Security as Practice: Discourse Analysis and the Bosnian War*. London: Routledge, 2006.
- HAASS, R. M. *War of necessity: war of choice*. New York: Simon & Schuster, 2009.
- HOBSBAWM, E. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- HOFF, J. *A Faustian Foreign Policy from Woodrow Wilson to George W. Bush: Dreams of Perfectibility*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

- HUNTINGTON, S. P. The Clash of Civilizations? Foreign Affairs, Summer 1993. In: FOREIGN AFFAIRS/Council on Foreign Relations. *America and the World: Debating the New Shape of International Politics*. New York: Foreign Affairs, 2002.
- IÑIGUEZ, L. A análise do discurso nas ciências sociais: variedades, tradições e práticas. In: IÑIGUEZ, L. (Coord.). *Manual de análise do discurso em ciências sociais*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- JERVIS, R. Understanding the Bush Doctrine. *Political Science Quarterly*, v.118, n.3, 2003.
- JONES, C. O. *Passages to the Presidency: from Campaigning to Governing*. Washington: Brookings Institute Press, 1998.
- KAUFMANN, C. Threat Inflation and the Failure of the Marketplace of Ideas: The Selling of the Iraq War. *International Security*, v.29, n.1, 2004, p.5-48.
- LAPID, Y. The Third Debate: on the Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era. *International Studies Quarterly*, v.33, n.3, set. 1989, p.235-54.
- LEIS, H. R. Dilemas da política internacional e o unilateralismo da política externa dos Estados Unidos no século XXI. In: DINIZ, E. *Estados Unidos: política externa e atuação na política internacional contemporânea*. Belo Horizonte: Editora PUC-Minas, 2009, p.123-44.
- LOPES, L. A. Doutrina Bush e a hegemonia estadunidense. In: DINIZ, E. *Estados Unidos: política externa e atuação na política internacional contemporânea*. Belo Horizonte: Editora PUC-Minas, 2009, p.223-38.
- MUTIMER, D. Critical Security Studies: a Schismatic History. In: COLLINS, A. (Ed.). *Contemporary Security Studies*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- MURRAY, S. K.; MEYERS, J. Do people need Foreign Policy Enemies? American Leaders' Beliefs after the Soviet Demise. *The Journal of Conflict Resolution*, v.43, n.5, out. 1999, p.555-69.
- NASSER, R.; TEIXEIRA, C. G. P. A Doutrina Bush e a construção de uma ordem liberal? In: CEPIK, M. (Org.). *Segurança Internacional: práticas, tendências e conceitos*. São Paulo: Hucitec, 2010, p.172-96.
- NATIONAL SECURITY STRATEGY (NSS), 1994. Disponível em: < [http://www.dod.gov/pubs/foi/International\\_security\\_affairs/other/641.pdf](http://www.dod.gov/pubs/foi/International_security_affairs/other/641.pdf)>. Acesso em: 12 nov. 2013.
- \_\_\_\_\_, 2002. Disponível em: <http://georgewbushwhitehouse.archives.gov/nsc/nss/2002/>. Acesso em: 20/10/2011.
- \_\_\_\_\_, 2006. Disponível em: <http://georgewbushwhitehouse.archives.gov/nsc/nss/2006/>. Acesso em: 23/10/2011.

- OWEN, J. M. How Liberalism Produces Demoratic Peace. *International Security*, v.19, n.2, 1994, p.87-125.
- PECEQUILO, C. S. *A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?* 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- PEIXOTO, A. C. Desventuras de um império global. *Estudos Avançados*, v.16, n.46, 2002.
- RESENDE, E. S. A. *Americanidade, puritanismo e política externa: a (re)produção da ideologia puritana e a construção da identidade nacional nas práticas discursivas da política externa norte-americana*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Da contenção à prevenção: reflexões sobre a legitimidade da Estratégia de Segurança Nacional norte-americana do Pós-Guerra Fria*. Jundiaí: Paco Editorial, 2011.
- RICOUER, P. O processo metafórico como cognição, imaginação e sentimento. In: SACKS, S. (Org.). *Da metáfora*. São Paulo: Educ, 1992.
- ROJO, L. M. A fronteira interior – análise crítica do discurso: um exemplo sobre “racismo”. In: IÑIGUEZ, L. (Coord.). *Manual de análise do discurso em ciências sociais*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- SCHONBERG, K. L. *Constructing 21<sup>st</sup> Century U.S. Foreign Policy: Identity, Ideology and America’s World Role in a New Era*. New York: Palgrave MacMillan, 2009.
- TEIXEIRA, C. G. P. *O pensamento neoconservador em política externa nos Estados Unidos*. São Paulo: Unesp, 2010.
- \_\_\_\_\_. Quatro temas fundamentais do pensamento neoconservador em política externa. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v.50, n.2, 2007, p.80-96.
- TEIXEIRA, T. *Os Think Tanks e sua influência na política externa dos EUA*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- WALKER, R. B. J. *Inside/outside: international relations as political theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- WICKHAM. September 11 and America’s War on Terrorism: A New Manifest Destiny? *American Indian Quarterly*, v.26, n.1, 2002, p.116-44.
- WILKINSON, P. *Terrorism versus Democracy: the liberal state response*. New York: Routledge, 2011.



SOBRE O LIVRO

*Formato: 14 x 21 cm*

*Mancha: 23,7 x 42,5 paicas*

*Tipologia: Horley Old Style 10,5/14*

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

*Coordenação Geral*

*Maria Luiza Favret*

ISBN 978-85-7983-469-1



9 788579 834691

**CULTURA**  
**ACADÊMICA**   
*Editora*